



Demonstrações Financeiras 1S25

Senhoras e Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. relativas ao primeiro semestre de 2025. Seguimos todas as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central.

Comentário Econômico

A economia brasileira se manteve aquecida nos seis primeiros meses do ano. O crescimento do PIB foi impulsionado pelo mercado de trabalho ainda aquecido e pela safra recorde de grãos colhida no primeiro trimestre. Entretanto, começam a surgir sinais de acomodação, reflexos da elevação da taxa Selic e da redução do impulso fiscal. Esse movimento deve se intensificar na segunda metade do ano. Nossas projeções indicam que o PIB crescerá 2,1% em 2025.

O Banco Central interrompeu o ciclo de altas dos juros, após levar a taxa Selic a 15%. Apesar de as expectativas de inflação permanecerem desancoradas e a inflação corrente estar em patamar ainda elevado, há sinais de descompressão dos preços. Acreditamos que a inflação continuará desacelerando ao longo do segundo semestre, favorecida pela acomodação da atividade econômica e pela apreciação recente do câmbio. Isso permitirá ao Banco Central começar a cortar a taxa básica de juros ainda no final do ano.

As incertezas permanecem elevadas no cenário internacional. A política tarifária norte-americana ainda representa o principal risco para o desempenho da economia global. Adicionalmente, a preocupação com a deterioração fiscal dos EUA coloca uma pressão estrutural sobre o dólar. Esse contexto de incerteza é agravado pelo acirramento das disputas geopolíticas ao redor do mundo.

Destaques do Período

Em maio de 2025, o Bradesco publicou os Relatórios Integrado e ESG referentes a 2024, arquivando-os também na CVM. Em conjunto, os documentos compartilham aspectos relevantes sobre o Bradesco, incluindo informações sobre governança, estratégia, modelo de gestão de riscos e oportunidades, além dos principais resultados financeiros alcançados no exercício e do desempenho em indicadores ambientais, sociais e climáticos.

Ainda no mês de maio de 2025, o Banco Bradesco S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o Conselho de Administração deliberou renovar o programa de recompra de ações de própria emissão que autoriza a Diretoria a adquirir, no período de 8.5.2025 a 8.11.2026, até 106.584.881 ações nominativas-escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

O Banco Bradesco S.A. no 2T25 destinou R\$ 3.589.829.000,00 de juros sobre o capital próprio para os seus acionistas. No mês de junho de 2025 a Diretoria da Sociedade aprovou o pagamento de juros sobre o capital próprio intermediários, no valor total de R\$ 3.000.000.000,00, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, além disso houve o pagamento de juros sobre o capital próprio mensal, no valor total de R\$ 574.670.051,00.



informações selecionadas 1S25

LUCRO LÍQUIDO CONTÁBIL

R\$ 11,9 bi

△ +33,0% a/a

LUCRO POR AÇÃO

R\$ 1,07 ON

R\$ 1,18 PN

ROAE

14,5%

△ +3,7 p.p. a/a

VALOR PATRIMONIAL POR AÇÃO

R\$ 15,82

VALOR DE MERCADO

R\$ 165,7 bi

ÍNDICE DE CAPITAL - NÍVEL I

13,0%

△ +0,4 p.p. a/a

PATRIMÔNIO LÍQUIDO ⁽¹⁾

R\$ 167,3 bi

△ +4,5% a/a

JCP R\$ 6,8 bi (bruto) | Payout 60,7% (bruto)

CARTEIRA DE CRÉDITO EXPANDIDA

(Jun25 vs. Jun24)

R\$ 1.018,4 bi (+11,7%)

PESSOAS FÍSICAS: R\$ 442,4 bi (+15,9%)

PESSOAS JURÍDICAS: R\$ 576,0 bi (+8,6%)

PROVISÃO PARA CARTEIRA EXPANDIDA ⁽²⁾

(Jun25 vs. Jun24)

R\$ 58,1 bi (+7,1%)

DEPÓSITOS TOTAIS

(Jun25 vs. Jun24)

R\$ 642,2 bi (+3,7%)

PROVISÕES TÉCNICAS

(Jun25 vs. Jun24)

R\$ 425,1 bi (+11,2%)

Seguros: R\$ 29,9 bi (+13,5%)

Vida e Previdência: R\$ 385,2 bi (+11,1%)

Capitalização: R\$ 10,0 bi (+7,4%)

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS ⁽³⁾⁽⁴⁾

Jun25

R\$ 809,6 bi

VJORA: R\$ 95,2 bi

VJR: R\$ 428,9 bi

Custo Amortizado: R\$ 285,5 bi

(1) Atribuído aos controladores;

(2) A partir de 2025, os saldos estão apresentados no modelo de perda esperada, em conformidade com a resolução CMN nº 4.966/21;

(3) Com a adoção da resolução CMN nº 4.966, a nova forma de classificação e mensuração de instrumentos financeiros, através de modelos de negócios, de acordo com a estratégia de gestão da Organização. Com esta mudança, não estamos apresentando a comparação com períodos anteriores; e

(4) Líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.



Tecnologia e Inovação

A estratégia *AI First* segue como protagonista da transformação digital do Bradesco, consolidando a inteligência artificial como um pilar fundamental para entregas de jornadas e experiências para os clientes. Construímos a plataforma proprietária *Bridge* (Bradesco Inteligência de Dados Generativa), capaz de democratizar o uso de LLMs (*large language models*) e serviços baseados em IA generativa para nossos desenvolvedores e usuários de negócio. Esta plataforma oferece mais de mil modelos predefinidos e dezenas de serviços já construídos, como sumarização, busca de conteúdo em documentos, transcrição de voz para texto, construção de chats e camadas de controle, monitoração, segurança e IA responsável. Temos centenas de casos de uso e a plataforma está exponencializando o volume de entregas usando *GenAI*, com mais pessoas usando e reaproveitando serviços já construídos. A BIA Clientes com IA generativa já está disponível para 100% dos clientes, com taxa de resolutividade entre 85% e 90%.

A inteligência artificial também faz parte do cotidiano corporativo, com 100% dos colaboradores utilizando assistentes inteligentes e 80% dos desenvolvedores adotando o *GitHub Copilot*, o que acelerou a codificação em até 37%. O plano *AI First* impulsiona o talento humano, e os multiagentes, atuando como “*squads* virtuais”, ampliam a capacidade de resposta ao resolver tarefas complexas com agilidade e precisão. O projeto Renda BRA 5.0 reduziu em 95% o tempo de modelagem de crédito, enquanto a IA, trabalhando como mentora nas assessorias de cobrança, contribuindo com 20% de melhora na performance. Já o novo Portal *Developers* Bradesco, com mais de 120 funcionalidades, fortalece o ecossistema de APIs e parcerias.

As soluções para Pessoa Física evoluíram com foco em agilidade e inclusão. No mobile, reforçamos nosso compromisso com a autonomia e a experiência do cliente. Agora é possível renegociar dívidas, contratar seguros de vida, ajustar limites de Pix e antecipar o saque-aniversário do FGTS diretamente pelo app. O Pix Automático, antecipado pelo banco, permite pagamentos recorrentes com controle total do pagador. Também foi lançado o Pix por comando de voz no WhatsApp, com uso de IA generativa. E para quem planeja o futuro, o app oferece metas personalizadas de investimento com o CDB Objetivos, além de simulações inteligentes.

O E-agro Simplifica utiliza IA para acelerar a análise de documentos dos clientes e otimizar a jornada de tomada de crédito. O *My Account* agora permite transferências internacionais sem tarifa, em tempo real e com conversão automática em mais de 180 moedas, além da possibilidade de cadastrar o cartão no Google Pay. A abertura de contas PF ganhou reforço de segurança com biometria facial nas agências, e o seguro prestamista pode ser acionado com poucos cliques no app.

Na frente de investimentos, simplificamos a visualização do *Invest Fácil* — agora exibido junto ao saldo da conta no app e no *Internet Banking* —, lançamos CDBs com movimentação 24h e aprimoramos o extrato de investimentos, preparando a estrutura para a conta corrente remunerada. Para os assessores, o novo *Cockpit 360* oferece uma visão unificada da carteira de clientes, com gestão integrada via WhatsApp e suporte especializado. Em cartões, a experiência digital foi ampliada: clientes podem parcelar compras à vista, ativar ou desativar o pagamento por aproximação e antecipar faturas via Pix, tudo pelo app. A nova plataforma agiliza a contratação de cartões com análise de crédito antecipada e aceite digital. O Simulador de Cartões, revitalizado, permite comparar as opções de cartões disponíveis, através de exportação em PDF, atendendo tanto PF quanto PJ.

Para empresas, entregamos soluções que simplificam o cotidiano. No Net Empresa, é possível acompanhar a abertura de contas de novos colaboradores e autorizar cheques empresariais de até R\$ 100 mil. O app Bradesco Empresas e Negócios ganhou novas funcionalidades e a emissão de boletos pode ser feita diretamente pelo WhatsApp com a BIA. Cartões empresariais agora podem ser solicitados pelo site e cadastrados na *Samsung Wallet*, e o canal WhatsApp PJ foi habilitado para ofertas e comunicações personalizadas em larga escala.

O trimestre ainda foi marcado por iniciativas que fortalecem a cultura *tech*: o lançamento da *Tech Academy*, uma nova plataforma de desenvolvimento com trilhas especializadas para capacitação em tecnologia, realizamos nossa *Tech Week*, uma semana com mais de 15 horas de conteúdo para desenvolvimento de todos os nossos funcionários e a parceria com a empresa Ada para atração de novos talentos. Atualmente, alcançamos um crescimento de mais de 33% no quadro de desenvolvedores desde o início de 2024.

Com a evolução do modelo de *Enterprise Agility*, o Bradesco vem ampliando o uso de práticas ágeis com tribos autônomas co-gerenciadas por negócios e tecnologia, alinhadas às jornadas dos clientes. Essa abordagem já resultou em uma redução de aproximadamente 33% no *time-to-market* e 35% no retrabalho no desenvolvimento de novas soluções na comparação entre o primeiro semestre de 2025 e o mesmo período do ano anterior.



O Bradesco foi eleito pela Global Finance como o Banco Mais Inovador da América Latina no prêmio The Innovators 2025, com destaque para o *IDBra*, nossa identidade digital descentralizada baseada em blockchain. Também fomos reconhecidos pela The Banker como o Melhor Banco Global em *AI & Machine Learning* pelo segundo ano consecutivo e celebramos o prêmio do Agile Trends 2025 pela nossa transformação organizacional acelerada.

A tecnologia e a inovação estão sempre presentes no DNA da organização e seguem como motor do movimento *Change*, impulsionando um Bradesco mais ágil, inteligente e centrado nas pessoas.

Produtos e Serviços para o Poder Público

Para atender o setor público, possuímos estruturas exclusivas em todo o território nacional, com gerentes de negócios capacitados para ofertar produtos, serviços e soluções com qualidade e segurança aos poderes executivo, legislativo e judiciário federais, estaduais e municipais, além de autarquias, fundações públicas, empresas públicas e de economia mista e as forças armadas e auxiliares. Mensalmente, mais de 10,9 milhões de aposentados e pensionistas do INSS recebem seus benefícios no Bradesco, sendo o maior pagador dentre todos os bancos no país.

Dispomos de 09 estruturas especializadas no atendimento aos governos, capitais, tribunais, assembleias, ministérios públicos, defensorias públicas, além dos maiores municípios do PIB brasileiro e, também, 30 estruturas de varejo para atender as demais prefeituras e órgãos. Saiba mais em bradescopoderpublico.com.br.

Recursos Humanos

O Capital Humano é um dos pilares estratégicos da Organização, sendo um importante alicerce para realização dos negócios. O nosso modelo de Gestão de Capital Humano é pautado no respeito, na transparência e no contínuo investimento no desenvolvimento dos funcionários. Mantemos nossas equipes motivadas por meio de oportunidades de crescimento na carreira, reconhecimentos, capacitação, remuneração e benefícios diferenciados, além da valorização da diversidade e do equilíbrio entre a vida profissional e pessoal.

Muito mais do que políticas e práticas, consolidamos uma cultura de respeito disseminada pela consciência do valor das pessoas, de suas identidades e competências.

Ao final do período, a Organização contava com 82.147 funcionários, sendo 70.724 do Banco Bradesco e 11.423 de Empresas Ligadas e exterior.

Para mais informações sobre Recursos Humanos, acesse o Relatório de Capital Humano, disponível no site bradescori.com.br.

Sustentabilidade para o Bradesco

A Sustentabilidade é um dos nossos direcionadores estratégicos, expressa também em nossa Declaração de Propósito. Acreditamos que a governança, a gestão e o engajamento em aspectos ambientais, sociais e de governança (ASG) são fundamentais para o crescimento sustentável e a perenidade das nossas operações, gerando valor a longo prazo para todos os nossos stakeholders. Nossa estratégia de sustentabilidade está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU) e é pautada na gestão e transparência ASG.

Como parte relevante da nossa agenda estratégica, temos um compromisso com o financiamento de negócios sustentáveis e com o apoio contínuo aos nossos clientes na transição para uma economia mais verde, resiliente e inclusiva. Até junho de 2025, alcançamos 95,5% da nossa meta ampliada de direcionar R\$ 350 bilhões para setores e atividades com benefícios socioambientais até o final do ano, reforçando nosso papel no financiamento de negócios sustentáveis.

Nossa atuação em sustentabilidade tem sido reconhecida em índices e ratings nacionais e internacionais de referência, como o Índice Dow Jones de Sustentabilidade (DJSI) da Bolsa de Valores de Nova



York e o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3. Esses índices refletem nossa gestão e desempenho em critérios econômicos, ambientais e sociais de longo prazo.

Para acompanhar nossas iniciativas, acesse: bradescori.com.br | bradescosustentabilidade.com.br.

Governança Corporativa

O Banco observa e estimula as boas práticas de governança corporativa, fundamentando-se, principalmente, nas demandas legais e de mercado, de modo a zelar pelos interesses dos acionistas e demais *stakeholders*. Nossa estrutura é bem definida, possibilitando a garantia e viabilidade da adoção das melhores práticas. Assim, entregamos os melhores esforços para sempre estarmos em conformidade com tais padrões, buscando a geração de valor sustentável para nossa Organização.

A Assembleia Geral é o mais importante evento societário de nossa governança. Nela, os acionistas elegem os membros do Conselho de Administração, os quais possuem um mandato único de 2 (dois) anos. Constituído por 11 (onze) membros, dentre os quais há 4 (quatro) membros independentes, o órgão tem como principais atribuições estabelecer, supervisionar e monitorar a estratégia corporativa do Banco Bradesco, cuja responsabilidade de implementação é da Diretoria, além de revisar os planos de ação e políticas de negócios. Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor-Presidente, conforme devidamente previsto no Estatuto Social da Companhia, não são cumulativos.

Assessorado por uma Secretaria de Governança, o Conselho de Administração reúne-se ordinariamente 12 (doze) vezes ao ano e, extraordinariamente, quando os interesses da Companhia assim o exigirem. Com Regimento Interno próprio, o Conselho de Administração possui, ainda, um calendário anual de reuniões fixado pelo seu Presidente.

Contamos, ainda, com a Auditoria Interna Global, a qual é subordinada ao Conselho de Administração, além de 7 Comitês também a ele subordinados. Destes, 2 (dois) são estatutários (Comitês de Auditoria e de Remuneração) e 5 (cinco) não-estatutários (Comitês de Integridade e Conduta Ética, Riscos, Sustentabilidade e Diversidade, Nomeação e Sucessão e Estratégico).

A Diretoria do Banco Bradesco é o órgão responsável por representar a Organização, cabendo à Diretoria Executiva coordenar a execução da estratégia aprovada pelo Conselho de Administração. Ela realiza reuniões ordinárias quinzenalmente e extraordinárias sempre que necessário, deliberando sobre todos os assuntos e matérias essenciais para o cumprimento de nossos objetivos e atribuições. Comitês Executivos auxiliam nas atividades da Diretoria Executiva, todos normatizados por regimentos próprios.

Na função de Órgão Fiscalizador dos atos dos Administradores e com atuação permanente, temos o Conselho Fiscal, também eleito pelos acionistas e com mandato único de 1 (um) ano. É composto por 5 (cinco) membros efetivos, sendo 2 (dois) eleitos por acionistas minoritários, com número igual de suplentes.

Nossa Organização está listada no Nível 1 de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, e nossas práticas atestam o compromisso com a geração de valor para acionistas, funcionários e a sociedade em geral.

Demais informações sobre a Governança Corporativa do Banco Bradesco estão disponíveis no *site* de Relações com Investidores (banco.bradesco/ri – Seção Governança Corporativa).

Auditoria Interna

Compete ao Departamento de Auditoria Interna Global, que está subordinada e reporta funcional, administrativa e operacionalmente ao Conselho de Administração do Banco Bradesco S.A., considerar, no escopo de seus exames/análises, a efetividade da governança corporativa e do gerenciamento de riscos e controles; a confiabilidade, a efetividade e a integridade dos processos e sistemas de informações gerenciais e operacionais; a observância ao arcabouço legal, infralegal, regulatório, normas e códigos de conduta internos aplicáveis aos membros do quadro funcional da Organização; e à salvaguarda dos ativos frente às suas metas e objetivos estratégicos.

A atuação está pautada na aderência aos elementos mandatórios das Normas Internacionais para a Prática de Auditoria (IPPF - International Professional Practices Framework), do The Institute of Internal Auditors (IIA), o Código de Conduta Ética Setorial dos Auditores Internos da Organização Bradesco e as



diretrizes internas definidas pelo Departamento de Auditoria Interna no âmbito da Organização Bradesco e, quando aplicável, de terceiros/fornecedores.

Política de Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

A título de dividendo mínimo obrigatório, aos acionistas é assegurado 30% do lucro líquido após as deduções legais, além do *Tag Along* de 100% para as ações ordinárias e de 80% para as ações preferenciais. Ainda, são conferidos às ações preferenciais dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ordinárias.

As ações Bradesco, com elevado nível de liquidez (BBCD4), representavam 3,9% do Ibovespa. As nossas ações também são negociadas no exterior, na Bolsa de Valores de Nova York, por meio de ADR – *American Depositary Receipt* – Nível 2, e na Bolsa de Valores de Madrid, Espanha, por meio de DR, onde integram o Índice Latibex.

Os papéis do Bradesco ainda participam de diversos importantes índices, como o Índice de Ações com *Tag Along* Diferenciado (ITAG), o Índice de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (IGC) e os Índices Brasil (IBrX50 e IBr100). A presença nesses índices reforça nossa constante busca pela adoção de boas práticas de governança corporativa, eficiência econômica, ética e responsabilidade socioambiental.

Controle Integrado de Riscos

O controle corporativo dos riscos é exercido de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos e ferramentas de mensuração e controle. Os impactos desfavoráveis podem ocorrer de múltiplos fatores e são minorados por meio do *framework* de riscos e uma sólida estrutura de governança, que envolve o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, Comitê de Riscos e o Conselho de Administração.

A Organização, tendo ampla atuação em todos os segmentos de mercado e, como toda grande instituição, está sujeita a diversos riscos. Assim, a atividade de gerenciamento de riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos produtos e serviços e, também, da globalização dos nossos negócios. Adotamos, constantemente, mecanismos de identificação e monitoramento, possibilitando antecipar o desenvolvimento e implementação de ações que mitiguem eventuais impactos adversos.

De acordo com a biblioteca de riscos, os riscos relevantes para a Organização são solvência e rentabilidade, liquidez, crédito, mercado, operacional, compliance, segurança cibernética, estratégia, social, ambiental, climático, modelo, contágio, reputação e subscrição. Na tentativa de precipitar ou reduzir efeitos, caso ocorram, procuramos, ainda, identificar e monitorar eventuais riscos emergentes, entre eles, assuntos relacionados ao crescimento global, questões geopolíticas internacionais e a situação econômica e fiscal brasileira. Também, consideramos os riscos representados pela inovação tecnológica em serviços financeiros.

Avaliação Independente de Modelos

Modelos são ferramentas quantitativas que proporcionam sintetização de assuntos complexos, padronização e automatização da tomada de decisões e possibilidade de reaproveitamento das informações internas e externas. Isso traz melhoria da eficiência tanto pela redução dos custos associados à análise e à decisão julgamental como pela maior precisão. Seu uso é uma prática cada vez mais difundida, sobretudo pelos avanços tecnológicos e pelas novas técnicas de inteligência artificial.

Nós utilizamos modelos no apoio à tomada de decisão e para o fornecimento de informações preditivas em várias áreas do negócio, como gerenciamento dos riscos, cálculo de capital, teste de estresse e precificação, além de outras estimativas oriundas de modelos para avaliar impactos financeiros ou de reputação.

Em se tratando de simplificações da realidade, os modelos são sujeitos a riscos, que podem desencadear consequências adversas devido a decisões baseadas em estimativas incorretas ou obsoletas ou,



ainda, uso inapropriado. Para identificar e mitigar esses riscos, a Área de Avaliação Independente de Modelos (AVIM), com subordinação ao Chief Risk Officer (CRO), acompanha as limitações e fragilidades dos modelos e respectivos planos de ação. Realiza reportes aos respectivos gestores, à Auditoria Interna, à Comissão de Risco de Modelo e aos Comitês de Riscos. Em paralelo, atua efetivamente no fortalecimento do uso de modelos, realizando ações de acultramento e disseminando as boas práticas em modelagem.

Compliance, Integridade, Ética e Concorrencial

Alicerces dos nossos valores e direcionadores de interações e decisões diárias, os programas de compliance, integridade e concorrencial abrangem toda a Organização Bradesco, estendendo-se aos fornecedores, prestadores de serviços, parceiros de negócios, correspondentes no país e sociedades controladas, tornando explícitos os nossos princípios de altos padrões de compliance, integridade e conduta ética.

Esses princípios estão registrados em políticas, normas internas e programas de capacitação dos profissionais, agregando excelência nos procedimentos e controles, buscando prevenir, detectar e reportar o risco de compliance e eventuais ações que se configurem como violação ao Código de Conduta Ética da Organização Bradesco e/ou indícios de atividades ilegais, visando à adoção de ações cabíveis. As metodologias e procedimentos de controle são objetos de avaliação e aperfeiçoamento constante, em conformidade com as legislações e regulamentações vigentes e aplicáveis, com o apoio do Conselho de Administração da Organização e alinhados às melhores práticas de mercado.

Auditoria Independente

Em conformidade com o disposto na Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 162/22, a Organização Bradesco possui política de contratação de auditoria independente com diretrizes alinhadas as legislações e as regulamentações aplicáveis.

A Organização Bradesco contratou serviços da KPMG Auditores Independentes Ltda., não relacionados à auditoria das Demonstrações Financeiras Consolidadas. Estes serviços de não auditoria não configuram conflito de interesse e nem perda da independência na execução dos trabalhos de auditoria das Demonstrações Financeiras de acordo com a políticas de independência do auditor. As informações relacionadas aos honorários da empresa de auditoria são disponibilizadas anualmente em nosso Formulário de Referência.

Investimentos Sociais

FUNDAÇÃO BRADESCO

Constituída em 1956, a Fundação Bradesco é o maior projeto de investimento social privado do País. Desde sua formação, investe em educação como alicerce do desenvolvimento integral de crianças e jovens em todo o território nacional, por meio da promoção de ensino gratuito e de excelência em diversas frentes de atuação.

Todas as 40 unidades escolares são próprias e estão distribuídas nos 26 estados brasileiros e Distrito Federal, instaladas prioritariamente em regiões onde há acentuada vulnerabilidade socioeconômica, contribuindo para o desenvolvimento da região a partir do impacto transformacional na vida dos alunos e nas comunidades ao seu entorno, mudando a realidade educacional de todo o país.

A Fundação Bradesco acompanha cada um de seus alunos da Educação Básica por, aproximadamente, 13 anos, suportando-os com todos os itens necessários para garantir aprendizado igualitário em todas as regiões do Brasil.

R\$ 1,5 bilhão

Previsão de investimentos a ser realizado em 2025

R\$ 1,2 bilhão destinados ao custeio das despesas de atividades

R\$ 337 milhões para investimentos em infraestrutura e tecnologia educacional.



E esses investimentos permitirão:

REDE DE ESCOLAS

Mais de 42 mil alunos serão beneficiados prioritariamente na educação básica – Educação Infantil ao ensino médio e educação profissional técnica de nível médio em todo território nacional.

ESCOLA VIRTUAL

Mais de 1,8 milhão de usuários concluirão, ao menos, um dos cursos rápidos e gratuitos disponíveis no portal.

Reconhecimentos

- O Bradesco foi reconhecido pela Global Finance como o banco mais inovador da América Latina na categoria The Innovators 2025.
- Pelo segundo ano consecutivo, o Bradesco se destacou na premiação internacional da revista The Banker, parte do grupo Financial Times, em razão de iniciativas inovadoras em inteligência artificial, que visam transformar serviços financeiros.
- Pela vigésima quinta vez, o Bradesco foi reconhecido como o banco privado mais lembrado pelos produtores rurais, de acordo com o Top of Mind Rural.
- A Segurança Corporativa do Bradesco está entre os vencedores da premiação global FICO® Decision Awards, cujo o objetivo é destacar projetos inovadores e impactantes entre os clientes da plataforma de decisão FICO.
- Global Finance reconheceu o Bradesco BBI como World's Best Investment Bank de 2025 nos segmentos químico e industrial.
- Ágora é destaque no Prêmio Broadcast Projeções, entre os melhores na categoria Top Geral e Top Básico. A premiação é conduzida pela Broadcast/Agência Estado com o objetivo de reconhecer instituições cujas as projeções para os principais indicadores do País se aproximam da realidade.
- Global Finance reconheceu o Bradesco como o banco mais inovador da América Latina, em razão da implementação de inteligência artificial para melhoria dos serviços.
- O Bradesco foi reconhecido mais uma vez pelo GPTW (Great Place To Work), uma consultoria com relevância mundial que avalia as melhores empresas para construir carreira. O banco foi destaque nas categorias: Étnico Racial, Pessoas com Deficiência, Mulheres e Primeira Infância.

Agradecimentos

Os resultados conquistados no semestre refletem mais do que números – são a prova de que a estratégia da Organização Bradesco, baseada na excelência e na eficiência, está em sintonia com os tempos atuais e com as transformações do mercado. Cada avanço alcançado é fruto da confiança de nossos acionistas e clientes, e, sobretudo, da dedicação de nossos colaboradores. A todos que caminham conosco, nosso mais profundo agradecimento. Juntos, seguimos construindo um futuro de realizações.

Cidade de Deus, 29 de julho de 2025

Conselho de Administração e Diretoria

	R\$ mil	
	Nota	Em 30 de junho de 2025
Ativo		
Disponibilidades	5	16.597.448
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		449.834.089
- Títulos e valores mobiliários	6a	428.938.993
- Instrumentos financeiros derivativos	7b	20.895.096
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	8	95.163.605
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	8a	95.163.605
Ativos financeiros ao custo amortizado		1.366.683.474
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	9	285.542.906
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	10	223.126.155
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	11	120.519.168
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	582.259.774
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	12	6.795.091
- Outros ativos financeiros	13	148.440.380
Ativos não financeiros mantidos para venda	17a	1.590.867
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	14	12.360.677
Imobilizado de uso, líquido de depreciações	15	8.436.797
Intangíveis e ágio, líquidos de amortizações	16	19.083.918
Impostos a compensar		12.499.326
Créditos tributários	35c	114.941.888
Outros ativos	17	16.845.615
Total do Ativo		2.114.037.704
Passivo		
Passivos financeiros ao custo amortizado		1.412.638.867
- Recursos de instituições financeiras	18	372.472.858
- Recursos de clientes	19	639.264.909
- Recursos de emissão de títulos	20	281.390.177
- Dívidas subordinadas	21a	60.253.618
- Outros passivos financeiros	22	59.257.305
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	6b e 7b	20.354.407
Provisão para perda esperada	38b	3.511.636
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar		2.100.495
- Garantias Financeiras		1.411.141
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	23	425.080.810
Outras provisões	23b	34.709.372
Impostos correntes		1.490.273
Impostos diferidos	35e	5.592.599
Outros passivos	25	42.597.488
Total do passivo		1.945.975.452
Patrimônio líquido		
Capital social		87.100.000
Ações em tesouraria	26d	(168.625)
Reservas de capital		11.441
Reservas de lucros	26b	89.355.143
Outros resultados abrangentes		(5.670.802)
Lucros ou (prejuízos) acumulados		(3.315.194)
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		167.311.963
Participação de acionistas não controladores	27	750.289
Total do Patrimônio Líquido		168.062.252
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		2.114.037.704

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Nota	R\$ mil
		Acumulado em 30 de junho de 2025
Receitas da Intermediação Financeira		107.713.575
- Operações de crédito e arrendamento mercantil		59.142.948
- Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	7f III	38.695.066
- Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7e	391.931
- Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização		3.914.386
- Resultado de operações em moeda estrangeira		(1.446.661)
- Resultado das aplicações compulsórias	11b	5.471.643
- Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		1.544.262
Despesas da Intermediação Financeira		(63.501.661)
- Operações de captações no mercado	18e	(60.150.550)
- Operações de empréstimos e repasses	18d	(3.351.111)
Resultado da Intermediação Financeira		44.211.914
Perdas Esperadas de Ativos Financeiros	12	(17.123.425)
- Perda esperada com operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro		(16.928.194)
- Perda esperada com demais ativos financeiros		(195.231)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira Líquido de Perdas Esperadas de Ativos Financeiros		27.088.489
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais		(16.212.345)
- Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	28	15.039.489
- Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	23a III	6.956.185
- Despesas de pessoal	29	(12.845.473)
- Despesas administrativas	30	(10.723.593)
- Despesas tributárias	31	(4.154.173)
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	14a	882.278
- Outras receitas operacionais	32	5.232.428
- Outras despesas operacionais	33	(11.406.632)
- Provisão fiscal, cível, trabalhista e outras	24	(5.192.854)
Resultado Operacional		10.876.144
Resultado não operacional	34	(90.001)
Resultado Antes da Tributação Sobre o Lucro e Participação de Não Controladores		10.786.143
- Imposto de renda e contribuição social	35	1.226.151
- Participação de não controladores		(143.377)
Lucro Líquido		11.868.917
Lucro Básico e Diluído por Ação em Número Médio Ponderado de Ações Atribuível aos Acionistas (expresso em R\$ por ação):		
- Lucro por ação ordinária	26e i	1,07
- Lucro por ação preferencial	26e i	1,18

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Lucro líquido do período	11.868.917
Participação de acionistas não controladores	143.377
Lucro líquido do período atribuível aos acionistas	12.012.294
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	818.507
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.049.607
Próprios e de controladas	2.055.139
De coligadas e controladas em conjunto	(263.602)
Efeito dos impostos	(741.930)
Operações de <i>hedge</i>	16.904
<i>Hedge</i> de fluxo de caixa	(436.114)
<i>Hedge</i> de investimento no exterior	489.917
Efeito dos impostos	(36.899)
Ajuste de conversão de subsidiária no exterior	(248.004)
Itens que não podem ser reclassificados para o resultado	(743)
Avaliação atuarial	(743)
Total dos ajustes não incluídos no lucro líquido	817.764
Resultado abrangente do período	12.830.058
Atribuível aos acionistas:	
Controladores	12.686.681
Não controladores	143.377

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil									
	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	A��es em Tesouraria	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Patrimônio líquido atribuído a acionistas não controladores	Totais
		��gio por Subscri��o de A��es	Legal	Estatutária						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(11.008.993)	(568.728)	-	160.486.709	794.924	161.281.633
Ajustes Iniciais na Ado��o das Resolu��es n�� 4.966/21 e 4.975/21	-	-	-	-	4.520.427	-	(3.315.194)	1.205.233	-	1.205.233
Saldos em 1�� de janeiro de 2025	87.100.000	11.441	14.294.978	70.658.011	(6.488.566)	(568.728)	(3.315.194)	161.691.942	794.924	162.486.866
Cancelamento de a��es em Tesouraria	-	-	-	(622.724)	-	622.724	-	-	-	-
Aquisi��o de a��es em Tesouraria	-	-	-	-	-	(222.621)	-	(222.621)	-	(222.621)
Aumento/Redu��o de participa��o de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(188.012)	(188.012)
Ajustes de Avalia��o Patrimonial (1)	-	-	-	-	817.764	-	-	817.764	-	817.764
Lucro líquido	-	-	-	-	-	-	11.868.917	11.868.917	143.377	12.012.294
Destina��es:										
- Reservas	-	-	593.446	4.431.432	-	-	(5.024.878)	-	-	-
- Juros sobre o capital próprio pagos e/ou provisionados	-	-	-	-	-	-	(6.844.039)	(6.844.039)	-	(6.844.039)
Saldos em 30 de junho de 2025	87.100.000	11.441	14.888.424	74.466.719	(5.670.802)	(168.625)	(3.315.194)	167.311.963	750.289	168.062.252

(1) Inclui os efeitos da varia  o cambial referente a convers  o de investimentos no exterior.

As Notas Explicativas s  o parte integrante das Demonstra  es Financeiras Consolidadas.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	10.786.143
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos	50.559.727
- Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	17.123.425
- Despesas com atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	28.232.670
- Constituição/reversão e atualização monetária com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais	5.733.035
- Depreciação e amortização	3.800.872
- Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(882.278)
- (Ganho)/perda na venda de ativos não financeiros mantidos para venda	(124.094)
- (Ganho)/perda na venda de imobilizado de uso	98.611
- (Ganho)/perda na venda de investimentos	(51.709)
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior e outros	(3.543.490)
- Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	172.685
(Aumento)/redução nas variações em ativos	(83.467.299)
- Depósitos compulsórios no Banco Central	367.209
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.956.427)
- Operações de crédito e de arrendamento mercantil	(47.314.495)
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(70.735.429)
- Impostos diferidos	687.046
- Outros ativos financeiros	37.482.434
- Outros ativos	(997.637)
(Redução)/aumento nas variações em passivos	(14.400.691)
- Depósitos e demais instrumentos financeiros	(14.093.662)
- Impostos diferidos	(3.351.095)
- Provisões	(8.826.057)
- Outros passivos	16.391.221
- Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.521.098)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) das atividades operacionais	(36.522.120)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos:	
Aquisição de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(23.018.893)
Alienação, vencimentos e juros de ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	60.867.537
Vencimentos e juros de ativos financeiros ao custo amortizado	77.555.065
Aquisição de ativos financeiros ao custo amortizado	(57.384.217)
Alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	397.716
Aquisição de investimentos	(2.721.828)
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	282.987
Aquisição de imobilizado de uso	(2.815.318)
Alienação de imobilizado de uso	451.949
Aquisição de intangível	(2.636.299)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de investimentos	50.978.699
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
Recursos de emissão de títulos	68.141.958
Liquidação e pagamentos de juros de recursos de emissão de títulos	(59.028.326)
Emissão/liquidação e pagamentos de juros de dívidas subordinadas	(1.364.022)
Pagamento de arrendamento	(742.617)
Participação de não controladores	(188.012)
Juros sobre o capital próprio/dividendos pagos	(6.074.668)
Aquisição de ações em tesouraria	(222.621)
Caixa líquido proveniente/(utilizado) nas atividades de financiamento	521.692
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	14.978.271
Caixa e equivalentes de caixa - Início do período	208.023.801
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(172.685)
Caixa e equivalentes de caixa - Fim do período	222.829.387
Aumento/(redução) líquido, de caixa e equivalentes de caixa	14.978.271

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Descrição	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
	2025	%
1 – Receitas	102.238.240	367,3
1.1) Intermediação Financeira	107.713.575	386,9
1.2) Prestação de Serviços	15.039.489	54,0
1.3) Provisões para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	(17.123.425)	(61,5)
1.4) Outras	(3.391.399)	(12,2)
2 – Despesas de Intermediação Financeira	(63.501.661)	(228,1)
3 – Insumos Adquiridos de Terceiros	(7.981.161)	(28,7)
Serviços de Terceiros	(2.490.258)	(8,9)
Processamento de Dados	(1.281.410)	(4,6)
Comunicação	(327.402)	(1,2)
Manutenção e Conservação de Bens	(653.062)	(2,3)
Serviços do Sistema Financeiro	(806.994)	(2,9)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(585.608)	(2,1)
Segurança e Vigilância	(241.780)	(0,9)
Transporte	(313.755)	(1,1)
Materiais, Água, Energia e Gás	(210.696)	(0,8)
Viagens	(93.026)	(0,3)
Outras	(977.170)	(3,5)
4 – Valor Adicionado Bruto (1-2-3)	30.755.418	110,5
5 – Depreciação e Amortização	(3.800.872)	(13,7)
6 – Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade (4-5)	26.954.546	96,8
7 – Valor Adicionado Recebido em Transferência	882.278	3,2
Resultado de Participações em Coligadas e de Controle Compartilhado	882.278	3,2
8 – Valor Adicionado a Distribuir (6+7)	27.836.824	100,0
9 – Distribuição do Valor Adicionado	27.836.824	100,0
9.1) Pessoal	11.132.737	40,0
Proventos	6.749.017	24,2
Benefícios	2.714.106	9,8
FGTS	581.215	2,1
Outros	1.088.399	3,9
9.2) Impostos, Taxas e Contribuições	4.640.758	16,7
Federais	4.324.376	15,5
Estaduais	401	-
Municipais	315.981	1,1
9.3) Remuneração de Capitais de Terceiros	51.035	0,2
Aluguéis	51.035	0,2
9.4) Remuneração de Capitais Próprios	12.012.294	43,2
Juros sobre o Capital Próprio	6.844.039	24,6
Lucros Retidos	5.024.878	18,1
Participação dos Não Controladores nos Lucros Retidos	143.377	0,5

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Apresentamos as Notas Explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Consolidadas, distribuídas da seguinte forma:

	Página
1) INFORMAÇÕES GERAIS	69
2) POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	69
3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS	82
4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS	85
5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	86
6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO	87
7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS	88
8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	97
9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO	99
10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ	100
11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	101
12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO	102
13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	109
14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO	110
15) IMOBILIZADO DE USO	111
16) INTANGÍVEL	111
17) OUTROS ATIVOS	113
18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	114
19) RECURSOS DE CLIENTES	116
20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS	116
21) DÍVIDAS SUBORDINADAS	117
22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS	118
23) PROVISÕES	119
24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	121
25) OUTROS PASSIVOS	125
26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)	125
27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS	127
28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	127
29) DESPESAS DE PESSOAL	128
30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	128
31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS	128
32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	129
33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	129
34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL	129
35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	130
36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO	133
37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	137
38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL	139
39) OUTRAS INFORMAÇÕES	150

1) INFORMAÇÕES GERAIS

O Banco Bradesco S.A. (o “Bradesco”, o “Banco”, a “Companhia” ou a “Organização”) é uma companhia aberta de direito privado, sua matriz está localizada na Cidade de Deus, s/n, na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, Brasil, que, operando na forma de Banco Múltiplo, desenvolve atividades bancárias em todas as modalidades autorizadas, por meio de suas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor e de crédito imobiliário. Por intermédio de suas controladas, atua direta e indiretamente, em diversas outras atividades, com destaque para Arrendamento Mercantil, Banco de Investimentos, Corretora de Títulos e Valores Mobiliários, Administração de Consórcios, Gestão de Recursos, Cartões de Crédito, Empreendimentos Imobiliários, Seguros, Previdência e Capitalização. As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas da Organização Bradesco (Organização), atuando no mercado de modo integrado.

2) PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco abrangem as demonstrações financeiras do Bradesco, suas empresas controladas, agências no exterior e os fundos de investimento que a entidade possua controle, conforme estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Para a elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas, as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas foram eliminados, bem como foram destacadas as parcelas do lucro líquido e do patrimônio líquido referentes às participações dos acionistas não controladores. Os ágios apurados nas aquisições de investimentos em empresas coligadas/controladas e empresas de controle compartilhado estão apresentados em investimentos (Nota 14) e intangível (Nota 16a).

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas, adicionalmente às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme faculdade prevista no artigo 77 da Resolução CMN nº 4.966/21, as quais estão sendo divulgadas nesta mesma data.

Estas demonstrações financeiras consolidadas e notas explicativas selecionadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que incluem a Resolução CMN nº 4.818/20, a Resolução BCB nº 2/20, as diretrizes emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), com as respectivas alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. Para a contabilização das operações, foram utilizadas as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Bacen, além das normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (Susep) e da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), quando não conflitantes com as normas aplicáveis às instituições financeiras. As demonstrações financeiras da sociedade de arrendamento mercantil, incluídas nesta consolidação, foram preparadas pelo método financeiro, com a reclassificação do imobilizado de arrendamento para a rubrica de operações de arrendamento mercantil, deduzido do valor residual recebido antecipadamente.

As demonstrações financeiras consolidadas apresentam todas as informações relevantes para a compreensão das mudanças na situação patrimonial e financeira da Organização, no seu desempenho e nos seus fluxos de caixa ocorridas desde o término do exercício

social mais recente, incluindo, no mínimo, o saldo de cada um dos grupos e subgrupos de contas que estiverem incluídos nas demonstrações financeiras completas mais recentes.

A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco evidenciam todas as informações financeiras relevantes, utilizadas na sua gestão.

As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção das Resoluções CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 foram aplicadas prospectivamente na data de sua adoção inicial.

A Organização optou pela isenção facultada pela Norma de não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores, decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas), nas demonstrações financeiras consolidadas, referentes aos períodos do ano de 2025. Os efeitos decorrentes da aplicação dos critérios contábeis, estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21, foram registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários e os ganhos e perdas não realizados registrados no Patrimônio Líquido na conta Outros Resultados Abrangentes – ORA, foram ajustados em contrapartida ao valor do ativo em 1º de janeiro de 2025.

O Bradesco e suas empresas do conglomerado optaram por utilizar a faculdade, do parágrafo 5º, da Resolução CMN nº 4.975/21, de tal forma, que os saldos de estoque referentes a operações anteriores a 1º de janeiro de 2025 serão tratados como se a norma tivesse sido aplicada desde o ano de 2019 (data na qual para fins de demonstrações financeiras em IFRS a respectiva normativa de operações de arrendamentos foi adotada).

As demonstrações financeiras consolidadas incluem estimativas e premissas que são revisadas, no mínimo, anualmente: a mensuração de perdas estimadas com instrumentos financeiros; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros; cálculo de provisões técnicas de seguros, planos de previdência complementar e capitalização; e a determinação da vida útil de determinados ativos.

Alguns números incluídos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento. Assim sendo, os valores indicados como totais em alguns quadros podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem.

As demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de julho de 2025.

a) Base de Consolidação

Destacamos as principais sociedades e fundos de investimento, com participação direta e indireta, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Ramo Financeiro – País				
Ágora Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Banco Bradescard S.A.	São Paulo - Brasil	Cartões	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BBI S.A.	São Paulo - Brasil	Banco de Investimentos	100,00%	100,00%
Banco Bradesco BERJ S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco Financiamentos S.A.	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Losango S.A. Banco Múltiplo	Rio de Janeiro - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.	São Paulo - Brasil	Adm. de Consórcios	100,00%	100,00%
Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	São Paulo - Brasil	Arrendamento	100,00%	100,00%
Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.	São Paulo - Brasil	Corretora de Câmbio	99,97%	99,97%
Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	São Paulo - Brasil	Corretora	100,00%	100,00%
Kirton Bank S.A. Banco Múltiplo	São Paulo - Brasil	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Digio S.A.	São Paulo - Brasil	Banco Digital	100,00%	100,00%
Tivio Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Adm. de Ativos	61,56%	61,56%
Tempo Serviços Ltda.	Minas Gerais - Brasil	Prestação de Serviços	100,00%	100,00%
Ramo Financeiro – Exterior				
Banco Bradesco Europa S.A. (1)	Luxembourg - Luxembourg	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. Grand Cayman Branch (1)	Georgetown - Cayman Islands	Bancária	100,00%	100,00%
Banco Bradesco S.A. New York Branch (1)	New York - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Inc. (1)	New York - Estados Unidos	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, UK. Limited (1)	Londres - Reino Unido	Corretora	100,00%	100,00%
Bradesco Securities, Hong Kong Limited (1)	Hong Kong - China	Corretora	100,00%	100,00%
Bradescard México, Sociedad de Responsabilidad Limitada (2)	Jalisco - México	Cartões	100,00%	100,00%
Bradesco Bank (3)	Flórida - Estados Unidos	Bancária	100,00%	100,00%
Ramo de Seguros, Previdência e de Capitalização - País				
Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora	100,00%	100,00%
Bradesco Capitalização S.A.	São Paulo - Brasil	Capitalização	100,00%	100,00%

	Localização da Sede	Atividade	Participação total	Participação total do Capital Votante
			Em 30 de junho de 2025	Em 30 de junho de 2025
Bradesco Saúde S.A.	Rio de Janeiro - Brasil	Seguradora/Saúde	100,00%	100,00%
Bradesco Seguros S.A.	São Paulo - Brasil	Seguradora	99,96%	99,96%
Bradesco Vida e Previdência S.A.	São Paulo - Brasil	Previdência/Seguradora	100,00%	100,00%
Odontoprev S.A. (4)	São Paulo - Brasil	Saúde Dental	52,89%	52,89%
Ramo de Seguros - Exterior				
Bradesco Argentina de Seguros S.A. (1) (4)	Buenos Aires - Argentina	Seguradora	99,98%	99,98%
Outras Atividades - País				
Andorra Holdings S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradseg Participações S.A.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Nova Paiol Participações Ltda.	São Paulo - Brasil	Holding	100,00%	100,00%
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	São Paulo - Brasil	Corretora de Seguros	100,00%	100,00%
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A.	São Paulo - Brasil	Imobiliária	100,00%	100,00%
Cia. Securitizadora de Créditos Financeiros	São Paulo - Brasil	Aquisição de Créditos	100,00%	100,00%
Fundos de Investimento (5)				
Brad Priv Performance FICFI RF Cred PRIV PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Cred Priv Premium PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Brad Private PB FIC FI RF Cred Priv PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC de FI Renda Fixa A PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Alpha Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado Investimento no Exterior	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI RF Athenas PGBL/VGBL	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Ultra PGBL/VGBL FIC FI RF Cred Priv	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco FIC FI R.F. PGBL/VGBL Fix Plus	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco Fundo de Investimento RF Memorial	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%
Bradesco F.I.C.F.I. R.F. VGBL F10	São Paulo - Brasil	Fundo de Investimento	100,00%	100,00%

(1) A moeda funcional destas empresas no exterior é o Real;

(2) A moeda funcional desta empresa é o Peso Mexicano;

(3) A moeda funcional desta empresa é o Dólar;

(4) Informações contábeis utilizadas com defasagem de data de até 60 dias; e

(5) Foram consolidados os fundos de investimento em que o Bradesco assume ou retém, substancialmente, riscos e benefícios.

As demonstrações financeiras consolidadas seguem, em todos os seus aspectos relevantes, os princípios, métodos e critérios uniformes em relação àqueles adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, exceto as políticas contábeis significativas aplicadas para elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, devido a adoção das Resoluções do CMN nº 4.966/21 e 4.975/21 em 1º de janeiro de 2025, conforme apresentadas a seguir:

b) Apuração do resultado

As receitas dos ativos financeiros e as despesas de juros de passivos são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado. Com relação aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA e as despesas de juros de passivos classificados ao custo amortizado a Organização utiliza o método da taxa efetiva de juros, com exceção de instrumentos de patrimônio.

c) Ativos e passivos financeiros

1) Ativos financeiros

A Organização classifica e mensura os ativos financeiros com base tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual.

A Organização classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado (CA); (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Modelo de negócio:** configura a maneira pela qual a Organização administra seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O objetivo da Administração para um determinado modelo de negócio, é: (i) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais; (ii) manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais e venda; ou (iii) manter os ativos para negociação. Quando os ativos financeiros se enquadram nos modelos de negócios (i) e (ii) deve-se aplicar o teste SPPJ (somente pagamento de principal e juros). Os ativos financeiros mantidos sob o modelo de negócios (iii) são mensurados ao VJR.

- **Teste SPPJ:** O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Neste sentido, o principal se refere ao valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e juros se refere à contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, ao risco de crédito associado ao valor do principal em aberto durante período específico e a outros riscos e custos básicos de empréstimos. Os instrumentos financeiros que não se enquadrarem no conceito mencionado acima são mensurados a VJR, como por exemplo, os derivativos.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado**

Todos os ativos financeiros que não atendam aos critérios de mensuração ao custo amortizado ou ao VJORA, são classificados como mensurados ao VJR, além daqueles ativos que no reconhecimento inicial são irrevogavelmente designados ao VJR, caso isso elimine ou reduza significativamente descasamentos contábeis.

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo no balanço, sendo os custos de transação e as respectivas modificações subsequentes reconhecidas imediatamente no resultado.

Ganhos e perdas realizados e não realizados decorrentes de mudanças no valor justo de ativos financeiros não derivativos são reconhecidos diretamente no resultado em “Ganhos /(perdas) líquidos de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado”. As receitas de juros de ativos financeiros mensurados ao VJR são reconhecidas em “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários”. Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos ativos, veja Nota 7f III).

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo seja tanto manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais quanto para venda.

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais as receitas ou custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros. A receita de dividendos é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, na rubrica de “Resultado de operações com títulos e valores mobiliários” quando a Organização passa a ter direito ao dividendo. Os ganhos ou perdas originadas das variações cambiais em investimentos de títulos de dívida classificados como VJORA são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Veja Nota 7f (III) para mais detalhes sobre o tratamento de perdas de crédito esperada.

A Organização pode adicionalmente designar de forma irrevogável um instrumento patrimonial, para os quais não exista a estratégia de negociação para a categoria de Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes. Neste caso, não há registro de quaisquer efeitos na Demonstração Consolidada do Resultado de eventos subsequentes relativos a este ativo, com exceção de dividendos que representam o próprio resultado do investimento.

- **Mensurados ao custo amortizado**

São ativos financeiros que atendam ao critério do teste SPPJ, cujo objetivo é o de manter os ativos para receber os fluxos de caixa contratuais.

Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são ativos reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais, e contabilizados, subsequentemente, pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros. No caso de perda de crédito esperada é reconhecida uma dedução do valor contábil do ativo financeiro e é reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

II) Passivos financeiros

A Organização classifica seus passivos financeiros como mensurados ao custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros, exceto para os passivos financeiros para negociação.

Os passivos financeiros para negociação reconhecidos pela Organização são os instrumentos financeiros derivativos que são registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas alterações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

A Organização não possui nenhum passivo financeiro designado a valor justo por meio do resultado.

Para mais detalhes sobre o tratamento de derivativos, veja Nota 7.

III) Instrumentos financeiros derivativos e operações de “*hedge*”

Os instrumentos financeiros derivativos destinam-se a atender às necessidades próprias para administrar a exposição global do Bradesco, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas posições.

As operações são registradas pelo seu valor justo considerando as metodologias de marcação a mercado adotadas pelo Bradesco, podendo ter seu ajuste contabilizado no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo da classificação entre *hedge* contábil e suas categorias.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para mitigar os riscos de exposições em moedas, índices, preços, taxas ou indexadores, são considerados como instrumentos de proteção (*hedge*), cujos objetivos são: (i) controlar e enquadrar as operações, respeitando-se os limites de exposição e de riscos vigentes; (ii) alterar, modificar ou reverter posições em função de mudanças de mercado e de estratégias operacionais; e (iii) reduzir ou mitigar exposições de operações em mercados inoperantes, em condições de estresse ou de baixa liquidez.

Os instrumentos designados para fins de *hedge accounting* são classificados de acordo com a sua natureza em:

- *Hedge* de risco de mercado - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como seus ativos e passivos financeiros relacionados, objeto de *hedge*, têm seus ganhos e perdas, realizados ou não realizados, registrados em conta de resultado;
- *Hedge* de fluxo de caixa - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registradas, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A

parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado; e

- *Hedge* de investimento líquido em operação no exterior - os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm como objetivo proteger a variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, sendo contabilizados de acordo com os procedimentos contábeis aplicáveis à categoria de *hedge* de fluxo de caixa, ou seja, com a parcela efetiva reconhecida em patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, e a parcela não efetiva reconhecida em resultado do período.

Para os derivativos classificados na categoria *hedge* contábil existe o acompanhamento da: (i) efetividade da estratégia, através de testes de efetividade prospectiva e retrospectiva, e (ii) marcação a mercado dos instrumentos de *hedge*.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, está apresentada na Nota 7.

IV) Baixa

É realizada a baixa do ativo financeiro quando não há expectativa razoável de recuperação, quando os direitos contratuais de seus fluxos de caixa expiram, ou quando se transferem os direitos de recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre o ativo financeiro e, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro também são transferidos. A Organização efetua a baixa de um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são pagas, resgatadas, canceladas ou expiradas.

V) Reestruturação

Os ativos financeiros reestruturados são aqueles em que há alteração das condições originalmente pactuadas do instrumento ou a substituição do instrumento financeiro original por outro, com liquidação ou refinanciamento parcial ou integral da respectiva obrigação original. As reestruturações em que há concessões significativas à contraparte, em decorrência da deterioração relevante de sua qualidade creditícia, as quais não seriam concedidas caso não ocorresse tal deterioração são caracterizadas como reestruturações.

A movimentação da carteira de reestruturação está apresentada na Nota 12e.

VI) Determinação do valor justo

A determinação do valor justo da maioria dos ativos e passivos financeiros é baseada nos preços de cotações do mercado ou cotações de preços de distribuidoras para os instrumentos financeiros negociados em mercados ativos. Para os demais instrumentos financeiros, o valor justo é determinado utilizando-se de técnicas de avaliação, as quais incluem uso de transações em mercado recente, método de fluxos de caixa descontados, comparação com instrumentos similares para os quais existam preços observáveis no mercado e modelos de avaliação.

Para outros instrumentos mais comumente tratados, a Organização utiliza modelos de avaliação conhecidos, que consideram dados observáveis no mercado, a fim de determinar o valor justo de instrumentos financeiros.

Para instrumentos mais complexos, a Organização utiliza modelos próprios, que usualmente são desenvolvidos com base em modelos de avaliação reconhecidos. Algumas informações incluídas nesses modelos podem não ser observáveis no mercado e são derivadas de preços ou taxas de mercado, ou ainda, são estimadas com base em premissas.

O valor produzido por um modelo ou por uma técnica de avaliação é ajustado para refletir diversos fatores, uma vez que as técnicas de avaliação podem não refletir adequadamente todos os fatores que os participantes do mercado consideram quando realizam uma transação.

Os ajustes de avaliação são registrados levando-se em conta os riscos dos modelos, as diferenças entre o preço de compra e venda, riscos de crédito e liquidez, bem como outros fatores. Na opinião da Administração, tais ajustes de avaliação são necessários e apropriados para a correta demonstração do valor justo dos instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial.

Uma descrição detalhada da apuração do valor justo dos instrumentos financeiros está apresentada na Nota 38g.

VII) Perdas de créditos esperadas

Em relação a provisão para perdas de crédito, as Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23 estabelecem critérios aplicáveis aos instrumentos financeiros, inclusive às operações de arrendamento mercantil, garantias financeiras prestadas, compromissos de crédito e créditos a liberar.

A Organização apura o risco de crédito e as perdas esperadas de forma coletiva, agrupando os instrumentos financeiros, gerenciados de forma massificada, em grupos homogêneos de risco conforme sua política de crédito. Adota-se a metodologia completa de apuração de perdas esperadas associadas ao risco de crédito, definida no artigo nº 44 das resoluções supracitadas, sendo obrigatória para instituições do Segmento 1 (S1).

As perdas esperadas são apuradas em bases prospectivas para instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao VJORA (com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais), ativos financeiros mensurados a VJR no nível 1 da hierarquia de valor justo que sejam títulos privados ou operações com característica de concessão de crédito, garantias financeiras, compromissos de crédito e créditos a liberar.

Constituição de Provisão

A provisão para perdas esperadas é constituída em seu reconhecimento inicial com base no estágio de risco de crédito do instrumento financeiro, como despesa do período e em contrapartida à adequada conta do ativo para ativos financeiros e arrendamentos mercantis ou do passivo para garantias financeiras, compromissos de crédito, créditos a liberar e contraprestações vincendas de operações de arrendamento mercantil operacional.

A provisão é constituída sobre o valor contábil bruto dos ativos financeiros, o qual inclui a apropriação de juros e encargos (*accrual*) pela taxa efetiva de juros até o momento que se torne um ativo com problemas de recuperação de crédito.

O Bradesco constitui provisão para perdas esperadas para compromissos de crédito e créditos a liberar não canceláveis sobre o valor presente da estimativa da utilização de recursos dos compromissos de crédito e o valor presente dos créditos a liberar.

Quanto a garantias financeiras prestadas, a provisão é constituída sobre o valor presente dos desembolsos futuros estimados de responsabilidade da instituição vinculados a contratos de garantias financeiras prestadas considerando a probabilidade de desembolsos futuros no caso da contraparte garantida não honrar a obrigação de acordo com as disposições contratuais vigentes.

A provisão para perda é revista mensalmente, sempre que há alteração na estimativa da perda esperada ou no estágio do instrumento.

Alocação em Estágios

Os instrumentos financeiros são alocados em um de três estágios, desde seu reconhecimento inicial e serão realocados entre eles à medida que seu risco de crédito aumente ou diminua, considerando o surgimento de fatos novos relevantes.

Primeiro estágio: Instrumentos que não sejam caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito e cujo risco de crédito não tenha aumentado significativamente. Considera-se que há aumento significativo do risco de crédito quando ocorrer atraso superior a 30 dias no pagamento do principal ou de encargos. Em casos específicos, admite-se considerar atraso de até 60 dias, conforme evidências consistentes e verificáveis.

Para os instrumentos alocados no primeiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo financeiro com problema de recuperação de crédito nos próximos 12 meses ou durante o prazo esperado do instrumento, quando este for inferior a 12 meses.

Segundo estágio: Instrumentos cujo risco de crédito tenha aumentado significativamente ou que deixarem de ser caracterizados como ativos com problema de recuperação de crédito.

Para os instrumentos alocados no segundo estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando a probabilidade de o instrumento se caracterizar como ativo com problema de recuperação de crédito durante todo o prazo esperado do instrumento financeiro.

Terceiro estágio: Instrumentos com problema de recuperação de crédito.

No terceiro estágio, a provisão corresponde à perda esperada apurada pela instituição, considerando que o instrumento se caracteriza como um ativo com problema de recuperação de crédito.

São classificados neste estágio: os ativos financeiros inadimplidos (mais de 90 dias de atraso), aqueles que tenham indicativo de que a respectiva obrigação não será

integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais e os ativos financeiros reestruturados.

Estes instrumentos têm seu reconhecimento de receitas suspenso (*stop-accrual*), sendo contabilizadas apenas no seu recebimento, pelo regime de caixa. Essa abordagem também se aplica a possíveis ganhos obtidos nas reestruturações.

Além disto, para ativos inadimplidos (atraso maior que 90 dias) que fazem parte do estágio 3, é constituída provisão para perdas incorridas, como um componente da provisão para perdas esperadas. Essa provisão é calculada com base em percentuais, de acordo com as carteiras (C1 à C5) e as faixas de atraso estipuladas na Resolução BCB nº 352/23.

Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco (cura), resultando no retorno do reconhecimento de receitas (*accrual*) para os instrumentos do estágio 3 e reversões de provisão.

Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação. O registro correspondente é efetuado em contas de compensação e controles de identificação mantendo-se até o esgotamento de todos os procedimentos de cobrança por um prazo mínimo de 5 anos. No caso de recuperações subsequentes ou reestruturações de ativos financeiros previamente baixados, os valores recuperados são creditados na demonstração do resultado até o limite do valor baixado anteriormente. Os ativos são então alocados no terceiro estágio, com provisão para perdas esperadas igual a totalidade do valor do instrumento.

Os eventuais ganhos provenientes da reestruturação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos, independentemente de serem operações ativas ou recuperadas de prejuízo.

A alocação em estágios é revista minimamente: mensalmente, no caso de atrasos de pagamento de principal e encargos; a cada 6 meses para instrumentos de uma mesma contraparte cujo montante seja superior a 5% do patrimônio líquido da instituição; uma vez a cada 12 meses para os demais instrumentos, sempre que novos fatos indicarem alteração significativa da qualidade de crédito; e quando o instrumento for reestruturado.

Apuração

O Bradesco avalia a perda esperada associada ao risco de crédito dos instrumentos financeiros baseando-se em critérios consistentes e verificáveis, utilizando técnicas de mensuração compatíveis com a natureza e complexidade dos instrumentos financeiros.

A apuração do risco de crédito e da perda esperada associada ao risco de crédito pode ser realizada de forma coletiva mediante utilização de modelo adequado ao tratamento de risco de crédito por carteira. São agrupados instrumentos financeiros que pertençam ao mesmo grupo homogêneo de risco, definidos na política de crédito e nos procedimentos de gestão de crédito da instituição como operações de varejo.

Considera-se minimamente os seguintes parâmetros, em termos percentuais:

- **Probabilidade de se caracterizar com Problema de Recuperação de Crédito:** Avaliada com base no prazo esperado do instrumento financeiro e na situação econômica corrente, além de previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado.
- **Expectativa de Recuperação:** Considera os custos de recuperação, características de garantias ou colaterais, taxas históricas de recuperação, concessão de vantagens à contraparte e previsões econômicas.

A expectativa de recuperação corresponde ao quociente entre o valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito e o valor da base de cálculo definida.

Ao estimar a expectativa de recuperação, o Bradesco observa critérios específicos, como a utilização da taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial e a consideração dos fluxos de caixa esperados, tanto positivos quanto negativos.

As metodologias e premissas são revisadas regularmente para reduzir quaisquer diferenças entre as estimativas de perda e a perda real.

d) Juros

A Organização optou pela utilização da metodologia diferenciada proporcional para fins do reconhecimento de receitas e despesas relativas aos custos de transação pela taxa de juros efetiva de operações de crédito e demais operações com característica de concessão de crédito classificadas na categoria custo amortizado, conforme facultado pelo artigo nº 75 da Resolução BCB nº 352/23.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos da transação, descontos ou prêmios que a compõem. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Adicionalmente a Organização optou para alguns componentes na utilização da materialidade para fins de taxa efetiva de juros, conforme artigo nº 13 da Resolução BCB nº 352/23.

e) Imobilizado de Uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade.

É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear de acordo com a vida útil-econômica estimada dos bens e ajustado por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A composição dos custos dos bens e suas depreciações correspondentes, estão apresentadas na Nota 15.

Os direitos de uso relativos a imóveis e equipamentos de processamento de dados são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado.

i. Arrendamentos da Organização (Arrendatário)

Como arrendatário, a Organização avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

A Organização aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor.

No início de um arrendamento, a Organização reconhece um “passivo de arrendamento” para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente.

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos.

O prazo do arrendamento é definido como o prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção. A Organização possui política descritiva para os prazos de arrendamentos de Imóveis, que considera o plano de negócio e premissas da administração, opções de prorrogação e as leis e normas locais.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados da data inicial, descontados pela taxa incremental aplicada a cada contrato de acordo com o prazo do arrendamento.

Os pagamentos dos arrendamentos incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber e pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

A taxa incremental aplicada pela Organização leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo *spread* de crédito.

Subsequentemente, o passivo de arrendamento é ajustado para refletir os juros incidentes sobre os fluxos de pagamento, remensurado para refletir qualquer reavaliação ou modificações do arrendamento e reduzido para refletir os pagamentos efetuados.

Os encargos financeiros são reconhecidos como despesa financeira e apropriados de acordo com o prazo dos contratos, considerando a taxa nominal de desconto.

Os contratos e arrendamentos de imóveis com prazo indeterminado não foram considerados no escopo da Resolução CMN nº 4.975/21, pois trata-se de locações nas quais o contrato pode ser rescindido a qualquer momento sem multa significativa. Dessa maneira, o contrato de aluguel não foi considerado como executável.

ii. Arrendamento de curto prazo e baixo valor

A Organização aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos cujo prazo seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra. Também aplica a isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do arrendamento.

f) Depósitos e Demais Instrumentos Financeiros

i. Captações no mercado aberto, empréstimos e repasses, recursos de clientes, recursos de emissão de títulos e valores mobiliários e dívida subordinada

São mensurados ao custo amortizado, descontado pela taxa efetiva de juros e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis atualizados até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia.

As captações com operações compromissadas, realizadas com acordo de livre movimentação, são ajustadas pelo seu valor de mercado, pois são classificadas como valor justo no resultado.

A composição das operações está apresentada nas Notas 18, 19, 20 e 21.

ii. Despesas associadas às captações de recursos

Nas operações de captação de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, as despesas associadas são apropriadas ao resultado de acordo com a taxa efetiva de juros pelo método diferenciado proporcional, sendo a composição dos respectivos saldos dessas captações estão apresentados na Nota 18e.

3) NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025

Resolução CMN nº 4.975/21 - Dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025 - Dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das operações de *hedge*, substitui entre outras normas a Resolução nº 2.682, a Resolução nº 3.533, a Circular nº 3.068 e a Circular nº 3.082.

Em 16 de novembro de 2022, foi promulgada a Lei nº 14.467, que estabelece novas regras para a dedutibilidade das perdas de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Essas regras impactam as bases de cálculo do imposto de renda e da CSLL, a partir de 1º de janeiro de 2025. A principal regra é a aplicação de fatores para dedução de operações inadimplidas (operações com atraso superior a noventa dias).

Com a publicação da Lei nº 15.078, em 27 de dezembro de 2024, as perdas relativas aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024, que não tenham sido deduzidas até essa data (estoque), somente poderão ser excluídas na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL à razão de um oitenta e quatro avos ou cento e vinte avos, para cada mês do período de apuração, a partir de janeiro de 2026. Esta Lei vetou a dedução das perdas incorridas no ano de 2025 que excedam o lucro real do exercício. As perdas não deduzidas nesse período terão o mesmo tratamento do estoque de 1º de janeiro de 2025.

I) Classificação de risco no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, segue abaixo a classificação de risco no exercício social anterior bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme regulamentação anterior:

Modalidades e Níveis de Risco – Conforme Regulamentação Anterior	R\$ mil									
	Níveis de risco									
	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total da carteira em 31 de dezembro de 2024
Total da carteira em 31 de dezembro de 2024	271.600.591	238.604.704	107.376.421	32.953.602	13.443.790	19.611.591	5.673.688	5.053.904	24.875.732	719.194.023
Saldo de Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito em 31 de dezembro de 2024	-	1.384.118	1.172.512	1.331.698	3.087.425	8.017.913	3.676.052	4.729.546	24.875.732	48.274.996

Conforme artigo nº 105 da Resolução BCB nº 352/23, abaixo a classificação de risco no exercício vigente bem como o respectivo nível de provisão para perda esperada associada ao risco de crédito, conforme nova regulamentação:

Instrumentos Financeiros e Estágios de Risco – Conforme Nova Regulamentação (Exercício Atual)	R\$ mil			
	Níveis de risco			Total da carteira em 1º de janeiro de 2025
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Total da Carteira em 1º de janeiro de 2025	629.751.917	28.858.215	60.648.453	719.258.585
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	9.748.637	4.226.632	36.484.191	50.459.460
Provisão para limites de crédito concedidos	2.103.867	62.000	319.588	2.485.455
Demais	308.154	34.244	423.461	765.859
Saldo de perdas esperadas associadas ao risco de crédito em 1º de janeiro de 2025	12.160.658	4.322.876	37.227.240	53.710.774

II) Categorias de Hedge Accounting no exercício social anterior e a sua nova classificação, conforme regulamentação vigente:

Conforme artigo nº 106 da Resolução BCB nº 352/23, não houve reclassificações de categorias de estruturas de *Hedge Accounting* existentes na data do balanço do exercício social anterior e as suas novas classificações bem como não houve descontinuações de estruturas de *Hedge Accounting*, conforme regulamentação vigente.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis em períodos futuros

Em 2023 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.100 e a Resolução BCB nº 352, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, as quais postergaram a vigência do Capítulo V, que trata da Contabilidade de Hedge, para 1º de janeiro de 2027.

Em 2024 foram emitidas a Resolução CMN nº 5.146 e a Resolução BCB nº 397, normas complementares à Resolução CMN nº 4.966/21, que facultaram o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados.

O Banco vem avaliando a aplicação das referidas normas, e os possíveis impactos decorrentes da adoção estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor das normas.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVOS

Exceto pela mensuração da Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito, as estimativas e julgamentos contábeis significativos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras são uniformes em relação àqueles que foram adotados para as demonstrações financeiras anuais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para Perdas Esperadas associadas ao Risco de Crédito

A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito requer o uso de modelos quantitativos e suposições sobre condições econômicas futuras e comportamento dos instrumentos financeiros.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da provisão, tais como:

- Determinar critérios para classificação dos instrumentos financeiros;
- Agrupar instrumentos financeiros com perfil de riscos semelhantes;
- Selecionar modelos quantitativos e pressupostos apropriados; e
- Estabelecer diferentes cenários prospectivos e suas ponderações.

O processo para determinar o nível de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Disponibilidades em moeda nacional	13.014.658
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.582.790
Total de disponibilidades (caixa)	16.597.448
Aplicações voluntárias no Banco Central	11.099.998
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	195.131.941
Total de caixa e equivalentes de caixa	222.829.387

(1) Referem-se às operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO**a) Títulos e valores mobiliários ao valor justo por meio do resultado**

Títulos	R\$ mil							
	Em 30 de junho de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	19.712.806	3.937.263	2.575.377	55.829.921	18.924.000	100.979.367	101.289.595	(310.228)
Letras do tesouro nacional	19.349.985	1.408.761	81.495	5.930.761	-	26.771.002	26.691.668	79.334
Notas do tesouro nacional	-	2.199	2.101	31.966.709	-	31.971.009	31.979.442	(8.433)
Ações	-	-	-	-	10.902.538	10.902.538	11.274.313	(371.775)
Letras financeiras do tesouro	960	2.156.158	1.590.068	9.103.859	-	12.851.045	12.830.190	20.855
Outros	361.861	370.145	901.713	8.828.592	8.021.462	18.483.773	18.513.982	(30.209)
- Grupo Segurador	2.024.981	5.466.881	8.804.414	301.486.510	10.173.069	327.955.855	327.324.395	631.460
• Seguradoras e Capitalização	843.463	7.879	1.102.544	18.573.291	2.378.551	22.905.728	22.922.879	(17.151)
- Letras financeiras do tesouro	26.843	7.879	1.084.602	18.351.367	-	19.470.691	19.466.688	4.003
- Outros	816.620	-	17.942	221.924	2.378.551	3.435.037	3.456.191	(21.154)
• Previdência	1.181.518	5.459.002	7.701.870	282.913.219	7.794.518	305.050.127	304.401.516	648.611
- Letras financeiras do tesouro	11.164	669.366	4.422.884	188.176.354	-	193.279.768	192.888.158	391.610
- Letras financeiras	745.371	4.548.156	1.603.795	29.115.098	-	36.012.420	35.756.993	255.427
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	29.427.452	-	29.427.452	29.787.999	(360.547)
- Debêntures	13.466	46.323	522.616	22.958.749	-	23.541.154	23.438.601	102.553
- Letras do tesouro nacional	17.790	34.463	79.633	12.756.206	-	12.888.092	12.629.727	258.365
- Outros	393.727	160.694	1.072.942	479.360	7.794.518	9.901.241	9.900.038	1.203
- Outras atividades	-	-	3.771	-	-	3.771	3.768	3
Letras financeiras do tesouro	-	-	3.771	-	-	3.771	3.768	3
Total geral	21.737.787	9.404.144	11.383.562	357.316.431	29.097.069	428.938.993	428.617.758	321.235

b) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Instrumentos financeiros derivativos	20.354.407
Total	20.354.407

7) INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

O Bradesco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, registrados em contas patrimoniais e de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar sua exposição global, bem como para atender às solicitações de seus clientes, no sentido de administrar suas exposições. Essas operações envolvem uma variedade de derivativos, inclusive *swaps* de taxas de juros, *swaps* de moeda, futuros e opções. A política de gestão de riscos do Bradesco é fundamentada na utilização de instrumentos financeiros derivativos com o objetivo, predominantemente, de mitigar os riscos decorrentes das operações efetuadas pelo Bradesco e empresas controladas.

Os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial consolidado pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Para instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos *swaps* é determinado utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas, principalmente, na B3 e no mercado secundário doméstico e internacional. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo dos *swaps* de moeda, de taxa de juros e *swaps* com outros fatores de risco. O valor justo dos contratos a termo e de futuros também é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando metodologias similares aquelas descritas para *swaps*. O valor justo dos instrumentos derivativos de crédito é determinado com base em cotações de preços de mercado ou obtido junto a entidades especializadas. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como *Black-Scholes*, usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente. Os preços atuais de mercado são usados para precificar as volatilidades. Para a estimação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos de balcão também é levado em consideração a qualidade creditícia de cada contraparte, associando assim uma perda esperada para cada portfólio de derivativos (CVA).

Os instrumentos financeiros derivativos no Brasil referem-se, substancialmente, a operações de *swaps* e futuros, sendo registradas na B3.

Os instrumentos financeiros derivativos realizados no exterior referem-se a operações de *swaps*, termo, opções, crédito e futuros efetuadas, substancialmente, nas Bolsas de Chicago e Nova York, bem como mercado de balcão.

As macros estratégias de atuação são delimitadas pelas carteiras *Trading* (proprietária) e *Banking*. As operações da Carteira *Trading*, inclusive derivativos são realizadas com o objetivo de aproveitar movimentos direcionais de preços e/ou taxas, estratégias de arbitragem, *hedge*, *market maker*, podendo ser liquidadas total ou parcialmente antes do vencimento contratado originalmente. As operações da Carteira *Banking* são compostas por operações comerciais e os seus respectivos *hedges*.

Os riscos destas carteiras são controlados em visões consolidadas por fator de risco e a gestão eficiente dos riscos destas carteiras requer o uso conjunto de operações de derivativos e demais instrumentos, dentre eles, os títulos e valores mobiliários.

a) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
Contratos futuros				
Compromissos de compra:	158.804.761	93.386	542.018	635.404
- Mercado interfinanceiro	89.444.075	61.342	61.492	122.834
- Moeda estrangeira	48.842.525	14.845	425.700	440.545
- Outros	20.518.161	17.199	54.826	72.025
Compromissos de venda:	128.744.514	(110.619)	(398.482)	(509.101)
- Mercado interfinanceiro (1)	88.447.389	(98.382)	(120.905)	(219.287)
- Moeda estrangeira (2)	32.061.431	(3.919)	(233.276)	(237.195)
- Outros	8.235.694	(8.318)	(44.301)	(52.619)
Contratos de opções				
Compromissos de compra:	642.934.666	785.105	133.075	918.180
- Mercado interfinanceiro	567.818.389	335.063	-	335.063
- Moeda estrangeira	3.838.222	42.786	145.610	188.396
- Outros	71.278.055	407.256	(12.535)	394.721
Compromissos de venda:	628.741.610	(1.760.391)	236.896	(1.523.495)
- Mercado interfinanceiro	568.484.343	(204.725)	-	(204.725)
- Moeda estrangeira	6.160.544	(262.368)	(61.920)	(324.288)
- Outros	54.096.723	(1.293.298)	298.816	(994.482)
Contratos a termo				
Compromissos de compra:	63.868.302	10.411.069	(22.346)	10.388.723
- Moeda estrangeira	53.678.951	2.580.952	-	2.580.952
- Outros	10.189.351	7.830.117	(22.346)	7.807.771
Compromissos de venda:	63.926.755	(10.715.379)	(119)	(10.715.498)
- Moeda estrangeira (2)	61.109.450	(3.466.436)	-	(3.466.436)
- Outros	2.817.305	(7.248.943)	(119)	(7.249.062)
Contratos de Câmbio				
Compromissos de compra:	32.168.647	(410.145)	-	(410.145)
- Moeda estrangeira	32.168.647	(410.145)	-	(410.145)
Compromissos de venda:	10.849.977	(72.458)	-	(72.458)
- Moeda estrangeira	10.849.977	(72.458)	-	(72.458)
Contratos de swap				
Posição ativa:	1.058.229.098	5.701.724	3.069.732	8.771.456
- Mercado interfinanceiro	338.711.693	2.443.266	153.649	2.596.915
- Prefixados	111.811.393	1.310.199	451.509	1.761.708

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Valor de referência	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo
- Moeda estrangeira	559.429.357	1.681.879	612.515	2.294.394
- Outros	48.276.655	266.380	1.852.059	2.118.439
Posição passiva:	659.481.412	(6.339.970)	(602.407)	(6.942.377)
- Mercado interfinanceiro	27.076.058	(641.167)	(931.097)	(1.572.264)
- Prefixados	538.455.591	(846.462)	(42.089)	(888.551)
- Moeda estrangeira	58.392.083	(3.038.139)	14.218	(3.023.921)
- IGP-M	103.000	(149.662)	14.792	(134.870)
- Outros	35.454.680	(1.664.540)	341.769	(1.322.771)
Total	3.447.749.742	(2.417.678)	2.958.367	540.689

Nos derivativos, estão incluídas as operações vencíveis em D+1.

(1) Inclui: (i) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção de captações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 39.124.975 mil; e (ii) hedge contábil de fluxo de caixa para proteção das aplicações referenciadas ao DI, no valor de R\$ 7.137.537 mil (Nota 7f II), e

(2) Inclui hedge específico para proteção dos ativos e passivos, derivados de investimentos no exterior. Os investimentos no exterior totalizam o montante de R\$ 37.744.983 mil.

b) Composição dos instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos) demonstrada pelo seu valor de custo atualizado, valor justo e prazos

	R\$ mil						
	Em 30 de junho de 2025						
	1 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste ao valor justo
Ajuste a receber – swap	615.346	287.170	526.618	7.342.322	8.771.456	5.701.724	3.069.732
Ajuste a receber - futuro	161.686	24.901	24.764	424.053	635.404	93.386	542.018
Compras a termo a receber	2.098.620	596.292	1.300.601	6.399.353	10.394.866	10.417.212	(22.346)
Vendas a termo a receber (1)	3.289	1.273	543	8	5.113	5.113	-
Compras de moedas estrangeira a receber	56.901	1.985	7.560	-	66.446	66.446	-
Vendas de moedas estrangeira a receber	101.524	1.525	582	-	103.631	103.631	-
Prêmios de opções a exercer	715.469	63.974	45.642	93.095	918.180	785.106	133.074
Total do ativo (A)	3.752.835	977.120	1.906.310	14.258.831	20.895.096	17.172.618	3.722.478
Ajuste a pagar - swap	(371.554)	(251.271)	(1.178.188)	(5.141.364)	(6.942.377)	(6.339.970)	(602.407)
Ajuste a pagar - futuro	(165.949)	(8.493)	(113.011)	(221.648)	(509.101)	(110.619)	(398.482)
Compras a termo a pagar	(5.910)	(94)	-	(139)	(6.143)	(6.143)	-
Vendas a termo a pagar	(2.384.340)	(883.973)	(1.221.543)	(6.230.755)	(10.720.611)	(10.720.492)	(119)
Compras de moedas estrangeira a pagar	(227.413)	(190.552)	(58.626)	-	(476.591)	(476.591)	-
Vendas de moedas estrangeira a pagar	(176.054)	(35)	-	-	(176.089)	(176.089)	-
Prêmios de opções lançadas	(641.792)	(142.531)	(98.452)	(640.720)	(1.523.495)	(1.760.392)	236.897
Total do passivo (B)	(3.973.012)	(1.476.949)	(2.669.820)	(12.234.626)	(20.354.407)	(19.590.296)	(764.111)
Efeito Líquido (A-B)	(220.177)	(499.829)	(763.510)	2.024.205	540.689	(2.417.678)	2.958.367

(1) Inclui ajustes a receber relativo ao hedge de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

c) Contratos futuros, de opções, de termo, de câmbio e de swap – (Valor de Referência)

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Contratos futuros (1)	98.050.091	15.027.109	42.359.470	132.112.605	287.549.275
Contratos de opções	752.113.908	275.693.605	238.392.229	5.476.534	1.271.676.276
Contratos a termo (1)	63.865.326	24.171.839	21.743.078	18.014.814	127.795.057
Contratos de câmbio	21.576.940	10.240.440	10.494.663	706.581	43.018.624
Contratos de swap	144.496.542	101.495.382	607.159.179	864.559.407	1.717.710.510
Total em 30 de junho de 2025	1.080.102.807	426.628.375	920.148.619	1.020.869.941	3.447.749.742

(1) Inclui contratos relativo ao hedge para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior, eliminando os efeitos da variação cambial desses ativos e passivos.

d) Tipos de margem oferecida em garantia para instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Títulos públicos	
Notas do tesouro nacional	2.193.393
Letras financeiras do tesouro	516.346
Letras do tesouro nacional	1.770.271
Total	4.480.010

e) Valores das receitas e das despesas líquidas

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Contratos futuros (1)	3.816.165
Contratos de opções	(198.341)
Contratos a termo (1)	(2.546.555)
Contratos de câmbio	1.506.124
Contratos de swap	(1.361.574)
Variação cambial de ativos e passivos no exterior	(823.888)
Total (Nota 7f III)	391.931

(1) Inclui o resultado e o respectivo ajuste ao valor justo do hedge para proteção de ativos e passivos, denominados e/ou indexados em moeda estrangeira, basicamente, derivados de investimentos no exterior.

f) Valores de referência dos instrumentos financeiros derivativos, separados por local de negociação e contrapartes

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
B3 (bolsa)	1.523.982.623
B3 (balcão)	311.137.387
- Instituições financeiras	59.408.378
- Empresas	250.039.861
- Pessoas físicas	1.689.148
Exterior (bolsa) (1)	23.225.915
Exterior (balcão) (1)	1.589.403.817
Total	3.447.749.742

(1) Compreendem operações realizadas nas Bolsas de Chicago e Nova York e no mercado de balcão.

I) Derivativos de crédito (Credit Default Swap – CDS)

Representam, de forma geral, um contrato bilateral no qual uma das contrapartes compra proteção contra um risco de crédito de um determinado instrumento financeiro (o risco é transferido). A contraparte que vende a proteção recebe uma remuneração que, normalmente, será paga de forma linear ao longo da vigência da operação.

No caso de um evento de crédito ("default"), a contraparte que comprou a proteção receberá um pagamento, cujo objetivo é compensar a perda de valor no instrumento financeiro. Nesse caso, a contraparte que vende a proteção, normalmente, receberá o ativo objeto em troca do referido pagamento.

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Risco recebido de Swaps de créditos:	1.161.980
- Títulos de dívidas emitidas por empresas	801.566
- Títulos públicos brasileiros	360.414
Risco transferido de Swaps de créditos:	(136.427)
- Derivativos de títulos de empresas	(136.427)

Os contratos relativos às operações de derivativos de crédito acima descritos possuem vencimentos até 2031. Durante o período, não houve ocorrência de evento de crédito relativo a fatos geradores previstos nos contratos.

II) Hedge contábil

Em 30 de junho de 2025, o Bradesco mantinha *hedge*, em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen, composto por:

Hedge de fluxo de caixa – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição às futuras mudanças nas taxas de juros e no câmbio. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) em caso de inefetividade do *hedge*; ou (ii) na realização do objeto de *hedge*. A parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

	R\$ mil			
Estratégia	Instrumento de hedge valor nominal	Objeto de hedge valor contábil	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
Hedge de recebimentos de juros de aplicações em títulos (1)	7.137.537	7.264.877	(87.490)	(48.119)
Hedge de pagamentos de juros das captações (1)	39.124.975	39.066.419	(238.183)	(131.161)

(1) Referente ao risco de taxa de juros variável do DI, utilizando-se de contratos de DI Futuro na B3, Swaps e FED funds, sendo os prazos de vencimentos até 2032, tornando o fluxo de caixa prefixado; e

(2) A efetividade verificada na carteira de hedge encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ (217.564) mil.

Não houve ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* contábil de fluxo de caixa, registrados em contas de resultado no acumulado em 30 de junho de 2025.

Hedge de investimentos no exterior – os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, tem por objetivo, a redução da exposição à variação cambial de investimentos no exterior, cuja moeda funcional seja diferente da moeda nacional, a qual impacta o resultado da Organização. A parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações destes instrumentos é reconhecida em conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários e só é transferida para o resultado em duas situações: (i) inefetividade do *hedge*; ou (ii) na alienação ou alienação parcial da operação no exterior. A

parcela não efetiva do respectivo *hedge* é reconhecida diretamente em conta de resultado.

Estratégia	R\$ mil			
	Instrumento de <i>hedge</i> valor nominal	Objeto de <i>hedge</i> valor contábil	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (bruto dos efeitos fiscais)	Ajuste a valor justo registrado no patrimônio líquido (líquido dos efeitos fiscais)
<i>Hedge</i> de variação cambial nos fluxos de caixa futuros (1)	5.336.234	5.031.325	(1.046.308)	(548.710)
Total em 30 de junho de 2025	5.336.234	5.031.325	(1.046.308)	(548.710)

(1) Cujas moeda funcional é diferente do real, utilizando-se de contratos Forward, Termo de paridade e Futuros de Dólar, tendo como objeto de *hedge* o investimento no exterior referenciado a MXN (Peso Mexicano) e USD (Dólar Americano). A efetividade verificada na carteira de *hedge* encontra-se em conformidade com o estabelecido na Circular nº 3.082/02 do Bacen.

Com base na Circular nº 3.082/02 do BCB, para os próximos 12 meses, os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, que esperamos reconhecer no resultado, equivalem ao montante de R\$ 5.308 mil.

Os ganhos/(perdas) relativos ao *hedge* de investimentos no exterior, registrados em contas de resultado, no acumulado em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 3.673 mil.

III) Resultado com títulos e valores mobiliários, resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização e instrumentos financeiros derivativos

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho
Receita de juros com aplicações em títulos e valores mobiliários	22.731.530
Ganho/(perda) ao valor justo por meio do resultado	607.178
Ganho/(perda) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	102.766
Ganho/(perda) ao custo amortizado	(136.469)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10b)	15.390.061
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	38.695.066
Resultado financeiro de seguros, previdência e capitalização (1)	3.914.386
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (7e)	391.931
Total	43.001.383

(1) No acumulado em 30 de junho de 2025, compreende receitas financeiras de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ 32.147.056 mil e despesas de atualização e juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização no valor de R\$ (28.232.670) mil.

8) ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES**a) Títulos e valores mobiliários por meio de outros resultados abrangentes**

Títulos	R\$ mil							
	Em 30 de junho de 2025							
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Valor justo	Valor de custo atualizado	Ganhos/Perdas não realizadas
- Financeiras	6.218.508	5.852.917	12.650.620	35.146.364	112.901	59.981.310	60.080.959	(99.649)
Letras do tesouro nacional	4.155.202	-	7.954.026	4.378.474	-	16.487.702	16.568.954	(81.252)
Letras financeiras do tesouro	-	1.141.748	3.390.942	18.755.451	-	23.288.141	23.247.519	40.622
Títulos de governos estrangeiros	1.876.517	4.457.847	294.451	221.969	-	6.850.784	6.837.052	13.732
Notas do tesouro nacional	-	-	-	5.598.756	-	5.598.756	5.666.177	(67.421)
Outros	186.789	253.322	1.011.201	6.191.714	112.901	7.755.927	7.761.257	(5.330)
- Grupo Segurador	-	7.071	68.299	30.506.689	4.599.798	35.181.857	40.658.020	(5.476.163)
• Seguradoras e Capitalização	-	-	5.303	11.269.019	2.660.597	13.934.919	17.491.366	(3.556.447)
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	10.787.489	-	10.787.489	12.728.239	(1.940.750)
- Ações	-	-	-	-	2.659.224	2.659.224	4.269.136	(1.609.912)
- Outros	-	-	5.303	481.530	1.373	488.206	493.991	(5.785)
• Previdência	-	7.071	62.996	19.237.670	1.939.201	21.246.938	23.166.654	(1.919.716)
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	18.695.451	-	18.695.451	20.783.538	(2.088.087)
- Ações	-	-	-	-	1.939.201	1.939.201	1.798.541	140.660
- Outros	-	7.071	62.996	542.219	-	612.286	584.575	27.711
- Outras atividades	-	1	-	-	437	438	159	279
Outros	-	1	-	-	437	438	159	279
Total geral	6.218.508	5.859.989	12.718.919	65.653.053	4.713.136	95.163.605	100.739.138	(5.575.533)

Os ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros ao VJORA consistem, principalmente, do registro das variações no valor justo de ativos financeiros quando estes são vendidos, sendo substancialmente títulos de renda fixa. Os ganhos e as perdas reconhecidos no resultado decorrente da baixa destes ativos totalizaram no período R\$ 102.766 mil.

b) Investimentos em instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

	R\$ mil		
	Custo	Ajustes ao Valor Justo (PL)	Valor Justo
Ações de companhias abertas e outras ações	6.068.341	(1.468.890)	4.599.451
Total em 30 de junho de 2025	6.068.341	(1.468.890)	4.599.451

Em virtude da alienação de instrumentos patrimoniais designados ao VJORA no reconhecimento inicial, no período foi transferido dentro do patrimônio líquido o montante de R\$ (499.738) mil. Na data da baixa o valor justo destes instrumentos patrimoniais era de R\$ 1.844.223 mil.

A Organização adotou a opção de designar instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes devido às particularidades de determinado mercado.

c) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a VJORA:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 1 de janeiro de 2025	13.022	1.565	-	14.587
Transferidos para o Estágio 1	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos para o Estágio 3	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 1	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 2	-	-	-	-
Oriundos do Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	15.130	(1.565)	-	13.565
Perda esperada de ativos financeiros a VJORA em 30 de junho de 2025	28.152	-	-	28.152

9) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS AO CUSTO AMORTIZADO

Títulos	R\$ mil						
	Em 30 de junho de 2025						
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ganhos/Perdas não realizadas (1)
- Financeiras	7.083.438	10.266.860	30.064.317	185.479.568	232.894.183	226.958.988	(5.935.195)
Debêntures	202.188	3.626.620	3.289.763	41.959.091	49.077.662	46.901.579	(2.176.083)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	58.112.730	58.112.730	54.641.329	(3.471.401)
Letras do tesouro nacional	5.699.844	-	15.367.235	28.229.451	49.296.530	48.481.576	(814.954)
Cédula do Produto Rural	609.582	5.146.289	4.216.803	25.068.815	35.041.489	35.255.070	213.581
Notas promissórias	400.920	1.216.640	2.856.495	17.612.497	22.086.552	22.639.105	552.553
Outros	170.904	277.311	4.334.021	14.496.984	19.279.220	19.040.329	(238.891)
- Grupo Segurador	-	-	-	52.648.723	52.648.723	48.847.347	(3.801.376)
• Seguradoras e Capitalização	-	-	-	12.671.935	12.671.935	10.905.899	(1.766.036)
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	12.671.935	12.671.935	10.905.899	(1.766.036)
• Previdência	-	-	-	39.976.788	39.976.788	37.941.448	(2.035.340)
- Notas do tesouro nacional	-	-	-	39.976.788	39.976.788	37.941.448	(2.035.340)
Total geral	7.083.438	10.266.860	30.064.317	238.128.291	285.542.906	275.806.335	(9.736.571)

(1) Os ganhos e perdas não são registrados contabilmente.

I) Reconciliação de perdas esperadas de ativos financeiros a custo amortizado:

	R\$ mil			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total (1)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 1º de janeiro de 2025	711.909	50.705	5.408.826	6.171.440
Transferidos para o Estágio 1	-	(2.087)	(5.835)	(7.922)
Transferidos para o Estágio 2	(7.964)	-	(13.045)	(21.009)
Transferidos para o Estágio 3	(3.945)	(8.736)	-	(12.681)
Oriundos do Estágio 1	-	7.964	3.945	11.909
Oriundos do Estágio 2	2.087	-	8.736	10.823
Oriundos do Estágio 3	5.835	13.045	-	18.880
Novos ativos originados ou comprados/Ativos liquidados ou pagos	22.504	52.492	(231.228)	(156.232)
Perda esperada de ativos financeiros a custo amortizado em 30 de junho de 2025	730.426	113.383	5.171.399	6.015.208

(1) O saldo da perda esperada está registrado como "Perda esperada com demais ativos financeiros" na Demonstração Consolidada do Resultado.

10) APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ**a) Composição e prazos**

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Aplicações em Operações Compromissadas:					
Posição bancada	36.693.335	1.159.484	15.390	-	37.868.209
• Notas do tesouro nacional	18.295.701	674.634	-	-	18.970.335
• Letras do tesouro nacional	4.657.876	167.817	-	-	4.825.693
• Letras financeiras do tesouro	11.745.841	100.981	-	-	11.846.822
• Outros	1.993.917	216.052	15.390	-	2.225.359
Posição financiada	153.884.658	1.388.549	15.235	-	155.288.442
• Notas do tesouro nacional	66.054.730	348.011	-	-	66.402.741
• Letras do tesouro nacional	43.703.940	-	-	-	43.703.940
• Letras financeiras do tesouro	44.000.923	907.857	-	-	44.908.780
• Outros	125.065	132.681	15.235	-	272.981
Posição vendida	6.737.665	9.377.963	-	-	16.115.628
• Letras financeiras do tesouro	6.737.665	9.377.963	-	-	16.115.628
Subtotal	197.315.658	11.925.996	30.625	-	209.272.279
Aplicações em depósitos interfinanceiros:					
• Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.278.283	2.806.062	5.512.011	2.580.914	13.177.270
Subtotal	2.278.283	2.806.062	5.512.011	2.580.914	13.177.270
Aplicações em moedas estrangeiras:					
• Aviso Prévio	64.566	-	-	-	64.566
• Prazo Fixo	612.040	-	-	-	612.040
Subtotal	676.606	-	-	-	676.606
Em 30 de junho de 2025	200.270.547	14.732.058	5.542.636	2.580.914	223.126.155
%	89,7	6,6	2,5	1,2	100,0

b) Receitas de aplicações interfinanceiras de liquidez

Classificadas na demonstração do resultado como resultado de operações com títulos e valores mobiliários.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho
Rendas de aplicações em operações compromissadas:	
• Posição bancada	4.253.582
• Posição financiada	8.455.422
• Posição vendida	666.476
Subtotal	13.375.480
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros/Outros	2.014.581
Total (Nota 7f III)	15.390.061

11) DEPÓSITOS COMPULSÓRIOS E OUTROS DEPÓSITOS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL**a) Créditos vinculados e outros depósitos**

	R\$ mil	
	Remuneração	Em 30 de junho de 2025
Compulsório sobre depósitos à vista	Não remunerado	9.976.278
Compulsório sobre depósitos de poupança	Índice da poupança	25.078.523
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa Selic	74.364.369
Aplicações voluntárias no Banco Central	Taxa Selic	11.099.998
Total		120.519.168

b) Resultado das aplicações compulsórias

	R\$ mil	
	Acumulado em 30 de junho	
Créditos vinculados ao Bacen (depósito compulsório)		5.459.037
Créditos vinculados ao SFH (1)		12.606
Total		5.471.643

(1) Os depósitos vinculados ao SFH (Sistema Financeiro de Habitação) estão registrados na rubrica "Outros ativos".

12) OPERAÇÕES DE CRÉDITO**a) Operações de crédito por tipo de produto**

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	316.929.417
- Financiamentos e repasses	132.074.518
- Financiamento à exportação	38.991.490
- Financiamento imobiliário	31.393.259
- Repasses BNDES/Finame	20.519.345
- Financiamento de veículos	22.230.135
- Importação	12.262.793
- Leasing	6.677.496
- Empréstimos	168.147.991
- Capital de giro	110.820.216
- Crédito rural (b)	11.951.701
- Outros	45.376.074
- Operações com limites (1)	16.706.908
Pessoa Física	421.386.000
- Financiamentos e repasses	155.150.232
- Financiamento imobiliário	111.219.616
- Financiamento de veículos	36.597.258
- Repasses BNDES/Finame	6.892.099
- Outros	441.259
- Empréstimos	183.399.132
- Crédito pessoal	149.210.270
- Crédito rural (b)	15.271.823
- Outros	18.917.039
- Operações com limites (1)	82.836.636
Total da carteira	738.315.417
Perda por redução ao valor recuperável de operação de crédito	(49.681.942)
Total de operações de crédito, líquido (2)	688.633.475

(1) Refere-se a operações com limites preestabelecidos em aberto vinculados à conta corrente e ao cartão de crédito, cujos limites de crédito são recompostos automaticamente à medida que os valores utilizados são pagos; e

(2) Composto por Operações de crédito - R\$ 582.259.774 mil, Operações de arrendamento mercantil - R\$ 6.795.091 mil e Outros ativos financeiros - R\$ 99.578.610 mil, líquidos de provisões para perdas esperadas.

b) Crédito Rural (Direcionamento de Recursos)

Para o Plano Safra 2024/2025, encerrado em 30/06/2025, o direcionamento de crédito rural foi de R\$ 38.006.817 mil, correspondendo a soma da exigibilidade sobre o VSR - Valor Sujeito ao Recolhimento (31,5%) e LCA - Letra de Crédito do Agronegócio (50%). A título de cumprimento destas obrigações o Bradesco se utiliza dos seguintes instrumentos: Crédito Rural; DIR - Depósitos Interfinanceiros Rurais; CPR - Cédula de Produtor Rural e CDCA - Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio. Os custos diretos e indiretos para atender a essa exigibilidade são os custos normais atrelados as operações de crédito. Não há previsão de custos por descumprimento das exigibilidades.

c) Reconciliação do valor contábil bruto de operações de crédito

Estágio 1	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	282.633.333	(4.012.631)	(1.853.084)	803.396	141.835	5.399.989	-	283.112.838
- Financiamentos	125.114.755	(1.257.848)	(314.131)	194.567	63.683	813.035	-	124.614.061
- Empréstimos	145.133.328	(2.460.994)	(1.424.489)	538.668	73.220	2.369.980	-	144.229.713
- Rotativos	12.385.250	(293.789)	(114.464)	70.161	4.932	2.216.974	-	14.269.064
Pessoa Física	347.118.718	(7.666.251)	(3.459.026)	2.709.251	1.077.576	23.771.213	-	363.551.481
- Financiamentos	132.000.317	(3.261.698)	(1.058.750)	1.042.958	198.394	11.925.134	-	140.846.355
- Empréstimos	149.534.315	(2.877.000)	(2.218.455)	1.176.466	435.725	9.592.860	-	155.643.911
- Rotativos	65.584.086	(1.527.553)	(181.821)	489.827	443.457	2.253.219	-	67.061.215
Total	629.752.051	(11.678.882)	(5.312.110)	3.512.647	1.219.411	29.171.202	-	646.664.319

(1) Do total de ativos alocados no primeiro estágio, R\$ 920.162 mil possuem atraso superior a 30 dias.

Estágio 2	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Originados / Liquidados	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	6.946.383	(803.396)	(1.799.119)	4.012.631	127.036	195.535	-	8.679.070
- Financiamentos	1.861.943	(194.567)	(263.662)	1.257.848	10.731	(384.380)	-	2.287.913
- Empréstimos	4.363.092	(538.668)	(1.355.709)	2.460.994	110.830	445.681	-	5.486.220
- Rotativos	721.348	(70.161)	(179.748)	293.789	5.475	134.234	-	904.937
Pessoa Física	21.911.700	(2.709.251)	(4.303.957)	7.666.251	1.696.056	316.942	-	24.577.741
- Financiamentos	8.443.456	(1.042.958)	(1.045.732)	3.261.698	141.959	(728.325)	-	9.030.098
- Empréstimos	9.169.428	(1.176.466)	(2.240.079)	2.877.000	1.424.827	599.194	-	10.653.904
- Rotativos	4.298.816	(489.827)	(1.018.146)	1.527.553	129.270	446.073	-	4.893.739
Total	28.858.083	(3.512.647)	(6.103.076)	11.678.882	1.823.092	512.477	-	33.256.811

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Originados / Liquidados	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025 (1) (2)
Pessoa Jurídica	26.373.476	(141.835)	(127.036)	1.853.084	1.799.119	561.586	(5.180.885)	25.137.509
- Financiamentos	5.494.788	(63.683)	(10.731)	314.131	263.662	(552.939)	(272.684)	5.172.544
- Empréstimos	19.479.034	(73.220)	(110.830)	1.424.489	1.355.709	611.675	(4.254.799)	18.432.058
- Rotativos	1.399.654	(4.932)	(5.475)	114.464	179.748	502.850	(653.402)	1.532.907
Pessoa Física	34.274.975	(1.077.576)	(1.696.056)	3.459.026	4.303.957	5.883.245	(11.890.793)	33.256.778
- Financiamentos	4.432.803	(198.394)	(141.959)	1.058.750	1.045.732	(540.785)	(382.368)	5.273.779
- Empréstimos	18.622.180	(435.725)	(1.424.827)	2.218.455	2.240.079	2.887.172	(7.006.017)	17.101.317
- Rotativos	11.219.992	(443.457)	(129.270)	181.821	1.018.146	3.536.858	(4.502.408)	10.881.682
Total	60.648.451	(1.219.411)	(1.823.092)	5.312.110	6.103.076	6.444.831	(17.071.678)	58.394.287

(1) Do total de ativos alocados para o terceiro estágio, R\$ 25.281.814 mil foram decorrentes de operações reestruturadas; e

(2) Não possuímos contratos que não foram alocadas no Estágio 3, em razão do risco de crédito ser significativamente inferior frente aos demais instrumentos da mesma contraparte caracterizados como ativo com problema de recuperação de crédito.

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Originados / Liquidados	(Write off) (1)	Saldo em 30 de junho de 2025 (1)
Pessoa Jurídica	315.953.192	6.157.110	(5.180.885)	316.929.417
- Financiamentos	132.471.486	(124.284)	(272.684)	132.074.518
- Empréstimos	168.975.454	3.427.336	(4.254.799)	168.147.991
- Rotativos	14.506.252	2.854.058	(653.402)	16.706.908
Pessoa Física	403.305.393	29.971.400	(11.890.793)	421.386.000
- Financiamentos	144.876.576	10.656.024	(382.368)	155.150.232
- Empréstimos	177.325.923	13.079.226	(7.006.017)	183.399.132
- Rotativos	81.102.894	6.236.150	(4.502.408)	82.836.636
Total	719.258.585	36.128.510	(17.071.678)	738.315.417

(1) Do total das operações, R\$ 646.664.319 mil possuem baixo risco de crédito em relação ao total da carteira, além disso, 58% das operações possuem garantia.

d) Reconciliação de perdas esperadas de operação de crédito

Estágio 1	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 2	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 2	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	3.594.618	(135.222)	(100.934)	68.897	71.089	(98.419)	-	3.400.029
- Financiamentos	1.001.834	(30.370)	(7.135)	14.240	30.928	(61.514)	-	947.983
- Empréstimos	2.273.738	(95.034)	(84.341)	52.280	38.234	(103.030)	-	2.081.847
- Rotativos	319.046	(9.818)	(9.458)	2.377	1.927	66.125	-	370.199
Pessoa Física	6.157.999	(251.157)	(220.662)	285.548	471.951	(290.232)	-	6.153.447
- Financiamentos	437.710	(34.820)	(21.409)	41.802	47.798	(21.240)	-	449.841
- Empréstimos	3.845.053	(163.508)	(189.227)	218.977	230.615	(131.585)	-	3.810.325
- Rotativos	1.875.236	(52.829)	(10.026)	24.769	193.538	(137.407)	-	1.893.281
Total	9.752.617	(386.379)	(321.596)	354.445	543.040	(388.651)	-	9.553.476

Estágio 2	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 3	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 3	Constituição / (Reversão)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	988.363	(68.897)	(363.915)	135.222	75.863	305.782	-	1.072.418
- Financiamentos	238.312	(14.240)	(54.843)	30.370	5.274	84.083	-	288.956
- Empréstimos	619.065	(52.280)	(239.892)	95.034	68.244	112.336	-	602.507
- Rotativos	130.986	(2.377)	(69.180)	9.818	2.345	109.363	-	180.955
Pessoa Física	3.236.267	(285.548)	(1.428.723)	251.157	943.690	927.902	-	3.644.745
- Financiamentos	414.750	(41.802)	(133.400)	34.820	39.001	128.568	-	441.937
- Empréstimos	2.158.363	(218.977)	(954.727)	163.508	853.621	408.976	-	2.410.764
- Rotativos	663.154	(24.769)	(340.596)	52.829	51.068	390.358	-	792.044
Total	4.224.630	(354.445)	(1.792.638)	386.379	1.019.553	1.233.684	-	4.717.163

Estágio 3	R\$ mil							
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Transferência para Estágio 1	Transferência para Estágio 2	Oriundos do Estágio 1	Oriundos do Estágio 2	Constituição / (Reversão)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	15.090.689	(71.089)	(75.863)	100.934	363.915	4.146.169	(5.180.885)	14.373.870
- Financiamentos	2.180.059	(30.928)	(5.274)	7.135	54.843	212.667	(272.684)	2.145.818
- Empréstimos	12.049.650	(38.234)	(68.244)	84.341	239.892	3.255.682	(4.254.799)	11.268.288
- Rotativos	860.980	(1.927)	(2.345)	9.458	69.180	677.820	(653.402)	959.764
Pessoa Física	21.391.524	(471.951)	(943.690)	220.662	1.428.723	11.302.958	(11.890.793)	21.037.433
- Financiamentos	1.790.547	(47.798)	(39.001)	21.409	133.400	794.403	(382.368)	2.270.592
- Empréstimos	12.686.999	(230.615)	(853.621)	189.227	954.727	6.123.736	(7.006.017)	11.864.436
- Rotativos	6.913.978	(193.538)	(51.068)	10.026	340.596	4.384.819	(4.502.408)	6.902.405
Total	36.482.213	(543.040)	(1.019.553)	321.596	1.792.638	15.449.127	(17.071.678)	35.411.303

Consolidado - 3 estágios	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição / (Reversão) (1)	(Write off)	Saldo em 30 de junho de 2025
Pessoa Jurídica	19.673.670	4.353.532	(5.180.885)	18.846.317
- Financiamentos	3.420.205	235.236	(272.684)	3.382.757
- Empréstimos	14.942.453	3.264.988	(4.254.799)	13.952.642
- Rotativos	1.311.012	853.308	(653.402)	1.510.918
Pessoa Física	30.785.790	11.940.628	(11.890.793)	30.835.625
- Financiamentos	2.643.007	901.731	(382.368)	3.162.370
- Empréstimos	18.690.415	6.401.127	(7.006.017)	18.085.525
- Rotativos	9.452.368	4.637.770	(4.502.408)	9.587.730
Total	50.459.460	16.294.160	(17.071.678)	49.681.942

(1) Composto por liquidações antecipadas, vencimentos e modificações.

e) Operações de crédito reestruturadas

No total de “Operações de crédito com perda esperada associada ao risco de crédito”, onde estão incluídas as reestruturações, que são operações que contemplam alongamento de prazos, concessão de carência, redução na taxa de juros, e, em alguns casos, desconto parcial do principal.

Reestruturações podem ocorrer tanto em função de atrasos nos pagamentos ou de percepção de que a qualidade do crédito se deteriorou fortemente. O objetivo das reestruturações é adequar as operações à nova capacidade do cliente de pagar seu débito.

A tabela a seguir demonstra as mudanças efetuadas e a nossa análise da carteira de operações de crédito reestruturadas:

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	34.755.068
Reestruturação (1)	9.346.545
Recebimento/Outros (2)	(7.109.584)
Baixas	(6.938.268)
Saldo final em 30 de junho de 2025	30.053.761
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(16.866.762)
Total de operações de crédito reestruturadas, líquido de perda esperada	13.186.999
Perda esperada sobre as operações de crédito reestruturadas como percentual do total das operações de crédito reestruturadas	56,1%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total	4,1%
Total das operações de crédito reestruturadas como percentual do portfólio de crédito total, líquido de perda esperada	4,4%

(1) A Organização optou pela utilização do Artigo 71-A previsto na Resolução CMN nº 5.146 de 26 de junho de 2024, que faculta as instituições a utilização até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados; e

(2) Contempla a liquidação de contratos reestruturados por meio da realização de novas operações.

No momento em que o empréstimo é modificado, a Administração considera as condições do novo empréstimo e o vencimento reestruturados, e não mais o considera vencido. A partir da data da modificação, os juros reestruturados começam a acumular, utilizando o método da taxa efetiva de juros, levando em consideração a capacidade do cliente quitar o empréstimo, com base na análise efetuada pela Administração. Se o cliente não consegue manter os novos termos negociados, a Administração considera cessar o acúmulo a partir desse ponto.

Adicionalmente, quaisquer saldos relativos a empréstimos e adiantamentos a clientes reestruturados, que já tenham sido baixados e registrados em contas fora do balanço patrimonial, bem como quaisquer ganhos de reestruturações, são reconhecidos apenas quando recebidos.

f) Perda esperada líquida de recuperações

Despesa de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito líquida da recuperação de créditos baixados ("Write-off").

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Constituição	17.123.425
Recuperações	(2.719.118)
Despesas com perdas esperadas líquidas de recuperações (1)	14.404.307

(1) No acumulado em 30 de junho de 2025, houve cessões de crédito de operações já baixadas para prejuízo no montante de R\$ 605.555 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 86.357 mil e cessão de crédito de operação ativa no montante de R\$ 2.662 mil, cujo valor de venda foi de R\$ 76 mil, sem retenção de riscos e benefícios.

g) Itens não registrados no balanço

O quadro abaixo, demonstra os montantes que representam o risco total dos itens não registrados no balanço patrimonial (*off balance*):

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Compromissos de valores de crédito a liberar (1)	341.768.603
Beneficiários e garantias prestadas (2)	118.201.874
Créditos abertos para importação	457.213
Total	460.427.690

(1) Inclui, limites a liberar de cartão de crédito, crédito pessoal, financiamento imobiliário, conta garantida e cheque especial; e

(2) Referem-se a garantias prestadas, que em sua maior parte são realizadas com clientes Corporate.

As garantias financeiras são compromissos condicionais de empréstimos emitidos para garantir o desempenho de um cliente perante um terceiro. Segundo essas garantias, geralmente, possuímos o direito de regresso contra o cliente para recuperar quaisquer valores pagos. Além disso, podemos reter recursos em dinheiro ou outras garantias de liquidez elevada para garantir esses compromissos.

Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito. As cartas de comprometimento de crédito são emitidas, principalmente, para avaliar acordos públicos e privados de emissão de dívida, incluindo *commercial papers*, financiamentos de títulos e transações similares. As cartas de comprometimento de crédito estão sujeitas à avaliação de crédito do cliente por parte da Administração.

As cartas de crédito são compromissos emitidos para garantir a performance de um cliente a um terceiro. Emitimos cartas comerciais de crédito para viabilizar as transações de comércio exterior. Esses instrumentos são compromissos de curto prazo para pagar o beneficiário de um terceiro sob certas condições contratuais pelo embarque de produtos. Os contratos estão sujeitos às mesmas avaliações de crédito aplicadas em outras concessões de crédito.

13) OUTROS ATIVOS FINANCEIROS**a) Diversos**

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Valores a receber relativos a transações de pagamento	61.856.253
Títulos e créditos a receber	27.234.955
Devedores por depósitos em garantia	22.394.287
Adiantamentos de contrato de câmbio	15.048.218
Rendas a receber	7.639.595
Valores específicos	7.023.949
Negociação e intermediação de valores	4.879.739
Outros	2.363.384
Total	148.440.380

14) INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS EM CONJUNTO**a) Composição dos investimentos em coligadas e entidades controladas em conjunto (joint venture)**

Empresas	R\$ mil										
	Em 30 de junho de 2025										
	Localização da Sede	Participação Total	Participação com Direito a Voto	Valor Contábil do Investimento	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo Circulante	Passivo Não Circulante	Resultado da Equivalência Patrimonial - Acumulado (1)	Outros Resultados Abrangentes do período	Resultado Abrangente Total
Haitong Banco de Investimento do Brasil S.A.	São Paulo - Brasil	20,00%	20,00%	119.535	6.551.064	2.499.200	5.893.828	2.578.549	20.138	1.154	21.292
Tecnologia Bancária S.A. (2)	São Paulo - Brasil	24,55%	24,32%	247.992	854.272	2.431.618	811.936	1.483.001	6.714	-	6.714
Swiss Re Corporate Solutions Brasil (2)	São Paulo - Brasil	40,00%	40,00%	519.686	3.063.852	2.166.795	3.282.399	885.401	8.217	(8.401)	(184)
Elo Participações Ltda. (3)	São Paulo - Brasil	50,01%	50,01%	686.277	1.071.893	5.294.969	599.653	4.394.930	398.105	(71.720)	326.386
Outras (4)				10.787.187					449.104		
Total Geral em 30 de junho de 2025				12.360.677					882.278		

(1) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, bem como os ajustes por equalização de práticas contábeis, quando aplicáveis;

(2) Empresas com cálculo de equivalência patrimonial utilizando balanços com defasagem em relação a data-base das demonstrações financeiras, permitidos pela regulamentação;

(3) Empresa brasileira, prestadora de serviços relacionados a cartões de crédito e débito e outros meios de pagamento; e

(4) Inclui, basicamente, investimentos na Cielo S.A. e Banco John Deere. No 1º Semestre de 2025, a Organização recebeu R\$ 123.957 mil de dividendos referente à Empresa Cielo S.A..

15) IMOBILIZADO DE USO**a) Composição por classe de imobilizado de uso**

	R\$ mil				
	Vida útil estimada	Custo	Depreciação acumulada	Provisões para redução ao valor recuperável de ativos	Custo líquido de depreciação
Edificações	4%	1.487.078	(1.111.537)	(243)	375.298
Terrenos	-	687.964	-	-	687.964
Instalações, móveis e equipamentos de uso	10%	5.105.395	(3.314.832)	(1.019)	1.789.544
Direitos de Uso (1)	-	3.188.712	(642.420)	-	2.546.292
Sistemas de segurança e comunicações	10% a 20%	386.076	(267.375)	(2.916)	115.785
Sistemas de processamento de dados	20% a 40%	7.057.066	(4.459.279)	(8.236)	2.589.551
Sistemas de transportes	10% a 20%	313.062	(122.087)	-	190.975
Imobilizações em curso	-	141.549	(161)	-	141.388
Saldos em 30 de junho de 2025 (1)		18.366.902	(9.917.691)	(12.414)	8.436.797

(1) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução nº 4.975/21.

Celebramos contratos de arrendamento mercantil, basicamente, para imóveis e equipamentos de processamento de dados, que são registrados como edificações e equipamentos arrendados no ativo imobilizado. Veja Nota de Outros Passivos Financeiros para a divulgação da obrigação.

b) Movimentação líquida do imobilizado de uso por classe

	R\$ mil							
	Edificações	Terrenos	Instalações, móveis e equipamentos de uso	Sistema de segurança e comunicações	Sistemas de processamento de dados	Sistemas de transporte	Outros (1)	Total (2)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	330.752	713.838	2.079.067	119.670	3.432.633	207.142	547.277	7.430.379
Adições / Reduções	68.249	(25.874)	(37.884)	10.438	(481.772)	357	2.731.244	2.264.758
Depreciação	(23.703)	-	(251.639)	(14.323)	(361.310)	(16.524)	(590.841)	(1.258.340)
Saldos em 30 de junho de 2025	375.298	687.964	1.789.544	115.785	2.589.551	190.975	2.687.680	8.436.797

(1) Contempla Imobilizado em Curso e Direitos de Uso; e

(2) Inclui ativos subjacentes identificados nos contratos de arrendamento reconhecidos no escopo da Resolução 4.975/21.

O índice de imobilização em relação ao patrimônio de referência do “conglomerado prudencial” foi de 26,1%, sendo o limite máximo de 50,0% conforme Resolução CMN nº 4.957/21.

16) INTANGÍVEL**a) Ágios**

O ágio apurado nas aquisições de investimentos, líquido das provisões para redução ao valor recuperável de ativos, totalizou R\$ 4.854.676 mil, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, sendo: (i) R\$ 2.553.634 mil representado pela aquisição de ações de empresas coligadas e de controle compartilhado, que estão registradas em Investimentos (Cielo/Fleury/Swiss/Grupo Santa/Outros); e (ii) R\$ 2.301.042 mil representado pela aquisição de ações de empresas controladas, representado por rentabilidade futura/carteira de clientes/valor de mercado, que é

amortizado em até vinte anos, líquido das amortizações acumuladas, quando aplicável, registrado em Ativos Intangíveis.

Foram amortizados ágios no acumulado em 30 de junho de 2025 no montante de R\$ 165.243 mil.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são compostos por:

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	Taxa Amortização (1)	Custo	Amortização	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de amortização
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	Contrato	9.675.257	(4.434.152)	(78.865)	5.162.240
Software	Até 10%	25.196.040	(14.750.878)	(6.367)	10.438.795
Ágio (2)	Até 20%	14.348.122	(11.717.738)	(329.342)	2.301.042
Outros	Contrato	2.508.797	(1.308.852)	(18.104)	1.181.841
Total em 30 de junho de 2025		51.728.216	(32.211.620)	(432.678)	19.083.918

(1) A amortização dos ativos intangíveis é efetuada no decorrer de um período estimado de benefício econômico, sendo: (i) Software e Outros registrados em "Outras Despesas Administrativas"; e (ii) Aquisição de Folha e Ágio em "Outras Despesas Operacionais"; e

(2) Em 30 de junho de 2025, composto, basicamente, pelos ágios na aquisição da participação acionária na Bradesco Bank – R\$ 744.681 mil, Odonto System – R\$ 6.363 mil, Bradescard México – R\$ 6.735 mil, Kirton Bank – R\$ 393.519 mil, RCB Investimentos – R\$ 500.969 mil, Banco Dígio – R\$ 95.053 mil e Tivio Capital – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários – R\$ 111.109 mil.

c) Movimentação dos ativos intangíveis por classe

	R\$ mil			
	Em 1º de janeiro de 2025	Adições/ (baixas)	Amortização do período	Em 30 de junho de 2025
Aquisição de direito para prestação de serviços financeiros	5.553.483	552.989	(944.232)	5.162.240
Software	10.287.797	1.536.887	(1.385.889)	10.438.795
Ágio – Rentabilidade futura	660.471	547.528	(116.931)	1.091.068
Ágio – Baseado em intangíveis e outras razões	903.626	-	(45.412)	858.214
Ágio – Diferença de valor de mercado de ativos/passivos	354.660	-	(2.900)	351.760
Outros	1.230.115	59.979	(108.253)	1.181.841
Total	18.990.152	2.697.383	(2.603.617)	19.083.918

17) OUTROS ATIVOS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	2.102.824
Devedores diversos	4.470.462
Despesas antecipadas	4.599.989
Outros Valores e Bens	72.175
Outros (1)	5.600.165
Total	16.845.615

(1) Inclui, basicamente, valores a receber, outros adiantamentos, antecipações e pagamentos a ressarcir, propriedade para investimento, no montante de R\$ 1.607.634 mil e R\$ 2.060.445 mil de ações de companhias abertas recebidas em dação de pagamento em 2024, registradas como investimentos mantidos para venda, conforme Resolução nº 4.817/20, e que estão avaliadas por laudo de avaliação independente.

a) Ativos não Financeiros Mantidos para Venda

	R\$ mil		
	Em 30 de junho de 2025		
	Custo	Provisões para Redução ao Valor Recuperável de Ativos	Custo líquido de provisão
Imóveis	2.304.742	(1.205.294)	1.099.448
Veículos e afins	876.359	(386.320)	490.039
Máquinas e equipamentos	12.201	(10.821)	1.380
Total em 30 de junho de 2025	3.193.302	(1.602.435)	1.590.867

b) Despesas antecipadas

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Custos de aquisição diferidos de seguros (1)	2.818.812
Comissão na colocação de empréstimos e financiamentos (2)	11.918
Despesas de propaganda e publicidade (3)	185.751
Outras (4)	1.583.508
Total	4.599.989

(1) Comissões pagas aos corretores e representantes sobre as comercializações de produtos de seguros, previdência e capitalização;

(2) Comissões pagas a lojistas e revendedores de veículos e para correspondentes – crédito consignado;

(3) Despesas de propaganda e publicidade pagas antecipadamente, cuja veiculação na mídia ocorrerá em períodos futuros; e

(4) Inclui, basicamente: (i) antecipação de comissões referente à acordo operacional para oferta de cartões de crédito e outros produtos; (ii) despesas pela emissão de cartões; e (iii) despesa de infraestrutura de TI.

18) RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - instituições financeiras	1.699.280	-	-	-	1.699.280
Depósitos interfinanceiros	496.325	290.659	103.808	308.688	1.199.480
Captações no mercado aberto (a)	289.170.607	10.824.228	300	955.726	300.950.861
Obrigações por empréstimos (b)	4.296.291	22.656.390	11.972.832	1.909.853	40.835.366
Obrigações por repasses (c)	1.211.383	4.355.768	4.868.257	17.352.463	27.787.871
Total geral em 30 de junho de 2025	296.873.886	38.127.045	16.945.197	20.526.730	372.472.858
%	79,7	10,2	4,5	5,6	100,0

a) Captações no mercado aberto

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Carteira própria	111.684.096	1.414.366	300	955.726	114.054.488
• Títulos públicos	110.376.675	1.414.366	300	-	111.791.341
• Exterior	1.307.421	-	-	955.726	2.263.147
Carteira de terceiros (1)	155.824.669	-	-	-	155.824.669
Carteira livre movimentação (1)	21.661.842	9.409.862			31.071.704
Total geral em 30 de junho de 2025	289.170.607	10.824.228	300	955.726	300.950.861
%	96,1	3,6	-	0,3	100,0

(1) Representada por títulos públicos.

b) Obrigações por empréstimos

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
No Exterior	4.296.291	22.656.390	11.972.832	1.909.853	40.835.366
Total geral em 30 de junho de 2025	4.296.291	22.656.390	11.972.832	1.909.853	40.835.366
%	10,5	55,5	29,3	4,7	100,0

c) Obrigações por repasses ⁽¹⁾

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Do País	1.211.383	4.355.768	4.868.257	17.352.463	27.787.871
- FINAME	854.494	3.131.346	2.958.252	12.126.127	19.070.219
- BNDES	270.054	1.224.422	1.521.392	5.091.664	8.107.532
- Tesouro nacional	-	-	388.613	-	388.613
- Outras instituições	86.835	-	-	134.672	221.507
Total geral em 30 de junho de 2025	1.211.383	4.355.768	4.868.257	17.352.463	27.787.871
%	4,4	15,7	17,5	62,4	100,0

(1) As obrigações por repasses consistem em recursos para repasses locais, em que tomamos emprestado de entidades e órgãos governamentais nacionais para conceder empréstimos a empresas brasileiras, para investimentos em instalações, equipamentos, agricultura, entre outros.

d) Despesas de operações de empréstimos e repasses

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Empréstimos:	
- No País	102.819
- No Exterior	619.779
- Variação cambial de ativos e passivos no exterior	1.046.487
Subtotal de empréstimos	1.769.085
Repasses do País:	
- BNDES	318.406
- FINAME	1.045.766
- Tesouro nacional	15.118
- Outras instituições	4.784
Repasses do Exterior:	
- Obrigações com banqueiros no exterior	197.952
Subtotal de repasses	1.582.026
Total	3.351.111

e) Despesas com operações de captações no mercado

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Depósitos de poupança	4.444.678
Depósitos a prazo	21.205.727
Captações no mercado aberto	17.095.940
Recursos de emissão de títulos (Nota 20a)	13.084.137
Dívidas subordinadas (Nota 21b)	4.158.713
Outras despesas de captação	161.355
Total	60.150.550

19) RECURSOS DE CLIENTES

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Depósitos à vista - clientes (1)	30.613.893	-	-	-	30.613.893
Depósitos de poupança (1)	127.352.640	-	-	-	127.352.640
Depósitos à prazo (2)	45.266.221	44.071.648	91.711.661	300.248.846	481.298.376
Total em 30 de junho de 2025	203.232.754	44.071.648	91.711.661	300.248.846	639.264.909
%	31,8	6,9	14,3	47,0	100,0

(1) Classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro; e

(2) Consideram os vencimentos estabelecidos nas aplicações.

20) RECURSOS DE EMISSÃO DE TÍTULOS

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Títulos e valores mobiliários – País:					
- Letras de crédito imobiliário	1.111.807	26.192.112	10.106.626	31.241.963	68.652.508
- Letras de crédito do agronegócio	3.649.372	17.820.285	9.609.899	18.050.128	49.129.684
- Letras financeiras	1.105.716	19.265.879	17.545.478	79.673.667	117.590.740
- Letras imobiliárias garantidas (1)	1.595.657	6.347.990	1.541.247	20.854.877	30.339.771
Subtotal	7.462.552	69.626.266	38.803.250	149.820.635	265.712.703
Títulos e valores mobiliários – Exterior:					
- MTN Program Issues (2)	1.623.892	83.036	80.877	9.066.725	10.854.530
Subtotal	1.623.892	83.036	80.877	9.066.725	10.854.530
Certificados de operações estruturadas	120.622	421.776	348.075	3.932.471	4.822.944
Total geral em 30 de junho de 2025	9.207.066	70.131.078	39.232.202	162.819.831	281.390.177
%	3,3	24,9	13,9	57,9	100,0

(1) Captações garantidas pela carteira de créditos imobiliários, no montante de R\$ 33.438.037 mil, que cumpre todos os requisitos determinados pela Resolução CMN nº 5.001/22, sendo:

Requisito de suficiência, requisito de liquidez, requisito de prazo. Os programas 2 e 3 de emissão de LIG, tem respectivamente, prazo médio ponderado da carteira de ativos de 223 e 239 meses sendo a emissão das LIGs com prazo de 34 e 26 meses, não havendo vencimento de LIGs nos próximos 180 dias, os direitos creditórios corresponde a 1,97% do total de ativos e 37,86% do valor de garantia dos imóveis. Adicionalmente, o Termo de Emissão de LIG e a política de gestão da carteira de ativos seguem na forma do artigo 11 da Resolução CMN nº 5.001/22; e

(2) Emissão de títulos no mercado internacional para aplicação em operações comerciais de câmbio, pré-financiamento à exportação, financiamento à importação e financiamento de capital de giro, substancialmente, a médio e longo prazo.

a) Movimentação de recursos de emissão de títulos

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	257.977.344
Emissões	68.141.958
Juros	13.084.137
Liquidação e pagamentos de juros	(59.028.326)
Variação cambial	1.215.064
Saldo final em 30 de junho de 2025	281.390.177

21) DÍVIDAS SUBORDINADAS

a) Composição por vencimento

Vencimento	R\$ mil		
	Prazo original em anos	Valor da operação	Em 30 de junho de 2025
No País			
Letras Financeiras:			
2025	7	3.871.906	7.123.841
2027	7	401.060	688.017
2025	8	2.810.664	2.995.041
2026	8	694.800	1.277.014
2028	8	55.437	95.271
2030	8	2.368.200	3.616.606
2025	9	15.570	46.690
2027	9	89.700	175.241
2025	10	178.937	699.916
2026	10	196.196	615.003
2027	10	256.243	556.167
2028	10	248.300	538.892
2030	10	134.500	221.483
2031	10	7.270.000	12.184.975
2032	10	5.378.500	8.180.775
2033	10	531.000	669.301
2026	11	2.500	4.289
2027	11	47.046	110.286
2028	11	74.764	168.893
Perpétua		19.153.355	20.285.917
Total geral (1) (2)			60.253.618

(1) Inclui o montante de R\$ 46.459.229 mil, referente as dívidas subordinadas registradas como "Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital" para fins de capital regulamentar; e

(2) As informações de resultado estão apresentadas na Nota 18e, despesas com operações no mercado e atualização de juros de provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização.

b) Movimentação das dívidas subordinadas

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	57.458.927
Emissões	5.555.700
Juros	4.158.713
Liquidação e pagamentos de juros	(6.919.722)
Saldo final em 30 de junho de 2025	60.253.618

22) OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Relações interfinanceiras e interdependências	45.964.496
Negociação e intermediação de valores	6.408.075
Passivo financeiro de arrendamento (a)	3.570.155
Obrigações por operações vinculadas a cessão	3.314.579
Total	59.257.305

a) Passivo de arrendamento

	R\$ mil
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2025	3.014.544
Remensuração e novos contratos	1.126.587
Pagamentos	(742.617)
Apropriação de encargos financeiros	171.641
Saldo final em 30 de junho de 2025	3.570.155

Vencimento dos arrendamentos

O vencimento destes passivos financeiros em 30 de junho de 2025 está dividido da seguinte forma: R\$ 714.478 mil até 1 ano, R\$ 1.717.016 mil entre 1 a 5 anos e R\$ 531.208 mil com mais de 5 anos.

Impactos no resultado

O impacto no resultado no acumulado em 30 de junho de 2025 foi de: Despesas de depreciação – R\$ 590.841 mil e Despesas financeiras – R\$ 171.641 mil.

23) PROVISÕES**a) Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização****l) Provisões técnicas por conta**

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Seguros (1)	Vida e Previdência (2)	Capitalização	Total
Passivo circulante e exigível a longo prazo				
Provisão matemática de benefícios a conceder	1.260.368	359.844.215	-	361.104.583
Provisão matemática de benefícios concedidos	492.320	12.707.326	-	13.199.646
Provisão matemática para capitalização	-	-	8.371.358	8.371.358
Provisão de IBNR	8.174.427	961.728	-	9.136.155
Provisão de prêmios não ganhos	7.561.225	3.050.988	-	10.612.213
Provisão de sinistros a liquidar	7.531.214	1.500.903	-	9.032.117
Provisão de excedente financeiro	-	636.367	-	636.367
Provisão para sorteios e resgates	-	-	1.569.821	1.569.821
Outras provisões	4.876.485	6.449.751	92.314	11.418.550
Total das provisões técnicas	29.896.039	385.151.278	10.033.493	425.080.810

II) Garantias das provisões técnicas

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Seguros	Vida e Previdência	Capitalização	Total
Total das provisões técnicas	29.896.039	385.151.278	10.033.493	425.080.810
(-) Provisão matemática de benefícios a conceder (PGBL e VGBL) (4)	-	(327.068.482)	-	(327.068.482)
(-) Carregamento de comercialização – garantia estendida	(305.096)	-	-	(305.096)
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(22.309)	(19.415)	-	(41.724)
(-) Direitos creditórios	(2.912.345)	-	-	(2.912.345)
(-) Provisão de prêmios não ganhos – seguro saúde e odontológico (3)	(2.586.765)	-	-	(2.586.765)
(-) Outras deduções - Seguro saúde e odontológico (3)	(4.713.076)	-	-	(4.713.076)
Total a ser coberto	19.356.448	58.063.381	10.033.493	87.453.322
Cotas de fundos de investimento (exceto VGBL e PGBL)	8.277.021	23.299.995	5.890.730	37.467.746
Títulos públicos	14.765.943	34.874.374	4.394.515	54.034.832
Ações	-	913.960	-	913.960
Títulos privados	226.617	542.219	-	768.836
Total das garantias das provisões técnicas	23.269.581	59.630.548	10.285.245	93.185.374

(1) A linha de “Outras provisões” de Seguros inclui, substancialmente, a Provisão de Insuficiência de Prêmios (PIP) de R\$ 4.751.533 mil e Provisão de Despesas Relacionadas de R\$ 100.674 mil;

(2) A linha de “Outras provisões” de Vida e Previdência inclui, substancialmente, a “Provisão de resgates e outros valores a regularizar” no montante de R\$ 4.862.011 mil, “Provisão de despesas relacionadas” de R\$ 265.302 mil;

(3) De acordo com a Resolução Normativa ANS nº 521/2022 e alterações subsequentes, não há obrigatoriedade de vinculação de ativos garantidores para cobertura do montante contabilizado a título de Provisão para Prêmios/Contraprestações Não Ganhas (PPCNG), Provisão para Insuficiência de Contraprestações (PIC) e Provisão para Eventos/Sinistros a Liquidar (PESL): (i) garantidos por depósito judicial; (ii) relacionados a cobranças do SUS; e (iii) planos da modalidade pós-estabelecido; e

(4) Em atendimento ao artigo 57 da Resolução CNSP nº 432/2021, foi desconsiderado do cálculo das provisões técnicas da vida e previdência, o montante das provisões matemáticas de benefícios a conceder e seus respectivos fundos de investimentos especialmente constituídos relativos a PGBL e VGBL.

III) Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Prêmios emitidos	36.011.945
Contribuições de previdência complementar (inclui VGBL)	19.573.263
Receitas com títulos de capitalização	3.637.875
Prêmios de cosseguros cedidos	(25.414)
Prêmios restituídos	(12.895)
Prêmios emitidos líquidos de seguros, planos de previdência e capitalização	59.184.774
Prêmios de resseguros	(5.145)
Prêmios retidos de seguros, planos de previdência e capitalização	59.179.629
Variação nas provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	(23.926.475)
Sorteios e resgates de títulos de capitalização	(3.166.747)
Sinistros retidos	(22.853.194)
Despesas de comercialização de seguros, previdência e capitalização	(2.277.028)
Resultado de Operações com Seguros, Previdência e Capitalização	6.956.185

b) Outras provisões

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Provisão para contingências (Nota 24)	19.700.155
Outras (1)	15.009.217
Total	34.709.372

(1) Inclui, basicamente, provisão para pagamentos a efetuar relativos a obrigações com os funcionários e outras provisões administrativas.

24) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES**a) Ativos contingentes**

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes, porém, existem processos em curso cuja perspectiva de êxito é provável, tais como: a) Programa de Integração Social - (PIS), que pleiteia a compensação do PIS sobre a Receita Operacional Bruta, recolhido nos termos dos Decretos Leis nº 2.445/88 e nº 2.449/88, naquilo que excedeu ao valor devido nos termos da Lei Complementar nº 07/70 (PIS Repique); e b) outros tributos, cuja legalidade e/ou constitucionalidade está sendo questionada, que poderão ocasionar o ressarcimento dos valores recolhidos.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis

A Organização é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

I) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras”, em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das médias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários do Bradesco não têm valores individualmente relevantes.

II) Processos cíveis

São pleitos de indenização referentes a produtos e serviços bancários e à reposição dos índices de inflação expurgados resultantes de planos econômicos. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema e provisionadas sempre que a perda for constatada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais.

Em relação as ações judiciais pleiteando supostas diferenças de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança, em decorrência da implantação dos planos econômicos, que fizeram parte da política econômica do Governo Federal no combate à inflação nas décadas de 80 e 90, o Bradesco, embora tenha cumprido a legislação e regulamentação vigente à época, provisionou referidos processos, considerando as ações em que foi citado e as correspondentes perspectivas de perdas de cada demanda, tendo em vista as decisões e as matérias ainda em análise no Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Em dezembro de 2017, com mediação da Advocacia Geral da União (AGU) e interveniência do Banco Central do Brasil (BCB), as entidades representativas dos bancos e dos poupadores, firmaram acordo relacionado aos litígios de planos econômicos, com a finalidade de encerramento dessas ações, no qual foram estabelecidos condições e cronograma para os poupadores exercerem o direito a adesão. O referido acordo foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 1º de março de 2018. Em 11 de março de 2020 as entidades signatárias celebraram aditivo prorrogando o acordo coletivo pelo prazo de 5 (cinco) anos, o Supremo Tribunal Federal homologou a prorrogação do acordo por 30 meses. Em 16 de dezembro de 2022, o Supremo Tribunal Federal (STF) homologou o pedido de prorrogação do acordo por mais 30 meses. Em 23 de maio de 2025, o STF proferiu decisão reconhecendo a constitucionalidade dos planos econômicos, mas também validou o acordo firmado entre poupadores, bancos e governo para o pagamento das diferenças de correção monetária, prorrogando o período para adesão em mais 24 meses a contar a partir do julgamento. Considerando tratar de acordo voluntário, o qual não obriga o poupador a adesão, não existe estimativa de quantos o farão. Destaca-se que, o Bradesco

entende que possui provisionamento para cobrir os processos elegíveis ao referido acordo.

III) Provisão para riscos fiscais

A Organização vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados. Esses processos, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário e nas esferas administrativas, dos quais destacamos:

- PIS e Cofins – R\$ 3.357.952 mil: pleiteia calcular e recolher as contribuições ao PIS e a Cofins somente sobre venda de mercadorias/prestação de serviços (faturamento), excluindo das bases de cálculo as receitas financeiras;
- PIS e Cofins – R\$ 887.629 mil: pleiteia assegurar as empresas o direito de recolher as contribuições ao PIS e a Cofins pelo regime cumulativo (alíquota 3,65% sobre vendas de mercadorias/prestação de serviços);
- INSS - Contribuição ao SAT – R\$ 542.493 mil: em ação ordinária movida pela Federação Nacional dos Bancos - Febraban, desde abril de 2007, em nome de seus associados, é questionado o enquadramento dos bancos no grau de risco mais elevado, no que tange ao Risco de Acidentes de Trabalho - RAT, o que acabou por elevar a alíquota da respectiva contribuição de 1% para 3%, conforme Decreto no 6.042/07; e
- Contribuições Previdenciárias – R\$ 1.242.003 mil: relativas às contribuições previdenciárias sobre aportes em planos de previdência privada, referentes aos períodos anteriores, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias. No período, houve processos incluídos no Programa de Transação Integral (PTI) criado pela Portaria MF nº 1.384/2024.

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

IV) Movimentação das provisões segregadas por natureza

	R\$ mil			
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	2.613.403	7.827.251	7.457.160	17.897.814
Atualização monetária	141.924	250.017	236.410	628.351
Constituições líquidas de (reversões e baixas)	2.885.618	825.165	1.393.901	5.104.684
Pagamentos	(1.790.019)	(1.550.858)	(589.817)	(3.930.694)
Saldo em 30 de junho de 2025	3.850.926	7.351.575	8.497.654	19.700.155

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses

processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 30 de junho de 2025, R\$ 12.883.324 mil para os processos cíveis e R\$ 43.984.109 mil para os processos fiscais.

Os principais processos fiscais com essa classificação são:

- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2012 a 2015 – R\$ 12.688.955 mil: glosa de despesas operacionais de captação (CDI), relativas a recursos que foram capitalizados entre as empresas da Organização;
- COFINS – Anos bases de 1999 a 2014 – R\$ 10.169.691 mil: autuações e glosas de compensações de créditos de Cofins, lançadas após o trânsito em julgado favorável em processo judicial, onde foi discutida a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98);
- IRPJ e CSLL – Anos bases de 2006 a 2020 – R\$ 7.602.192 mil: lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos;
- Autuação de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2008 a 2019 – R\$ 3.348.309 mil: relativa à glosa de despesas com perdas no recebimento de créditos;
- PIS e COFINS – Autuações e glosas de compensações – R\$ 1.922.932 mil: relativas à inconstitucional ampliação da base de cálculo pretendida para outras receitas que não as de faturamento (Lei nº 9.718/98), oriundas de empresas adquiridas;
- Autuações de IRPJ e CSLL – Anos bases de 2000 a 2014 – R\$ 1.006.076 mil: relativas às glosas de despesas e exclusões sobre receitas de superveniência de depreciação, despesas de insuficiência de depreciação, despesas de depreciação de bens arrendados, despesas e receitas operacionais e glosa de compensação de prejuízo fiscal;
- Juros Sobre Capital Próprio (TJLP) – Ano base 2019 – R\$ 206.249 mil: autuações de IRPJ/CSLL relativas ao ano de 2019 questionando a dedutibilidade nas bases de cálculo dos tributos acima da despesa relativa ao Juros Sobre Capital Próprio (TJLP); e
- PLR – Participação nos Lucros e Resultados – Anos bases de 2009 a 2011 – R\$ 196.534 mil: autuações para exigência de contribuição previdenciária sobre valores pagos aos empregados como participação nos lucros e resultados, por suposto desatendimento das regras contidas na Lei nº 10.101/00 oriundas de empresas adquiridas.

25) OUTROS PASSIVOS

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Credores diversos	7.263.285
Sociais e estatutárias	10.573.604
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	6.804.990
Ordens de pagamento em moeda estrangeira	4.609.468
Obrigações por cotas de fundos de investimento	2.889.649
Fiscais e previdenciárias	1.513.432
Operações com cartão de crédito	1.408.878
Taxa de administração antecipada	919.639
Obrigações por aquisição de bens e direitos	662.549
Outros (1)	5.951.994
Total	42.597.488

(1) Inclui, basicamente, créditos por recursos a liberar e obrigações por recursos de pagamentos.

26) PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADOR)**a) Composição do capital social em quantidade de ações**

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 30 de junho de 2025
Ordinárias	5.303.870.781
Preferenciais	5.288.141.247
Subtotal	10.592.012.028
Em tesouraria (ordinárias) (1)	(7.500.000)
Em tesouraria (preferenciais) (1)	(7.500.000)
Total em circulação	10.577.012.028

(1) Em janeiro de 2025 houve aquisição de 4.970.900 ações em Tesouraria. Em 07 de fevereiro de 2025, foi aprovado o cancelamento de 50.158.200 ações mantidas em Tesouraria de emissão da Companhia (item d). Após essa data, houve aquisição de 15.000.000 para serem mantidas em Tesouraria.

b) Reservas de lucros

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Reservas de lucros	
- Reserva legal (1)	14.888.424
- Reserva estatutária (2)	74.466.719
Total	89.355.143

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido, até atingir 20% do capital social realizado. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Organização, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A política de remuneração do capital adotada pelo Bradesco visa distribuir juros sobre o capital próprio no valor máximo calculado em conformidade com a legislação vigente, os quais são computados, líquidos de Imposto de Renda Retido

na Fonte (IRRF), no cálculo dos dividendos obrigatórios do exercício previsto no Estatuto Social.

Em reunião do Conselho de Administração de 20 de março de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro trimestre de 2025, no valor de R\$ 2.300.000 mil, sendo R\$ 0,207112492 por ação ordinária e R\$ 0,227823742 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de outubro de 2025.

Em reunião do Conselho de Administração de 18 de junho de 2025, aprovou-se a proposta da Diretoria para pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio intermediários, relativos ao primeiro semestre de 2025, no valor de R\$ 3.000.000 mil, sendo R\$ 0,270146729 por ação ordinária e R\$ 0,297161402 por ação preferencial, cujo pagamento ocorrerá até 31 de janeiro de 2026.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio relativos ao semestre findo em 30 de junho de 2025, está demonstrado a seguir:

	R\$ mil	% (1)
Lucro líquido do período	11.868.917	
(-) Reserva legal	593.446	
Base de cálculo ajustada	11.275.471	
Juros sobre o capital próprio (bruto) mensais pagos	1.149.939	
Juros sobre o capital próprio (bruto) intermediários provisionados	5.300.000	
Juros sobre o capital próprio (bruto) complementares provisionados	394.100	
IRRF relativo aos juros sobre o capital próprio	(1.026.606)	
Juros sobre o capital próprio (líquido) acumulados em 30 de junho de 2025	5.817.433	51,59

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio/dividendos sobre a base de cálculo ajustada.

Foram pagos e provisionados juros sobre o capital próprio, conforme segue:

Descrição	Por ação (bruto) - R\$		R\$ mil		
	Ordinárias	Preferenciais	Valor pago/provisionado	IRRF (15%)	Valor pago / provisionado líquido
Juros sobre o capital próprio mensais pagos	0,103499	0,113849	1.149.939	172.491	977.448
Juros sobre o capital próprio intermediários provisionados (1)	0,477259	0,524985	5.300.000	795.000	4.505.000
Juros sobre o capital próprio complementares provisionados	0,035488	0,039037	394.100	59.115	334.985
Total acumulado em 30 de junho de 2025	0,616246	0,677871	6.844.039	1.026.606	5.817.433

(1) A serem pagos até 31 de outubro de 2025 e 31 de janeiro de 2026.

d) Ações em tesouraria

Em 7 de maio de 2025, o Conselho de Administração deliberou instituir um novo programa de recompra que autoriza a Diretoria do Bradesco a adquirir, no período de 08 de maio de 2025 a 08 de novembro de 2026, até 106.584.881 ações nominativas escriturais, sem valor nominal, sendo até 53.413.506 ações ordinárias e até 53.171.375 ações preferenciais, para permanência em tesouraria e posterior cancelamento, sem redução do capital social.

Em 30 de junho de 2025, permaneciam em tesouraria 7.500.000 ações ordinárias e 7.500.000 ações preferenciais, no montante de R\$ 168.625 mil. O custo mínimo, médio e máximo por ação ON é de R\$ 10,65, R\$ 10,73 e R\$ 10,85 e por ação PN é de

R\$ 11,53, R\$ 11,75 e R\$ 11,96 respectivamente. O valor de mercado dessas ações, em 30 de junho de 2025, era de R\$ 14,51 por ação ON e R\$ 16,83 por ação PN.

e) Lucro por ação

i. Lucro por ação básico

O lucro por ação básico foi calculado com base na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, conforme quadro a seguir:

	Acumulado em 30 de junho de 2025
Lucro líquido atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$ mil)	5.651.865
Lucro líquido atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$ mil)	6.217.052
Número médio ponderado de ações ordinárias em circulação (milhares)	5.298.224
Número médio ponderado de ações preferenciais em circulação (milhares)	5.282.494
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas ordinários da Organização (R\$)	1,07
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas preferenciais da Organização (R\$)	1,18

ii. Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

27) PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NAS CONTROLADAS

Em 30 de junho de 2025, o saldo das participações minoritárias das controladas foi de R\$ 750.289 mil, representada basicamente, pela empresa Odontoprev.

28) RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Rendas de cartão	5.011.395
Conta corrente	3.362.135
Administração de consórcios	1.478.461
Mercado de capitais/Assessoria financeira	996.682
Cobrança	691.233
Administração de fundos	682.262
Serviços de custódia e corretagens	715.484
Operações de crédito	1.294.273
Arrecadações	181.707
Outras	625.857
Total	15.039.489

29) DESPESAS DE PESSOAL

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Proventos	6.749.017
Benefícios	2.714.106
Encargos sociais	2.293.951
Participação dos empregados nos lucros	1.045.628
Treinamentos	42.771
Total	12.845.473

30) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Serviços de terceiros	2.490.258
Depreciação e amortização	2.691.397
Processamento de dados	1.281.410
Comunicação	327.402
Manutenção e conservação de bens	653.062
Serviços do sistema financeiro	806.994
Propaganda, promoções e publicidade	585.608
Segurança e vigilância	241.780
Transportes	313.755
Água, energia e gás	155.605
Materiais	55.091
Viagens	93.026
Aluguéis	51.035
Outras	977.170
Total	10.723.593

31) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Contribuição à Cofins	2.913.515
Contribuição ao PIS	496.435
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	516.544
Despesas com IPTU	80.982
Outras	146.697
Total	4.154.173

32) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Outras receitas financeiras	1.646.936
Reversão de outras provisões operacionais	862.409
Receitas de recuperação de encargos e despesas	450.113
Outras (1)	2.272.970
Total	5.232.428

(1) Composto, principalmente, por receitas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

33) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Outras despesas financeiras	676.214
Despesas com perdas diversas	402.369
Despesas com descontos concedidos	1.129.704
Despesas com comissão de empréstimos e financiamentos	213.085
Amortização - direito para prestação de serviços financeiros	944.232
Amortização de ágio (Nota 16a)	165.243
Despesas com comercialização de cartões	2.126.035
Outras (1)	5.749.750
Total	11.406.632

(1) Composto, principalmente, por despesas operacionais cujo saldos não são relevantes individualmente e não possuem classificação específica.

34) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Resultado na alienação e baixa de valores, bens e investimentos	77.192
Constituição/reversão de provisões não operacionais (1)	(191.854)
Outros	24.661
Total	(90.001)

(1) Inclui, basicamente, a provisão para desvalorização de ativos não financeiros mantidos para venda.

35) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	10.786.143
Encargo total do imposto de renda (25%) e contribuição social (20%) às alíquotas vigentes	(4.853.764)
Efeito no cálculo dos tributos:	
Participações em coligadas e de controle compartilhado	397.025
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis (1)	1.695.531
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	3.079.818
Outros valores (2)	907.541
Imposto de renda e contribuição social do período	1.226.151

(1) Contempla os valores relativos à Adesão ao Programa de Transação Integral (PTI); e

(2) Inclui, basicamente: (i) a equalização da alíquota efetiva das empresas financeiras exceto banco, empresas do ramo segurador e das empresas não financeiras, em relação a demonstrada; e (ii) as deduções incentivadas.

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Impostos correntes:	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(6.913.753)
Impostos diferidos:	
Constituição/realização no período sobre adições e exclusões temporárias	5.900.799
Utilização de saldos iniciais de:	
Base negativa de contribuição social	(256.929)
Prejuízo fiscal	(148.460)
Constituição no período sobre:	
Base negativa de contribuição social	1.054.166
Prejuízo fiscal	1.590.328
Total dos impostos diferidos	8.139.904
Imposto de renda e contribuição social do período	1.226.151

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização	Saldo em 30 de junho de 2025
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	71.978.932	12.863.653	(9.272.604)	75.569.981
Provisões cíveis	3.427.730	252.717	(491.525)	3.188.922
Provisões fiscais	3.428.498	709.601	(672.346)	3.465.753
Provisões trabalhistas	1.165.970	591.631	(37.798)	1.719.803
Ativos não financeiros mantidos para venda	699.332	131.436	(151.395)	679.373
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	15.812	250.642	(3.428)	263.026
Ágio amortizado	226.255	7.375	(5.608)	228.022
Outros	6.143.515	2.310.161	(2.411.023)	6.042.653
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	87.086.044	17.117.216	(13.045.727)	91.157.533
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social do país e exterior	18.755.350	2.644.494	(405.389)	20.994.455
Subtotal	105.841.394	19.761.710	(13.451.116)	112.151.988
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA)	3.354.802	266.091	(830.993)	2.789.900
Total dos créditos tributários	109.196.196	20.027.801	(14.282.109)	114.941.888
Obrigações fiscais diferidas (Nota 35e)	4.637.595	1.480.442	(525.438)	5.592.599
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	104.558.601	18.547.359	(13.756.671)	109.349.289
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o patrimônio de referência (Nota 38a)	68,2%			67,2%
- Proporção dos créditos tributários líquidos sobre o ativo total	5,1%			5,2%

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 30 de junho de 2025 - R\$ mil				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal e base negativa		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	7.091.165	5.601.025	1.965.165	1.174.212	15.831.567
2026	9.517.160	7.550.261	144.609	51.391	17.263.421
2027	8.289.408	6.584.532	145.513	45.938	15.065.391
2028	8.365.205	6.557.882	574.646	392.936	15.890.669
2029	6.827.048	5.301.806	1.006.444	736.531	13.871.829
2030	3.603.533	2.839.694	1.293.487	977.799	8.714.513
2031	2.590.847	2.042.970	1.672.205	1.274.174	7.580.196
2032	1.965.068	1.545.317	1.942.106	1.555.418	7.007.909
2033	1.607.004	1.205.536	2.336.841	1.880.197	7.029.578
2034	1.168.329	903.743	511.707	1.313.136	3.896.915
Total	51.024.767	40.132.766	11.592.723	9.401.732	112.151.988

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis e contemplam as regras de perdas incorridas no recebimento de créditos instituídas pelas Leis nº 14.467/2022 e Lei nº 15.078/24.

Em 30 de junho de 2025, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 98.670.151 mil, sendo: R\$ 81.466.452 mil de diferenças temporárias e R\$ 17.203.699 mil de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social.

e) Obrigações fiscais diferidas

	R\$ mil			
	Saldo em 1º de janeiro de 2025	Constituição	Realização/Baixas	Saldo em 30 de junho de 2025
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)	443.139	376.264	(205.831)	613.572
Superveniência de depreciação	726.203	200.157	-	926.360
Atualização de depósitos judiciais	2.008.528	135.724	(41.027)	2.103.225
Outros	1.003.150	599.639	(272.651)	1.330.138
Total dos passivos diferidos sobre exclusões temporárias	4.181.020	1.311.784	(519.509)	4.973.295
Ajuste a valor justo - Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA)	456.575	168.658	(5.929)	619.304
Total dos impostos diferidos (Nota 35c)	4.637.595	1.480.442	(525.438)	5.592.599

36) BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO GERENCIAL POR SEGMENTO DE NEGÓCIO**a) Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial**

A Administração usa uma variedade de informações para avaliar a natureza e os efeitos financeiros das atividades de negócio nos quais está envolvida e os ambientes econômicos em que opera, incluindo as oriundas das demonstrações financeiras consolidadas que estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen), que levam em consideração, nos critérios de consolidação, empresas de controle compartilhado, portanto, diferindo, em parte, dos critérios do CPC 36.

As principais diferenças de critérios de consolidação são demonstradas a seguir, através da Conciliação do Balanço Patrimonial e da Demonstração do Resultado – Contábil x Gerencial:

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Ativo				
Disponibilidades	16.597.448	32.240	(243.769)	16.385.919
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	830.540.600	6.140.446	50.377.716	887.058.762
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	343.645.323	3.570.755	(125.792)	347.090.286
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	589.054.865	14.289.028	(1.129.771)	602.214.122
Outros ativos financeiros	148.440.380	(761.524)	(1.461.644)	146.217.212
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.867	53.893	(201.528)	1.443.232
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	12.360.677	(6.410.693)	-	5.949.984
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.436.797	393.311	-	8.830.108
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	19.083.918	5.854.318	-	24.938.236
Impostos a compensar e crédito tributário	127.441.214	2.050.311	-	129.491.525
Outros ativos	16.845.615	10.567.498	(76.146)	27.336.967
Total em 30 de junho de 2025	2.114.037.704	35.779.583	47.139.066	2.196.956.353

	R\$ mil			
	Balanço Patrimonial Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	Balanço Patrimonial Gerencial
Passivo				
Recursos de instituições financeiras	372.472.858	14.054.595	37.476.691	424.004.144
Recursos de clientes	639.264.909	97.422	3.180.935	642.543.266
Recursos de emissão de títulos	281.390.177	2.703.016	11.785.797	295.878.990
Dívidas subordinadas	60.253.618	-	-	60.253.618
Outros passivos financeiros	59.257.305	(7.976.049)	(877.236)	50.404.020
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	20.354.407	-	(1.137.078)	19.217.329
Provisão para perda esperada	3.511.636	877	-	3.512.513
Provisões técnicas de seguros e previdência	425.080.810	-	-	425.080.810
Outras provisões	34.709.372	1.050.869	(39.599)	35.720.642
Impostos correntes e diferidos	7.082.872	453.218	(352)	7.535.738
Outros passivos	42.597.488	21.890.759	(3.250.092)	61.238.155
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	167.311.963	-	-	167.311.963
Participação de acionistas não controladores	750.289	3.504.876	-	4.255.165
Total em 30 de junho de 2025	2.114.037.704	35.779.583	47.139.066	2.196.956.353

	R\$ mil			
	DRE Contábil	Empresas Proporcionais (1)	Ajustes de Consolidação (2)	DRE Gerencial
Receitas da intermediação financeira	107.713.575	1.679.609	2.443.524	111.836.708
Despesas da intermediação financeira	(63.501.661)	(733.337)	(4.043.726)	(68.278.724)
Resultado da intermediação financeira	44.211.914	946.272	(1.600.202)	43.557.984
Perdas esperadas de ativos financeiros	(17.123.425)	(260.172)	-	(17.383.597)
Resultado bruto da intermediação financeira	27.088.489	686.100	(1.600.202)	26.174.387
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	6.956.185	-	-	6.956.185
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	15.039.489	3.813.277	1.197.070	20.049.836
Despesas de pessoal/administrativas	(23.569.066)	(1.095.419)	208.514	(24.455.971)
Despesas tributárias	(4.154.173)	(490.743)	-	(4.644.916)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	882.278	(700.918)	-	181.360
IR/CS e Outras receitas/despesas	(10.374.285)	(2.212.297)	194.618	(12.391.964)
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2025	11.868.917	-	-	11.868.917

(1) Refere-se aos efeitos dos ajustes de consolidação, decorrente de empresas consolidadas proporcionalmente (Grupo Cielo, Grupo Elopap, Banco John Deere, etc.) para fins gerenciais; e

(2) Refere-se, basicamente, à reversão da consolidação de fundos exclusivos.

b) Balanço patrimonial e demonstração do resultado por segmento - Gerencial

As informações gerenciais por segmento, a seguir, foram preparadas com base em relatórios disponibilizados à Administração para avaliar o desempenho e tomar decisões referentes à alocação de recursos para investimentos e outros fins.

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	Consolidado Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Ativo							
Disponibilidades	10.777.093	5.993.280	408.895	4.569	1.135	(799.053)	16.385.919
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	424.190.232	41.622.146	445.435.305	10.650	2.539.160	(26.738.731)	887.058.762
Aplicações interfinanceiras de liquidez e depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	345.371.292	1.718.994	-	-	-	-	347.090.286
Operações de crédito e de arrendamento mercantil	542.890.582	80.617.161	-	-	-	(21.293.621)	602.214.122
Outros ativos financeiros	139.124.762	366.194	13.201.427	27.197	97.345	(6.599.713)	146.217.212
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.207.625	-	235.607	-	-	-	1.443.232
Investimentos em coligadas, controladas em conjunto e outros investimentos	79.987.647	-	5.397.332	-	20.043	(79.455.038)	5.949.984
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	7.357.026	94.168	2.346.795	1.218	23.336	(992.435)	8.830.108
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	20.809.895	177.237	3.950.364	142	598	-	24.938.236
Impostos a compensar e crédito tributário	122.594.090	249.415	6.496.032	3.626	148.362	-	129.491.525
Outros ativos	21.326.189	1.533.738	4.480.159	505	3.218	(6.842)	27.336.967
Total em 30 de junho de 2025	1.715.636.433	132.372.333	481.951.916	47.907	2.833.197	(135.885.433)	2.196.956.353
Passivo							
Recursos de instituições financeiras	425.646.590	22.001.601	-	-	-	(23.644.047)	424.004.144
Recursos de clientes	586.405.037	56.754.846	-	-	-	(616.617)	642.543.266
Recursos de emissão de títulos	309.687.017	10.757.935	-	-	-	(24.565.962)	295.878.990
Dívidas subordinadas	60.253.618	-	-	-	-	-	60.253.618
Outros passivos financeiros	51.118.179	44.358	233.918	-	-	(992.435)	50.404.020
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	16.033.348	3.184.902	-	-	-	(921)	19.217.329
Provisão para perda esperada	3.235.918	276.595	-	-	-	-	3.512.513
Provisões técnicas de seguros e previdência	-	-	425.062.760	18.050	-	-	425.080.810
Outras provisões	29.857.981	155.082	5.668.931	9.064	33.630	(4.046)	35.720.642
Impostos correntes e diferidos	5.587.974	114.835	1.808.968	-	23.961	-	7.535.738
Outros passivos	56.878.291	1.524.028	9.411.610	2.862	27.731	(6.606.367)	61.238.155
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	167.311.963	-	-	-	-	-	167.311.963
Participação de acionistas não controladores	3.620.517	37.558.151	39.765.729	17.931	2.747.875	(79.455.038)	4.255.165
Total em 30 de junho de 2025	1.715.636.433	132.372.333	481.951.916	47.907	2.833.197	(135.885.433)	2.196.956.353

	R\$ mil						
	Financeiras (1) (2)		Grupo Segurador (2) (3)		Outras Atividades (2)	Eliminações (4)	DRE Gerencial
	País	Exterior	País	Exterior			
Receitas da intermediação financeira	104.773.935	4.212.137	4.067.506	917	162.421	(1.380.208)	111.836.708
Despesas da intermediação financeira	(67.583.222)	(2.127.579)	(18.430)	-	-	1.450.507	(68.278.724)
Resultado da intermediação financeira	37.190.713	2.084.558	4.049.076	917	162.421	70.299	43.557.984
Perdas esperadas de ativos financeiros	(16.831.363)	(552.234)	-	-	-	-	(17.383.597)
Resultado bruto da intermediação financeira	20.359.350	1.532.324	4.049.076	917	162.421	70.299	26.174.387
Resultado de operações com seguros, previdência e capitalização	-	-	6.925.151	15.836	-	15.198	6.956.185
Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias	18.616.281	477.520	968.165	-	72.201	(84.331)	20.049.836
Despesas de pessoal/administrativas	(21.498.525)	(621.535)	(2.422.295)	(9.912)	(62.516)	158.812	(24.455.971)
Despesas tributárias	(3.819.516)	(7.104)	(808.616)	-	(9.680)	-	(4.644.916)
Resultado de participação em coligadas e controladas em conjunto	(91.257)	-	272.617	-	-	-	181.360
IR/CS e Outras receitas/despesas	(7.347.651)	(499.262)	(4.251.557)	(2.382)	(131.134)	(159.978)	(12.391.964)
Lucro líquido acumulado em 30 de junho de 2025	6.218.682	881.943	4.732.541	4.459	31.292	-	11.868.917

(1) Segmento "Financeiras" é representado por instituições financeiras, empresas holdings que, basicamente, administram recursos financeiros, empresas administradoras de cartões de crédito, consórcios e de ativos;

(2) Estão sendo eliminados os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas entre empresas brasileiras e estrangeiras do mesmo segmento;

(3) Segmento "Grupo Segurador" é representado por empresas seguradoras, de previdência e de capitalização; e

(4) Representam as eliminações entre empresas de segmentos diferentes, bem como entre operações realizadas no País e exterior.

37) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução CVM nº 94/22, a Organização também dispõe de política de transações com partes relacionadas que são divulgadas no site de Relações com Investidores. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações. As principais transações estão assim representadas:

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Ativos				
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	642.242	-	642.242
Operações de crédito, outros ativos e outros valores e bens	9	4.742.840	185.163	4.928.012
Passivos				
Depósitos à vista e de poupança	225	28.215	18.992	47.432
Depósitos a prazo	5.019.678	620.337	337.130	5.977.145
Captações no mercado aberto	272.101	850.781	-	1.122.882
Recursos de emissões de títulos e dívidas subordinadas	25.561.376	-	1.483.111	27.044.487
Instrumentos financeiros derivativos	-	51.088	-	51.088
Juros sobre capital próprio a pagar	2.782.565	-	-	2.782.565
Outros passivos	-	12.992.493	7.012	12.999.505

	R\$ mil			
	Acumulado em 30 de junho de 2025			
	Controladores (1)	Coligadas e de controle compartilhado (2)	Pessoal chave da Administração (3)	Total
Resultado				
Receitas de intermediação financeira	-	(135.129)	8	(135.121)
Despesas de intermediação financeira	(1.965.282)	(87.116)	(110.870)	(2.163.268)
Receita de prestação de serviços	80	209.312	191	209.583
Outras despesas, líquidas de outras receitas operacionais	98.601	(1.357.416)	(36.664)	(1.295.479)

(1) Cidade de Deus Cia. Coml. de Participações, Fundação Bradesco, NCF Participações S.A., BBD Participações S.A., Nova Cidade de Deus Participações S.A. e NCD Participações Ltda.;

(2) Empresas relacionadas na Nota 14; e

(3) Membros do Conselho de Administração e Diretoria.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente, na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado), que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência dos Administradores da Organização Bradesco (Bradesco S.A. e demais empresas do conglomerado).

Para 2025, foi determinado o valor máximo de R\$ 1.183.531 mil para remuneração dos Administradores e de R\$ 53.824 mil para custear planos de previdência de contribuição definida.

Ainda em relação à remuneração da Administração, a atual política estabelece que 50% do valor líquido da remuneração variável, caso haja, deve ser destinada à aquisição de ações PNB de emissão da BBD Participações S.A. e/ou de ações PN de emissão do Banco Bradesco S.A., que terão sua movimentação disponível em três parcelas iguais, anuais e sucessivas, vencendo a primeira parcela no ano subsequente da data de pagamento. Este procedimento está aderente às Resoluções da CMN nº 5.177/24 e nº 432/24, que dispõe sobre a política de remuneração de administradores das instituições financeiras.

	R\$ mil
	Acumulado em 30 de junho de 2025
Remuneração de curto, médio e longo prazo	569.998
Pós emprego - Plano de previdência	25.895
Total	595.893

O Bradesco não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 – Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Participação acionária

Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam, em conjunto, a seguinte participação acionária no Bradesco:

Participação acionária direta	Em 30 de junho de 2025
• Ações ordinárias	0,32%
• Ações preferenciais	1,00%
• Total de ações (1)	0,66%

(1) Em 30 de junho de 2025, a participação acionária direta e indireta dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria no Bradesco totalizou 2,12% de ações ordinárias, 1,04% de ações preferenciais e 1,58% do total de ações.

38) GERENCIAMENTO DE RISCOS E CAPITAL

Para o primeiro semestre de 2025 o Bradesco manteve os mesmos critérios divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024, em especial quanto aos critérios relacionados a mensuração de acordo com os níveis hierárquicos, análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3 e metodologias utilizadas para determinar os valores justos.

Informações detalhadas a respeito do processo de gerenciamento de riscos, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, riscos sociais, ambientais e climáticos, bem como das exposições a riscos do Bradesco, podem ser encontradas no Relatório de Gerenciamento de Riscos da Organização.

a) Gerenciamento de Capital

O Índice de Basileia é um dos principais indicadores acompanhados no processo de Gerenciamento de Capital, com o objetivo de mensurar a suficiência de capital em relação à exposição aos riscos. A tabela a seguir apresenta a composição do Patrimônio de Referência e dos Ativos Ponderados pelo Risco, conforme as normas estabelecidas pelo Bacen. No período analisado, o Bradesco manteve conformidade com todos os requerimentos mínimos regulatórios.

Apresentamos a seguir o cálculo do Índice de Basileia:

Base de cálculo - Índice de Basileia	R\$ mil
	Basileia III
	Em 30 de junho de 2025
	Prudencial
Capital regulamentar - valores	
Capital Principal	116.301.588
Nível I	136.587.505
Patrimônio de Referência - PR	162.760.817
Ativos ponderados pelo risco (RWA) - valores	
RWA total	1.048.935.819
Capital regulamentar como proporção do RWA	
Índice de Capital Principal - ICP	11,1%
Índice de Nível I	13,0%
Índice de Basileia	15,5%
Adicional de Capital Principal (ACP) como proporção do RWA	
Adicional de Conservação de Capital Principal - ACPConservação	2,50%
Adicional Contracíclico de Capital Principal - ACPContracíclico	0,00%
Adicional de Importância Sistêmica de Capital Principal - ACPSistêmico	1,00%
ACP total (1)	3,50%
Margem excedente de Capital Principal	3,09%
Razão de Alavancagem (RA)	
Exposição total	1.959.354.923
RA	7,0%
Indicador Liquidez de Curto Prazo (LCR)	
Total de Ativos de Alta Liquidez (HQLA)	200.609.080
Total de saídas líquidas de caixa	135.403.589
LCR	148,2%
Indicador de Liquidez de Longo Prazo (NSFR)	
Recursos estáveis disponíveis (ASF)	1.044.759.800
Recursos estáveis requeridos (RSF)	857.418.559
NSFR	121,8%

(1) O não cumprimento das regras de ACP ocasiona restrições ao pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, sobras líquidas, recompra de ações, redução do capital social, e remuneração variável aos seus administradores.

b) Risco de crédito**Mensuração do risco de crédito**

Periodicamente a Organização avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros por meio de modelos quantitativos, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteira (que pode variar de 2 a 7 anos), a qualidade e as características atuais dos clientes, das operações e dos mitigadores, de acordo com os processos e a governança interna.

A experiência de perda de créditos reais é ajustada para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, condições atuais e a visão da Organização sobre as condições econômicas futuras, que são incorporadas na mensuração por meio de modelos econométricos, que capturam efeitos correntes e futuros nas estimativas das perdas esperadas. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, taxa de desemprego, índices de inflação e índices de atividade econômica.

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

O aumento significativo no risco de crédito é avaliado com base em diferentes indicadores para classificação em estágios, de acordo com o perfil do cliente, o tipo do produto e o status de pagamento atual, conforme demonstramos abaixo:

Segmento Varejo:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou “*impaired*”): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial ou reestruturação de dívidas;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e

- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

Segmento Atacado:

- Estágio 1: Ativos financeiros que estão com as obrigações em dia ou vencidas até 30 dias e cuja classificação de risco de crédito do cliente seja baixo risco;
- Estágio 2 (Aumento significativo de risco de crédito): Ativos financeiros que estão com as obrigações vencidas entre 31 e 90 dias ou cujo *rating* interno dos clientes migraram de baixo risco para médio ou alto risco;
- Estágio 3 (Descumprimento ou "*impaired*"): Ativos financeiros que estão com as obrigações relevantes vencidas acima de 90 dias ou que apresentaram eventos falimentares, recuperação judicial, reestruturação de dívidas ou necessidade de execução de garantias;
- Recategorização do estágio 3 para estágio 2: Ativos financeiros que não atentaram aos critérios do estágio 3 e os *ratings* internos migraram para médio risco;
- Recategorização do estágio 2 para estágio 1: Ativos financeiros que regularizaram os valores vencidos e os *ratings* internos migraram para baixo risco; e
- Recategorização do estágio 3 para o estágio 1: Ativos financeiros que retornaram o pagamento regular levando à reclassificação como baixo risco.

As perdas esperadas são baseadas na multiplicação dos parâmetros de risco de crédito: Probabilidade de descumprimento (PD), Perda dado o descumprimento (LGD) e Exposição ao descumprimento (EAD).

O parâmetro PD refere-se à probabilidade de descumprimento percebida pela Organização sobre o cliente, conforme modelos internos de avaliação, que no varejo utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características do cliente, tais como *rating* interno e segmento de negócio, e da operação, tais como produto e garantia e no caso do atacado utilizam modelos especialistas baseados em informações financeiras e análises qualitativas.

O LGD refere-se ao percentual de perda em relação a exposição em caso de descumprimento, considerando todos os esforços de recuperação, conforme modelo interno de avaliação que utilizam metodologias estatísticas baseadas nas características da operação, tais como produto e garantia.

Clientes com exposição significativa possuem estimativas baseadas em análise individuais, que são embasadas na estrutura da operação e no conhecimento de especialista, visando capturar a complexidade e as particularidades de cada operação.

O EAD refere-se à exposição (valor contábil) do cliente perante a Organização no momento da estimação da perda esperada. No caso de compromissos ou garantias financeiras prestadas, o EAD terá a adição do valor esperado dos compromissos ou garantias financeiras prestadas que serão convertidos em crédito em caso de descumprimento do cliente.

Exposição ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima ao risco de crédito dos instrumentos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2025	
	Valor bruto	Perda esperada
Ativos financeiros		
Caixa e disponibilidades em bancos (Nota 5)	16.597.448	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado (Nota 6) (1)	429.230.810	(291.817)
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (Nota 8) (1)	95.191.757	(28.152)
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (Nota 9)	291.558.114	(6.015.208)
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 10)	223.126.155	-
Operações de crédito e de Arrendamento mercantil (Nota 12)	636.258.415	(47.203.550)
Outros ativos financeiros (Nota 13)	152.076.500	(3.636.120)
Provisão para perda esperada		
Compromissos de Empréstimos (Nota 12)	341.768.603	(2.100.495)
Garantias financeiras (Nota 12)	118.201.874	(1.411.141)
Total da exposição	2.304.009.676	(60.686.483)

(1) Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não são reduzidos pela provisão para perda.

c) Concentração das operações de crédito

	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Por concentração	
Maior devedor	3.970.477
Dez maiores devedores	25.956.185
Vinte maiores devedores	39.084.249
Cinquenta maiores devedores	63.392.928
Cem maiores devedores	85.037.272

d) Setor de atividade econômica

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2025	%
Setor público	6.813.286	0,9
Setor privado	731.502.131	99,1
Total	738.315.417	100,0
Pessoa jurídica	316.929.417	42,9
Atividades imobiliárias e construção	23.502.700	3,2
Varejo	36.937.116	5,0
Serviços	91.418.356	12,4
Transportes e concessão	27.410.550	3,7
Automobilística	7.388.278	1,0
Alimentícia	13.206.048	1,8
Atacado	19.683.916	2,7
Energia elétrica	8.198.813	1,1
Petróleo, derivados e atividades agregadas	6.196.999	0,8
Demais setores	82.986.641	11,2
Pessoa física	421.386.000	57,1

e) Risco de mercado**VaR Modelo Interno – Carteira *Trading***

O VaR para o horizonte de 1 dia está demonstrado no quadro a seguir:

Fatores de riscos (1)	R\$ mil
	Em 30 de junho de 2025
Prefixado	8.816
IGP-M / IPCA	7.262
Cupom cambial	109
Moeda estrangeira	3.905
Renda variável	1.135
Soberanos/ <i>eurobonds e treasuries</i>	2.994
Outros	6.016
Efeito correlação/diversificação	(11.017)
VaR (<i>Value at Risk</i>)	19.220

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais.

Análise de sensibilidade das exposições financeiras

As análises de sensibilidade das exposições financeiras (Carteiras *Trading* e *Banking*) da Organização, foram efetuadas a partir dos cenários elaborados para as respectivas datas, sempre considerando as informações de mercado na época e cenários que afetariam negativamente nossas posições, conforme exemplos abaixo:

Cenário 1: Com base nas informações de mercado (B3, Anbima etc.) foram aplicados choques de 1 ponto base para taxa de juros e 1,0% de variação para preços. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,46 foi utilizado um cenário de R\$ 5,51, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,68 % foi aplicado um cenário de 14,69%;

Cenário 2: Foram determinados choques de 25,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,46 foi utilizado um cenário de R\$ 6,82, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,68% foi utilizado um cenário de 18,35%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representaram choque de 25,0% nas respectivas curvas ou preços; e

Cenário 3: Foram determinados choques de 50,0% com base no mercado. Por exemplo: para uma cotação Real/Dólar de R\$ 5,46 foi utilizado um cenário de R\$ 8,19, enquanto para uma taxa de juros prefixada de 1 ano de 14,68% foi utilizado um cenário de 22,02%. Os cenários para os demais fatores de risco, também, representam choque de 50,0% nas respectivas curvas ou preços.

Os resultados apresentados revelam os impactos para cada cenário numa posição estática da carteira. O dinamismo do mercado e das carteiras faz com que essas posições se alterem continuamente e não obrigatoriamente reflitam a posição aqui demonstrada. Além disso, a Organização possui um processo de gestão contínua do risco de mercado, que procura, constantemente, formas de mitigar os riscos associados, de acordo com a estratégia determinada pela Alta Administração. Assim, em casos de sinais de deterioração de determinada posição, ações proativas são tomadas para minimização de possíveis impactos negativos, visando maximizar a relação risco retorno para a Organização.

I - Análise de Sensibilidade – Carteira Trading

		R\$ mil		
		Carteira Trading (1)		
		Em 30 de junho de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(427)	(143.898)	(278.288)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(113)	(36.633)	(82.606)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(9)	(1.175)	(2.327)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(1.799)	(44.987)	(89.974)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(133)	(3.335)	(6.670)
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	164	20.161	35.546
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	(7)	(174)	(348)
Total sem correlação dos fatores de risco		(2.324)	(210.041)	(424.666)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 356 bps e 690 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2025.

Demonstramos a seguir, os impactos das exposições financeiras (valor justo) considerando, também, a Carteira *Banking* (composta por operações não classificadas na Carteira *Trading*, provenientes dos demais negócios da Organização e seus respectivos *hedges*).

II - Análise de Sensibilidade – Carteiras Trading e Banking

		R\$ mil		
		Carteira Trading e Banking (1)		
		Em 30 de junho de 2025		
		Cenários		
		1	2	3
Taxa de juros em reais (2)	Exposições sujeitas às variações de taxas de juros prefixadas e cupom de taxas de juros	(11.106)	(4.343.993)	(8.501.555)
Índices de preços	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de índices de preços	(17.482)	(2.658.291)	(4.724.814)
Cupom cambial	Exposições sujeitas à variação da taxa dos cupons de moedas estrangeiras	(1.063)	(129.989)	(252.027)
Moeda estrangeira	Exposições sujeitas à variação cambial	(4.380)	(109.506)	(219.012)
Renda variável	Exposições sujeitas à variação do preço de ações	(28.757)	(718.916)	(1.437.832)
Soberanos/eurobonds e treasuries	Exposições sujeitas à variação da taxa de juros de papéis negociados no mercado internacional	1.642	172.520	334.272
Outros	Exposições que não se enquadram nas definições anteriores	20	489	978
Total sem correlação dos fatores de risco		(61.126)	(7.787.685)	(14.799.990)

(1) Valores líquidos de efeitos fiscais; e

(2) Como referência dos choques aplicados para o vértice de 1 ano, os valores foram de aproximadamente 355 bps e 691 bps (cenários 2 e 3 respectivamente) em Jun/2025.

f) Apresentamos o balanço patrimonial por moedas e por prazo

I - Balanço patrimonial por moedas

	R\$ mil		
	Em 30 de junho de 2025		
	Balanço	Nacional	Estrangeira (1) (2)
Ativo			
Disponibilidades	16.597.448	10.368.321	6.229.127
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	449.834.089	444.864.787	4.969.302
- Títulos e valores mobiliários	428.938.993	425.368.853	3.570.140
- Instrumentos financeiros derivativos	20.895.096	19.495.934	1.399.162
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	95.163.605	83.720.866	11.442.739
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	95.163.605	83.720.866	11.442.739
Ativos financeiros ao custo amortizado	1.366.683.474	1.291.110.391	75.573.083
- Aplicações interfinanceiras de liquidez	223.126.155	221.464.029	1.662.126
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	120.519.168	120.462.301	56.867
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	285.542.906	276.142.269	9.400.637
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	582.259.774	522.936.234	59.323.540
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	6.795.091	6.794.814	277
- Outros ativos financeiros	148.440.380	143.310.744	5.129.636
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.867	1.590.867	-
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	12.360.677	12.360.677	-
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	8.436.797	8.341.746	95.051
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	19.083.918	18.919.998	163.920
Impostos a compensar	12.499.326	12.255.364	243.962
Crédito tributário	114.941.888	114.937.859	4.029
Outros ativos	16.845.615	15.312.439	1.533.176
Total do Ativo	2.114.037.704	2.013.783.315	100.254.389
Passivo			
Passivos financeiros ao custo amortizado	1.412.638.867	1.328.639.130	83.999.737
- Recursos de instituições financeiras	372.472.858	352.452.746	20.020.112
- Recursos de clientes	639.264.909	586.128.006	53.136.903
- Recursos de emissão de títulos	281.390.177	270.632.242	10.757.935
- Dívidas subordinadas	60.253.618	60.253.618	-
- Outros passivos financeiros	59.257.305	59.172.518	84.787
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	20.354.407	16.919.195	3.435.212
Provisão para perda esperada	3.511.636	3.235.041	276.595
- Compromissos de empréstimos	2.100.495	1.824.157	276.338
- Garantias Financeiras	1.411.141	1.410.884	257
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização	425.080.810	425.062.760	18.050
Outras provisões	34.709.372	34.546.958	162.414
Impostos correntes	1.490.273	1.448.435	41.838
Impostos diferidos	5.592.599	5.518.729	73.870
Outros passivos	42.597.488	41.069.190	1.528.298
Total do passivo	1.945.975.452	1.856.439.438	89.536.014
Patrimônio líquido			
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	167.311.963	167.311.963	-
Participação de acionistas não controladores	750.289	750.289	-
Total do Patrimônio Líquido	168.062.252	168.062.252	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	2.114.037.704	2.024.501.690	89.536.014
Posição líquida de ativos e passivos			10.718.375
Derivativos - posição líquida (2)	-	-	(3.323.783)
Outras contas de compensação líquidas (3)	-	-	(1.120.985)
Posição cambial líquida (passiva) (4) (5)			6.273.607

(1) Valores expressos e/ou indexados, basicamente, em dólares norte-americanos;

(2) Excluídas as operações vencíveis em D+1, a serem liquidadas em moeda do último dia do mês;

(3) Referem-se a outros compromissos registrados em conta de compensação;

(4) Os ativos, passivos e resultados dos investimentos e dependências no exterior são convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local, sendo que os efeitos resultantes do processo de conversão, totalizaram no acumulado em 30 de junho de 2025, R\$ (4.322.157) mil e foram registrados no resultado. Estes efeitos foram neutralizados pelos resultados obtidos pelos instrumentos financeiros utilizados para proteger os efeitos da variação cambial produzida pelos nossos investimentos no exterior. Para os investimentos no exterior que possuem moeda funcional diferente do real, os efeitos da conversão estão registrados no Patrimônio Líquido na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial no valor de R\$ 669.476 mil; e

(5) No período/exercício a variação cambial dos instrumentos financeiros reconhecida no resultado foi de R\$ (823.668) mil.

II - Balanço patrimonial por prazo

	R\$ mil					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Prazo indeterminado	Total
Ativo						
Disponibilidades	16.597.448	-	-	-	-	16.597.448
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	439.726.467	1.795.025	1.117.321	7.195.276	-	449.834.089
- Títulos e valores mobiliários (1) (2)	428.938.993	-	-	-	-	428.938.993
- Instrumentos financeiros derivativos	10.787.474	1.795.025	1.117.321	7.195.276	-	20.895.096
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	10.931.644	5.859.989	12.718.919	65.653.053	-	95.163.605
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (1) (2)	10.931.644	5.859.989	12.718.919	65.653.053	-	95.163.605
Ativos financeiros ao custo amortizado	516.781.280	122.553.714	111.171.890	616.176.590	-	1.366.683.474
- Títulos e valores mobiliários, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito (1)	7.083.438	10.266.860	30.064.317	238.128.291	-	285.542.906
- Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	200.270.547	14.732.058	5.542.636	2.580.914	-	223.126.155
- Depósitos compulsórios e outros depósitos no Banco Central do Brasil	120.519.168	-	-	-	-	120.519.168
- Operações de crédito, líquido de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	94.620.549	75.827.801	54.990.733	356.820.691	-	582.259.774
- Operações de arrendamento mercantil, líquido de provisão para perdas associadas ao risco de crédito	5.284	90.439	174.866	6.524.502	-	6.795.091
- Outros ativos financeiros	94.282.294	21.636.556	20.399.338	12.122.192	-	148.440.380
Ativos não financeiros mantidos para venda	1.590.854	-	-	13	-	1.590.867
Investimentos em coligadas e controladas em conjunto	-	-	-	-	12.360.677	12.360.677
Imobilizado de uso, líquido de depreciação	94.342	471.709	566.050	6.616.732	687.964	8.436.797
Intangíveis e ágio, líquidos de amortização	499.795	2.114.385	2.023.353	14.193.927	252.458	19.083.918
Impostos a compensar	2.391.657	198.387	393.003	9.516.279	-	12.499.326
Crédito tributário	2.504.267	14.220.448	8.457.640	89.759.533	-	114.941.888
Outros Ativos	5.051.949	8.140.934	1.272.075	2.380.657	-	16.845.615
Total em 30 de junho de 2025	996.169.703	155.354.591	137.720.251	811.492.060	13.301.099	2.114.037.704
Passivo						
Passivos financeiros ao custo amortizado	536.542.799	185.911.711	154.587.955	515.310.485	20.285.917	1.412.638.867
- Recursos de Instituições Financeiras (1) (3)	296.873.886	38.127.045	16.945.197	20.526.730	-	372.472.858
- Recursos de Clientes (3)	203.232.754	44.071.648	91.711.661	300.248.846	-	639.264.909
- Recursos de Emissão de Títulos	9.207.066	70.131.078	39.232.202	162.819.831	-	281.390.177
- Dívidas Subordinadas	3.041.730	7.823.757	378.007	28.724.207	20.285.917	60.253.618
- Outros Passivos Financeiros	24.187.363	25.758.183	6.320.888	2.990.871	-	59.257.305
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.600.812	2.147.326	1.845.414	3.760.855	-	20.354.407
Provisão para perda esperada	3.511.636	-	-	-	-	3.511.636
- Compromissos de empréstimos e créditos a liberar	2.100.495	-	-	-	-	2.100.495

Demonstrações Financeiras Consolidadas | Notas Explicativas

- Garantias Financeiras	1.411.141	-	-	-	-	1.411.141
Provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização (3)	377.262.123	-	-	47.818.687	-	425.080.810
Outras provisões	18.888.569	1.017.894	1.195.669	13.607.240	-	34.709.372
Impostos correntes	1.269.934	1.633	218.706	-	-	1.490.273
Impostos diferidos	170.413	3.197	106.679	5.312.310	-	5.592.599
Outros passivos	42.325.651	97.296	7.764	166.777	-	42.597.488
Patrimônio líquido						
Patrimônio Líquido Atribuído aos Acionistas Controladores	-	-	-	-	167.311.963	167.311.963
Participação de Acionistas não Controladores	-	-	-	-	750.289	750.289
Total Patrimônio líquido	-	-	-	-	168.062.252	168.062.252
Total em 30 de junho de 2025	992.571.937	189.179.057	157.962.187	585.976.354	188.348.169	2.114.037.704

(1) As operações vinculadas a compromissos de recompra estão classificadas conforme o prazo da operação;

(2) As aplicações em fundos de investimento estão classificadas no prazo de 1 a 30 dias; e

(3) Os depósitos à vista, de poupança e as provisões técnicas de seguros, previdência e capitalização, representadas por produtos "VGBL" e "PGBL", estão classificados no prazo de 1 a 30 dias, sem considerar a média histórica do giro.

g) Valor justo de ativos e passivos financeiros

Valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros:

	R\$ mil	
	Em 30 de junho de 2025	
	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos		
Aplicações interfinanceiras de liquidez	223.126.155	223.140.442
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	120.519.168	120.519.168
Títulos e valores mobiliários:		
Ao valor justo por meio do resultado (1)	428.938.993	428.938.993
Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	95.163.605	95.163.605
Ao custo amortizado (1)	285.542.906	275.806.335
Instrumentos financeiros derivativos	20.895.096	20.895.096
Operações de crédito e arrendamento mercantil	589.054.865	570.663.284
Outros ativos financeiros	148.440.380	148.440.380
Passivos		
Recursos de instituições financeiras	372.472.858	372.248.449
Recursos de clientes	639.264.909	636.158.559
Recursos de emissão de títulos	281.390.177	282.655.131
Dívidas subordinadas	60.253.618	62.044.896
Instrumentos financeiros derivativos	20.354.407	20.354.407
Outros passivos financeiros	59.257.305	59.257.305

(1) Inclui títulos com características de concessão de crédito.

	R\$ mil			
	Em 30 de junho de 2025			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo
Valor justo por meio do resultado	375.550.175	50.486.362	2.902.456	428.938.993
Letras financeiras do tesouro	225.605.275	-	-	225.605.275
Letras do tesouro nacional	39.659.094	-	-	39.659.094
Notas do tesouro nacional	61.498.338	-	-	61.498.338
Letras financeiras	-	36.012.420	-	36.012.420
Debêntures	22.724.044	3.864.417	689.604	27.278.065
Ações	7.248.764	3.894.370	2.023.590	13.166.724
Outros	18.814.660	6.715.155	189.262	25.719.077
Derivativos	(1.268.920)	2.281.824	(472.215)	540.689
Instrumentos financeiros derivativos (Ativos)	9.534.329	11.193.195	167.572	20.895.096
Instrumentos financeiros derivativos (Passivos)	(10.803.249)	(8.911.371)	(639.787)	(20.354.407)
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	91.617.527	2.179.735	1.366.343	95.163.605
Notas do tesouro nacional	35.081.696	-	-	35.081.696
Letras do tesouro nacional	16.742.616	-	-	16.742.616
Letras financeiras do tesouro	23.363.511	-	-	23.363.511
Títulos de governos estrangeiros	6.850.784	-	-	6.850.784
Ações	3.626.458	-	972.993	4.599.451
Outros	5.952.462	2.179.735	393.350	8.525.547
Total	465.898.782	54.947.921	3.796.584	524.643.287
Públicos	412.012.200	125	9.304	412.021.629
Privados	53.886.582	54.947.796	3.787.280	112.621.658

A tabela a seguir apresenta uma reconciliação dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo, de maneira recorrente, usando dados não observáveis relevantes (Nível 3):

	R\$ mil				
	Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	Derivativos ativos	Derivativos passivos	Total
Em 1º de janeiro de 2025	2.424.132	1.094.128	137.552	(557.559)	3.098.253
Incluído no resultado	496.874	8.497	-	-	505.371
Incluído em outros resultados abrangentes	-	(146.599)	-	-	(146.599)
Entradas	129.266	425.000	30.020	(82.228)	502.058
Baixas	(89.893)	(10.740)	-	-	(100.633)
Vencimentos	(50.945)	(3.943)	-	-	(54.888)
Transferência entre níveis (1)	(6.978)	-	-	-	(6.978)
Em 30 de junho de 2025	2.902.456	1.366.343	167.572	(639.787)	3.796.584

(1) Estes papéis foram reclassificados entre os níveis 2 e 3, pois houve aumento no risco de crédito e a curva de spread possui parâmetros não observáveis. Quando há uma redução neste risco de crédito, os papéis são transferidos do nível 3 para o nível 2.

Análise de sensibilidade dos ativos financeiros classificados no Nível 3

	R\$ mil					
	Em 30 de junho de 2025					
	Impacto no resultado			Impacto no patrimônio		
	1	2	3	1	2	3
Taxa de juros em reais	(2)	(758)	(1.459)	-	(19)	(37)
Índices de preços	-	(11)	(21)	-	-	-
Cupom cambial	(21)	(2.405)	(4.702)	-	-	-
Moeda estrangeira	982	24.558	49.116	-	-	-
Renda variável	10.927	273.185	546.369	5.254	131.354	262.708

Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

A tabela abaixo resume os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros que não foram apresentados no balanço patrimonial ao seu valor justo, classificados pelos níveis hierárquicos:

	R\$ mil				
	Em 30 de junho de 2025				
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos					
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	223.140.442	-	223.140.442	223.126.155
Títulos e valores mobiliários ao custo amortizado (1)	167.381.028	99.197.857	9.227.450	275.806.335	285.542.906
Operações de crédito e arrendamento mercantil	-	-	570.663.284	570.663.284	589.054.865
Passivos					
Recursos de instituições financeiras	-	-	372.248.449	372.248.449	372.472.858
Recursos de clientes	-	-	636.158.559	636.158.559	639.264.909
Recursos de emissão de títulos	-	-	282.655.131	282.655.131	281.390.177
Dívidas subordinadas	-	-	62.044.896	62.044.896	60.253.618

(1) Inclui títulos com características de concessão de créditos.

39) OUTRAS INFORMAÇÕES**a) Resultados não recorrentes**

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Organização Bradesco, apresentamos abaixo os resultados não recorrentes dos períodos:

Nosso resultado contábil acumulado em 30 de junho de 2025 foi de R\$ 11.868.917 mil, o resultado recorrente foi de R\$ 11.930.479 mil e o resultado não recorrente foi de R\$ (61.562) mil líquido de impostos.

b) Fundos de investimentos e carteiras

A Organização administra fundos de investimento e carteiras, cujos patrimônios líquidos em 30 de junho de 2025 atingiram R\$ 1.308.473.370 mil.

c) Benefícios a empregados

As despesas totais com contribuições efetuadas, no acumulado em 30 de junho de 2025, foram de R\$ 220.388 mil.

Além desse benefício, o Bradesco e suas controladas oferecem aos seus funcionários e administradores outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, incluindo as contribuições mencionadas anteriormente, totalizaram, no acumulado em 30 de junho de 2025, o montante de R\$ 2.756.877 mil.

- d)** Em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, informamos que o Banco Bradesco S.A. possui acordos para a compensação e liquidação de obrigações firmadas com

determinadas contrapartes. As obrigações de pagamento para com o Banco Bradesco S.A., decorrentes de operações de crédito e derivativos, na hipótese de inadimplência da contraparte, serão compensadas com as obrigações de pagamento do Banco Bradesco junto à contraparte.

- e) Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo. O Banco está acompanhando esse tema e avaliando os efeitos que serão produzidos por esta e futuras regulamentações ainda em tramitação no Congresso Nacional.
- f) Em 8 de agosto de 2024, nós, por meio das nossas controladas, celebramos um Acordo de Investimentos com a John Deere Brasil S.A. ("John Deere Brasil"), uma subsidiária integral da Deere & Company (USA), uma das líderes globais no fornecimento de equipamentos agrícolas, de construção e silvicultura. Por meio deste acordo, deteremos uma participação de 50% no Banco John Deere S.A. ("Transação"). Essa parceria estratégica fortalecerá ainda mais o posicionamento nos setores de agronegócio e construção, expandindo a oferta de financiamento e serviços financeiros para clientes e concessionários na aquisição de equipamentos, peças e serviços do grupo John Deere. Em 10 de fevereiro de 2025, após o cumprimento das condições precedentes, legais e regulatórias, a aquisição foi concluída.

Data-Base 24.7.2025

Conselho de Administração

Presidente

Luiz Carlos Trabuco Cappi

Vice-Presidente

Alexandre da Silva Glüher

Membros

Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara

Membros Independentes

Samuel Monteiro dos Santos Junior
Walter Luis Bernardes Albertoni
Paulo Roberto Simões da Cunha
Denise Pauli Pavarina

Diretoria

Diretor-Presidente

Marcelo de Araújo Noronha

Diretores Vice-Presidentes

Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Bruno D'Ávila Melo Boetger

Diretores Executivos

João Carlos Gomes da Silva
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Edilson Dias dos Reis
Juliano Ribeiro Marcílio
André Luis Duarte de Oliveira
Cintia Scovine Barcelos de Souza
Fernando Freiburger
José Augusto Ramalho Miranda
Marcos Valério Tescarolo
Renata Geiser Mantarro
Vinicius Urias Favarão
Silvana Rosa Machado
Túlio Xavier de Oliveira
Francesco Di Marcello
Júlio César Bueno

Diretores

Affonso Correa Taciro Junior
Afranjo Carlos Camargo Dantzger
Alessandro Zampieri
Alexandre Cesar Pinheiro Quercia
Alexandre Panico
Ana Luisa Rodela Blanco
André Costa Carvalho
André David Marques
André Ferreira Gomes
Antonio Campanha Junior
Bráulio Miranda Oliveira
Bruno Funchal
Bruno Rosa Cardoso
Carlos Henrique Villela Pedras
Carlos Leibowicz
Carlos Wagner Firetti
Clayton Neves Xavier
Cristiano Adjuto e Campos
Cristina Coelho de Abreu Pinna
Daniela Pinheiro de Castro
Danilo Luis Damasceno
Fábio Monteiro Chehab
Fabio Suzigan Dragone
Fernando Antônio Tenório
Fernando Honorato Barbosa
Francisco Armando Aranda
Jeferson Ricardo Garcia Honorato
José Leandro Borges
Juliana Laham
Julio Cardoso Paixão
Júlio César de Almeida Guedes

Layette Lamartine Azevedo Junior
Leandro José Diniz
Leandro Karam Correa Leite
Leandro Marçal Araújo
Letícia Cardelli Buso Gomes
Lucas Nogueira e Nogueira
Luis Claudio de Freitas Coelho Pereira
Luiz Philipe Roxo Biolchini
Manoel Guedes de Araujo Neto
Marcelo Souza Ramos
Márcio Renato Ribeiro Silva
Marco Aurélio Galicioli
Marcos Alexandre Pina Cavagnoli
Marcos Daniel Boll
Marina Bauab Carvalho Werebe
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Marina Gravina Veasey
Mateus Pagotto Yoshida
Nairo José Martinelli Vidal Júnior
Nathalia Lobo Garcia Miranda
Patrícia Kessler de Assumpção
Rafael Forte Araújo Cavalcanti
Rafael Padilha de Lima Costa
Ricardo Eleutério da Silva
Roberto França
Roberto Medeiros Paula
Romero Gomes de Albuquerque
Rubia Becker
Ruy Celso Rosa Filho
Soraya Bahde
Telma Maria dos Santos Calura
Vasco Azevedo
Vinicius Panaro

Diretores Regionais

Altair Luiz Guarda
Amadeu Emilio Suter Neto
César Cabús Berenguer Silvano
Deborah D'Ávila Pereira Campani Santana
Edmir José Domingues
Heberclely Magno dos Santos Lima
José Roberto Guzela
Marcelo Magalhães
Marcos Alberto Willemann
Nelson Pasche Junior
Welder Coelho de Oliveira

Comitês Subordinados ao Conselho de Administração

Comitês Estatutários

Comitê de Auditoria

Paulo Ricardo Satyro Bianchini – Coordenador
Amaro Luiz de Oliveira Gomes – Membro Qualificado
Antonio José da Barbara – Membro
Samuel Monteiro dos Santos Junior – Membro

Comitê de Remuneração

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Fabio Augusto Iwasaki (Membro não Administrador)

Comitês Não Estatutários

Comitê de Integridade e Conduta Ética

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Rubens Aguiar Alvarez
Octavio de Lazari Junior
Rogério Pedro Câmara
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Silvana Rosa Machado
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Afonso Correa Taciro Junior

Comitê de Riscos

Maurício Machado de Minas – Coordenador
Paulo Roberto Simões da Cunha
Rogério Pedro Câmara

Comitê de Nomeação e Sucessão

Luiz Carlos Trabuco Cappi – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha

Comitê de Sustentabilidade e Diversidade

Rogério Pedro Câmara – Coordenador
Alexandre da Silva Glüher
Denise Aguiar Alvarez
Maurício Machado de Minas
Walter Luis Bernardes Albertoni
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Bruno D'Ávila Melo Boetger
Juliano Ribeiro Marcílio
Silvana Rosa Machado
André Costa Carvalho
Fabiana Costa Tolentino

Comitê Estratégico

Alexandre da Silva Glüher – Coordenador
Maurício Machado de Minas
Samuel Monteiro dos Santos Junior
Denise Pauli Pavarina
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
Vinicius Urias Favarão

Comitê Subordinado ao Diretor-Presidente

Comitê Executivo de Divulgação

André Costa Carvalho – Coordenador
Marcelo de Araújo Noronha
Cassiano Ricardo Scarpelli
José Ramos Rocha Neto
Guilherme Muller Leal
Roberto de Jesus Paris
Oswaldo Tadeu Fernandes
Vinicius Urias Favarão
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Antonio Campanha Junior
Marina Claudia González Martin de Carvalho
Vinicius Panaro

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

José Maria Soares Nunes
Joaquim Caxias Romão
Vicente Carmo Santo
Ludmila de Melo Souza
Ava Cohn

Membros Suplentes

Frederico William Wolf
Artur Padula Omuro
Luiz Eduardo Nobre Borges
Mônica Pires da Silva
Marcos Aparecido Galende

Ouvidoria

Marcos Daniel Boll – Ouvidor

Departamento de Contadoria Geral

Vinicius Panaro
Contador – CRC 1SP324844/O-6

Ao
Conselho de Administração e Acionistas do
Banco Bradesco S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco" ou "Banco") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas selecionadas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Bradesco S.A., em 30 de junho de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação ao Bradesco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e na Resolução BCB nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros

Conforme descrito nas notas explicativas nº 2c vii, 3a, 4 e 38b às demonstrações financeiras consolidadas, o Banco possui o montante de R\$ 60.686.483 mil de provisão para perdas esperadas (PE) associadas ao risco de crédito de ativos financeiros em 30 de junho de 2025, conforme detalhado na nota explicativa nº 38b.

O Banco reconhece a perda esperada para a vida toda do contrato em todos os contratos que apresentaram um aumento significativo do risco de crédito (*SICR – Significant Credit Risk*) desde o seu reconhecimento inicial ou apresentaram inadimplência da contraparte (*default*) (estágio 2 e 3, respectivamente) e uma perda esperada para 12 meses a partir da data do balanço para todos os outros contratos (estágio 1). O Banco calcula a perda esperada em grupos homogêneos, por meio de modelos ou, para certas exposições significativas, com base em uma avaliação individual, estimando os fluxos de caixa futuros, considerando o valor das garantias relacionadas. Para calcular a perda esperada em

grupos homogêneos, o Banco separa os contratos com base em características de risco de crédito comuns e usa estimativas de probabilidade de inadimplência (*PD - Probability of Default*), o percentual da perda financeira no momento que a operação entrou em inadimplência (*LGD – Loss Given Default*) e a exposição financeira no momento da inadimplência (*EAD – Exposure at Default*), bem como identifica variáveis macroeconômicas relevantes e estima o impacto das projeções das condições econômicas futuras. O Banco projeta múltiplos cenários econômicos para essas variáveis macroeconômicas e pondera cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles.

Identificamos a avaliação das provisões de perdas esperadas como um principal assunto de auditoria, uma vez que a estimativa de perda esperada envolve incerteza significativa em sua mensuração, principalmente como resultado da complexidade dos modelos e subjetividade e precisão das premissas utilizadas. Dentre essas incertezas, estão: (i) as metodologias e premissas utilizadas para estimar as PDs, EADs e LGDs e a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns; (ii) os cenários macroeconômicos futuros e a respectiva ponderação de cada cenário de acordo com a probabilidade designada a eles; (iii) a identificação de aumento significativo de risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); e (iv) para a perda esperada avaliada individualmente, os fluxos de caixa futuros, considerando a avaliação das garantias relacionadas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados ao processo de cálculo da PE. Isso incluiu controles relacionados: (i) ao desenvolvimento e aprovação da metodologia da PE, incluindo a definição do Banco de aumento significativo no risco de crédito (estágio 2) e ativos problemáticos (estágio 3); (ii) a determinação das metodologias e premissas utilizadas para estimar a PD, EAD, LGD, incluindo a segmentação de contratos por características de risco de crédito comuns, e os modelos usados para identificar as variáveis macroeconômicas futuras relevantes e estimar o impacto quantitativo dessas variáveis; e (iii) a validação independente dos modelos e definição da probabilidade de cada cenário, utilizados para o cálculo da PE; (iv) o cálculo da estimativa de PE; e (v) a projeção de fluxos de caixa esperados, incluindo os valores das garantias relacionadas, para PE calculada individualmente.
- Envolvermos profissionais com experiência e conhecimento especializados em risco de crédito que nos auxiliaram: (i) na avaliação qualitativa das metodologias de PE do Banco através da revisão dos modelos com base nos requisitos técnicos; (ii) no teste da precisão das PDs, EADs e LGDs do Banco, na identificação das variáveis macroeconômicas relevantes e na estimativa do impacto quantitativo dessas variáveis, inspecionando as documentações dos modelos para determinar se os modelos estão compatíveis com suas intenções de uso; (iii) na avaliação da definição de aumento significativo no risco de crédito do Banco, analisando as métricas relevantes utilizadas pelo Banco e comparando-as com as práticas regulatórias e do setor aplicáveis; (iv) na verificação da precisão das estimativas de PDs, EADs e LGDs do Banco usando dados históricos e metodologias definidas pelo Banco; (v) na avaliação da base para a segregação de operações por características de risco de crédito comuns usadas na estimativa de PDs, EAD e LGD, observando correlações históricas; (vi) na avaliação da razoabilidade das variáveis macroeconômicas consideradas nos cenários futuros por meio de análise de regressão da correlação histórica dessas variáveis e risco de crédito e (vii) execução de análise quantitativa, aplicando os percentuais de impacto para cada cenário, os quais foram validados de forma independente.
- Comparamos os índices projetados pelo Banco nos cenários macroeconômicos futuros com projeções independentes de terceiros. Para uma seleção de contratos, avaliamos a PE calculada individualmente, avaliamos as premissas e inspecionamos a documentação relacionada utilizada pelo Banco para determinar os fluxos de caixa esperados, incluindo os de garantia.

- Para uma amostra, avaliamos a aderência às políticas internas sobre a identificação do aumento significativo de risco de crédito e a classificação dos instrumentos financeiros nos estágios 2 e 3.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a perda esperada de operações de ativos financeiros, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Avaliação da mensuração das provisões e das divulgações dos passivos contingentes – Fiscais e cíveis

Conforme descrito nas notas explicativas nº 24 às demonstrações financeiras consolidadas, o Bradesco é parte passiva em processos judiciais de naturezas fiscais e cíveis para os quais possui provisões registradas nos montantes de R\$ 8.497.654 mil e R\$ 7.351.575 mil, respectivamente, em 30 de junho de 2025.

As provisões de processos fiscais e cíveis, como aqueles relacionados à legalidade e constitucionalidade de certos impostos, indenização de supostos danos morais e patrimoniais, referentes a produtos e serviços bancários, inserção de informações sobre devedores no cadastro de restrições ao crédito, ajustes de correção monetária dos saldos de cadernetas de poupança devido à implementação de planos econômicos pelo Governo Federal, e para outras ações cíveis específicas, foi necessário julgamento significativo para determinar a probabilidade de perda e estimar o valor envolvido.

Identificamos a avaliação da mensuração das provisões e a divulgação de passivos contingentes para processos tributários e cíveis como um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que, a avaliação exigiu um alto grau de julgamento dos auditores devido à natureza subjetiva das estimativas, julgamentos e premissas feitas pelo Bradesco. No caso dos processos tributários e cíveis, as estimativas, julgamentos e premissas estão relacionadas a determinação da probabilidade de perda e do valor envolvido.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumidos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados a avaliação e mensuração das provisões e das divulgações dos processos fiscais e cíveis. Dentre esses controles estão a avaliação de informações recebidas de consultores jurídicos externos e internos sobre os processos judiciais fiscais e cíveis;
- Obtivemos e lemos as cartas recebidas diretamente dos consultores jurídicos externos do Banco para certos processos tributários, e a documentação preparada pelos consultores jurídicos internos para certos processos cíveis com a avaliação da probabilidade e estimativa do valor de perda de tais ações. Comparamos essas avaliações e estimativas com as utilizadas pelo Banco e, consideramos os dados e informações históricas relacionadas aos processos em questão, a fim de avaliar as provisões e divulgações feitas em relação a esses assuntos; e
- Envolvermos profissionais com experiência e conhecimentos especializados na área tributária, que auxiliaram na avaliação da probabilidade e estimativa de perda de determinados processos tributários específicos em relação aos méritos técnicos e a documentação suporte da posição do Banco.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões e as divulgações dos passivos contingentes de natureza fiscal e cível, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários

Conforme descrito nas notas explicativas nº 35c, às demonstrações financeiras consolidadas, o Bradesco possui o montante de R\$ 114.941.888 mil de ativos relativos a créditos tributários, em 30 de junho de 2025.

O Bradesco reconhece esses créditos tributários considerando que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização. As estimativas de lucros tributáveis futuros do Bradesco são baseadas nos planos de negócios e orçamentos preparados pela Administração, e exigem que o Bradesco estabeleça uma série de premissas relacionadas a eventos e condições futuras. Alterações em certas premissas sobre o futuro, tais como taxas de crescimento das principais linhas de negócios, taxas de juros e taxas de câmbio, podem ter um impacto significativo nas projeções e, consequentemente, na recuperabilidade dos créditos tributários.

Identificamos a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários como um principal assunto de auditoria. A avaliação das estimativas de lucro tributável futuro e as premissas subjacentes às expectativas de geração dos lucros futuros exigem julgamento dos auditores devido à sensibilidade a pequenas mudanças nas premissas e ao grau de subjetividade associado a essas premissas.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos sobre o processo de estimativa dos lucros tributáveis futuros. Dentre esses estão os controles relacionados ao desenvolvimento e aprovação das premissas chaves para a elaboração do orçamento e as estimativas de lucros tributáveis futuros.
- Envolvermos profissionais com habilidades e conhecimento especializados em finanças corporativas que nos auxiliaram na avaliação das premissas, incluindo taxas de crescimento das principais linhas de negócio, taxas de juros futuras e taxas de câmbio subjacentes às estimativas do Bradesco de lucros tributáveis futuros em 31 de dezembro de 2024. Avaliamos a capacidade do Bradesco para projetar os lucros tributáveis com precisão ao compararmos os lucros tributáveis estimados para o ano encerrado em 30 de junho de 2025 preparados no ano anterior, com os lucros tributáveis reais para o primeiro semestre de 2025.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a avaliação da recuperabilidade dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência

Conforme descrito nas notas explicativas nº 23a às demonstrações financeiras consolidadas, o Bradesco registrou provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada no montante de R\$ 415.047.317 mil em 30 de junho de 2025.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar certas provisões técnicas o Bradesco utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem, entre outras, sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto.

Identificamos a relevância dos julgamentos envolvidos na mensuração dessas estimativas e os impactos que eventuais variações nessas premissas teriam sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas na mensuração das provisões técnicas e na realização do teste de adequação de passivos são subjetivas, de maneira que, pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração dessas provisões.

Como nossa auditoria abordou esse assunto

Os principais procedimentos que realizamos para tratar esse assunto significativo para nossa auditoria incluíram os resumos abaixo:

- Testamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à mensuração das provisões técnicas e à realização do teste de adequação de passivos, incluindo os controles relativos ao desenvolvimento e a aprovação das metodologias atuariais e premissas

relacionadas a sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto; e à revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.

- Envolvermos nossos profissionais com conhecimentos específicos atuariais que auxiliaram nos seguintes aspectos:
 - I. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas acima mediante a comparação com requerimentos regulatórios e práticas de mercado;
 - II. nos testes sobre a razoabilidade das premissas relacionadas à sinistralidade, longevidade, persistência e taxas de desconto utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, ao utilizar informações históricas do Bradesco e comparar com as práticas regulatórias e da indústria aplicáveis;
 - III. na realização de testes, por meio de amostragem, da exatidão matemática do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas do Bradesco, metodologias e premissas;
 - IV. no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente de certas provisões técnicas, utilizando técnicas atuarias geralmente aceitas e premissas independentes; e
 - V. na avaliação das projeções de sinistros realizadas pelo Bradesco, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025.

Outros assuntos - Demonstração do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao semestre findo em 30 de junho de 2025, elaborada sob a responsabilidade da Administração do Bradesco, e apresentada como informação suplementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Bradesco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, a demonstração consolidada do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras individuais

O Bradesco elaborou demonstrações financeiras individuais para o semestre findo em 30 de junho de 2025 de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente separado, não contendo qualquer modificação, com data de 29 de julho de 2025.

Outros assuntos - Demonstrações financeiras consolidadas

Essas demonstrações financeiras consolidadas para o semestre findo em 30 de junho de 2025, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB), estão sendo apresentadas de maneira adicional, conforme faculdade prevista no Art. nº 77 da Resolução CMN nº 4.966, às demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e foram apresentadas separadamente pelo Bradesco nesta data e sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente, não contendo qualquer modificação, com data de 29 de julho de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A Administração do Bradesco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Bradesco e suas controladas continuarem operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Bradesco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Bradesco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Bradesco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e as respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Bradesco e suas controladas. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Bradesco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP



Cláudio Rogério Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0

**Aos Conselheiros de Administração da
ORGANIZAÇÃO BRADESCO**

1. APRESENTAÇÃO

1.1. O ambiente macroeconômico e as prioridades do COAUD no Exercício Social de 2025

Conforme destacado pelo Banco Central do Brasil - Bacen no Relatório de Política Monetária – RPM¹ divulgado em 26 de junho de 2025, o **ambiente externo** mantém-se adverso e segue exigindo cautela. Em particular, ressalta o Bacen a incerteza em função da conjuntura e da política econômica nos Estados Unidos da América (EUA), principalmente as políticas comercial e fiscal e de seus respectivos efeitos. Em decorrência, o comportamento e a volatilidade dos ativos têm sido afetados, com reflexos nas condições financeiras globais. A esse quadro, se soma a tensão geopolítica a reforçar o ambiente de incerteza.

No **cenário doméstico**, com os dados de atividade e de mercado de trabalho mais fortes do que o esperado, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 1,4% no primeiro trimestre de 2025, novamente marcado pelo excelente desempenho do setor agropecuário e outros menos sensíveis ao ciclo econômico, culminando com a revisão para cima na projeção para o crescimento do PIB em 2025, de 1,9% para 2,1%, apesar da expectativa de desaceleração da atividade ao longo do ano.

A **inflação** continua a apresentar um grande desafio, mantendo-se acima da meta: o índice acumulado em 12 meses, medido pelo IPCA, aumentou de 5,06% em fevereiro para 5,32% em maio. Nas projeções do cenário de referência, a inflação começaria a cair a partir do quarto trimestre de 2025, mas ainda permaneceria acima da meta, em 4,9%, caindo para 3,6% em 2026 e para 3,2% em 2027. Entre os fatores que pressionaram a inflação para cima, o Bacen destacou a atividade econômica mais forte que o esperado, e, como fatores baixistas, a apreciação cambial e a queda do preço do petróleo.

A propósito, o Comitê de Política Monetária do Bacen – COPOM destacou na Ata da 271ª reunião, realizada em 17 e 18 de junho de 2025, que elevou a SELIC para 15% ao ano e registrou que continua a acompanhar os impactos da política fiscal na política monetária e nos ativos financeiros, visto que o cenário segue marcado por expectativas desancoradas, projeções de inflação elevadas, resiliência na atividade econômica e pressões no mercado de trabalho. Tal ambiente exigiria política monetária significativamente contracionista por período bastante prolongado e a elevação da taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual seria compatível com a estratégia de convergência da inflação para a meta ao longo do horizonte relevante (até o final de 2027). O Comitê concluiu antecipando a interrupção no ciclo de alta de juros caso se confirme o cenário esperado, para então examinar os impactos acumulados do ajuste já realizado e avaliar se o nível da taxa de juros é suficiente para assegurar a convergência da inflação à meta.

Em resposta a tal ambiente, o RPM observa que **mercado de crédito** continua a exibir sinais de inflexão, em resposta ao ciclo de aperto monetário sobre as taxas de juros dos empréstimos, que aumentaram em diversas modalidades, culminando com o arrefecimento no crescimento das concessões de crédito com recursos livres (tanto para pessoas físicas e para pessoas jurídicas), apesar de se manterem em níveis elevados. Ainda, com as novas regras

¹ Banco Central do Brasil – Relatório de Política Monetária – RPM – Volume 1, Número 2, Junho 2025

introduzida em 2025, constatou-se elevação de concessões do crédito consignado do setor privado, ainda que com impacto limitado no total das concessões. No segmento de títulos privados no mercado de capitais, as emissões continuam em patamar historicamente alto, apesar do moderado desempenho em relação a 2024.

Quanto à **inadimplência**, que vinha apresentando estabilidade, apresentou elevação, com o comprometimento de renda das famílias subindo, pressionado pelos aumentos das taxas de juros e das operações de crédito emergenciais, conjugados à alteração da regulação para a constituição de provisão considerando a expectativa de perdas esperadas, de acordo com normas internacionais de contabilidade, com a entrada em vigor, em 1º de janeiro de 2025, dos requisitos da Resolução CMN nº 4.966, de 25 de novembro de 2021.

No **âmbito regulatório**, o Sistema Financeiro Nacional – SFN continua diante de crescentes e significativas demandas e requisitos adotados com os objetivos de promover a concorrência, a inovação e a eficiência no sistema financeiro, que impactam diversas áreas da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas). Em particular tecnologia da informação (por exemplo a gestão de crises tecnológicas e cibernéticas associadas a eventos adversos que possam originar crises operacionais), prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa, relacionamento com clientes e usuários de serviços financeiros (educação financeira, *suitability* de produtos, fraudes e golpes, clientes potencialmente vulneráveis, expansão do *open finance*), gestão corporativa de riscos (a integração dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança – ASG, ou ESG na sua expressão em inglês – e, particularmente, no Risco Climático), e o avanço na adoção completa das Normas Internacionais de Informação Financeira – NIIF para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen, e não somente para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, com destaque para a entrada em vigor da mencionada Resolução CMN nº 4.966, de 2021.

Oportuno ressaltar que a **Resolução CMN nº 4.966**, de 2021, estabeleceu novos conceitos e critérios contábeis para classificação, mensuração, reconhecimento, constituição de provisão para perdas esperadas, baixa, designação e reconhecimento de *hedge*, apresentação e divulgações em notas explicativas para os instrumentos financeiros, que representam mais de 70% dos ativos totais das instituições autorizadas a funcionar pelo BC².

Diante do ambiente macroeconômico e regulatório em constante e significativa transformação, e considerando ainda o processo de transformação interno resultante do *Change*, o Comitê de Auditoria Estatutário (COAUD ou Comitê) da Organização Bradesco, nos termos de suas atribuições e responsabilidades, dedica atenção especial aos desafios resultantes, às prioridades estratégicas da Organização e aos riscos associados, acompanhando os avanços e aprimoramentos na governança e sistemas de gestão de riscos e de controles internos associados às principais operações e produtos. O COAUD está focado primordialmente na integridade das Demonstrações Financeiras e controles internos a elas relacionados, na eficácia da Auditoria Interna Global (AIGL) e na qualidade e independência da Auditoria Independente (KPMG), priorizando a transparência na divulgação da posição econômico-financeira e nos resultados da Organização Bradesco, desenvolvendo seus trabalhos em parceria com a Diretoria Executiva, a Auditoria Independente e a Auditoria Interna.

No Semestre findo em 30 de junho de 2025, o COAUD objetivou entender e avaliar os efeitos do ambiente macroeconômico, do ciclo da política monetária e da taxa básica de juros nos negócios e resultados da Organização Bradesco, com atenção às políticas de concessão de crédito, inadimplência, constituição de provisões para perdas esperadas, mensuração dos

² Banco Central do Brasil – Relatório de Estabilidade Financeira – novembro de 2024

instrumentos financeiros, premissas, julgamentos e modelos relacionados a componentes significativos das Demonstrações Financeiras (como valor recuperável de créditos tributários e ágios, provisões e passivos contingentes), divulgações contábeis relacionadas aos componentes significativos dessas Demonstrações Financeiras, e os efeitos de mudanças regulatórias no ambiente de controles internos.

Nesse processo, o Comitê se reuniu regularmente com os executivos responsáveis pela gestão do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros (GBS), com interações frequentes com as áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Gerenciamento de Riscos Financeiros, *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, Auditoria Interna Global (acompanhando a execução do seu Plano de Trabalho conforme aprovado pelo COAUD), e os comitês de auditoria da Bradseg e da Bradesco Saúde.

Também, ao longo do Semestre, o COAUD recebeu atualizações regulares do sócio responsável pela auditoria independente da Organização Bradesco acerca dos processos internos da KPMG voltados ao acompanhamento de sua independência e sobre o progresso do trabalho em relação ao planejamento de auditoria, com foco em eventuais riscos novos e emergentes identificados para o período, sistemas de controles internos e gestão de riscos, e nos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). A KPMG Auditores Independentes continua a desafiar a administração nas questões mais relevantes e a fornecer opinião independente ao COAUD sobre julgamentos de questões materiais e o ambiente de controles internos.

1.2. O Comitê de Auditoria Estatutário na Organização Bradesco

Órgão de caráter permanente, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da Organização Bradesco, o COAUD é estruturado nos termos da Resolução nº 4.910, de 2021, do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Resolução nº 23, de 2021, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), demais regulamentações aplicáveis, entre as quais a Lei nº 6.404, de 1976 (Lei das S/A), e a Lei *Sarbanes-Oxley*, cuja observância é requerida para as Companhias registradas na *U.S. Securities and Exchange Commission* (SEC) e listadas na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE).

O COAUD Bradesco, doravante denominado COAUD, é composto por 1 (um) Conselheiro de Administração, e 3 (três) outros membros, sendo 1 (um) denominado Coordenador, e outro qualificado como especialista financeiro. Todos os membros atendem aos critérios de independência estabelecidos na regulamentação vigente e suas competências, conhecimento, habilidades e experiência são relevantes, compatíveis e adequadas ao segmento em que a Organização Bradesco atua.

O objetivo principal do COAUD é assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições relacionadas ao acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, e na recomendação da Auditoria Independente. No exercício de suas atribuições, o Comitê atua principalmente sobre (i) a qualidade, transparência e integridade das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada; (ii) a efetividade dos controles internos para a mitigação dos riscos em processos relevantes a elas associados; e (iii) a asseguuração da independência e qualidade dos trabalhos da Auditoria Independente e da Auditoria Interna.

O COAUD realiza reuniões trimestrais com o Conselho de Administração e com o Conselho Fiscal, ocasião em que apresenta o resultado dos trabalhos de suas atividades.

A composição no período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de julho de 2025 (data de publicação deste Relatório) foi a seguinte:

Nome	Membro
Alexandre da Silva Glüher (coordenador)	Até 15/01/2025
Paulo Ricardo Satyro Bianchini (coordenador)	Desde 11/2018. Coordenação a partir de 17/04/2025
Amaro Luiz de Oliveira Gomes (especialista financeiro)	Desde 03/2021
Antonio José da Barbara (membro)	Desde 30/04/2025
Samuel Monteiro dos Santos Junior (membro)	Desde 09/06/2025

O senhor Amaro Gomes, tendo em conta seu conhecimento, competências, habilidades e experiência em contabilidade, auditoria e regulação do mercado financeiro, bem como os diversos cargos de liderança que ocupou em organizações onde tais atributos profissionais era requisito essencial, inclusive no âmbito internacional, é membro qualificado especialista financeiro, nos termos do art. 9º. da Resolução CMN nº 4.910, de 2021, do art. 31-C da Resolução CVM nº 23, de 2021, e da seção 407 da Lei *Sarbanes-Oxley*.

2. ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

2.1. Comitê de Auditoria Estatutário

O Regimento Interno detalhando as atribuições do COAUD está disponível no site www.bradesco.com.br/ri, área de Governança Corporativa. Em essência, a principal atribuição do Comitê é assessorar o Conselho de Administração no monitoramento, avaliação e revisão:

- Das responsabilidades da Diretoria Executiva para garantir:
 - A existência e funcionamento de sistema de controles internos eficaz e estruturado para proteger os ativos e as receitas da Organização, e para a elaboração das Demonstrações Financeiras;
 - A integridade das Demonstrações Financeiras Individual e Consolidada da Organização Bradesco, com atenção aos julgamentos e premissas contábeis significativos, bem como dos Relatórios da Administração e quaisquer anúncios formais e informações requeridas pelos reguladores e a elas relacionados;
 - A conformidade (*compliance*) com os padrões éticos, políticas, planos e procedimentos da Organização, bem como com leis e regulamentos;
- Da qualificação, independência e desempenho da Auditoria Independente, incluindo responsáveis pela auditoria atuarial, bem como o relacionamento com eles;
- Da independência, desempenho, capacitação e eficácia da Auditoria Interna;
- Da eficácia das políticas e procedimentos para recepção e tratamento de informações e denúncias acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Organização Bradesco.

Mensalmente, o COAUD elabora Relatório com os principais assuntos tratados em reuniões e devidamente registrados em Atas com recomendações e acompanhamentos de adequação, melhorias de processos e controles, instrumento disponibilizado no Portal de Governança denominado “Atlas” para conhecimento dos Membros do Conselho de Administração. Adicionalmente mantém o Conselho de Administração regularmente informado

acerca dos assuntos relevantes associados às suas atribuições, em especial aqueles diretamente relacionados às Demonstrações Financeiras.

2.2. Administração da Organização Bradesco

A Administração é responsável:

- Pela definição e implementação de processos e procedimentos que visam a coletar dados para a elaboração das Demonstrações Financeiras, com observância da legislação societária, das práticas contábeis adotadas no Brasil, das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), dos atos normativos pertinentes do Conselho Monetário Nacional (CMN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Banco Central do Brasil (Bacen) e, pelo Banco Bradesco ser listado na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE), das normas estabelecidas pela SEC e pela Lei *Sarbanes-Oxley* (SOx);
- Pela elaboração das Demonstrações Financeiras de forma íntegra, gestão dos riscos, efetividade do sistema de controles internos, e por zelar pela conformidade das atividades em atendimento às normas legais e regulamentares; e
- Pelos processos, políticas e procedimentos de controles internos que assegurem a salvaguarda dos ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos e a eliminação ou redução, em níveis aceitáveis, dos fatores de risco.

2.3. Auditoria Independente

A KPMG é a responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras semestrais e anuais, e pela revisão das Informações Trimestrais (ITRs), emitindo relatórios que refletem o resultado de suas verificações e apresentando a sua opinião independente a respeito da fidedignidade dessas Demonstrações em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e com as IFRS, emitidas pelo IASB, além da aderência às normas do CMN, da CVM, do Bacen, da SUSEP, da ANS e preceitos da legislação societária brasileira e regulamentação norte-americana aplicável ao Banco Bradesco e suas Controladas.

2.4. Auditoria Interna Global (AIGL)

Diretamente subordinada ao Conselho de Administração, a Auditoria Interna Global (AIGL) atua de forma independente e objetiva – livre de qualquer interferência quanto a questões de auditoria, seleção, escopo, procedimentos, frequência, tempo ou conteúdo do relatório – na avaliação dos controles internos e processos voltados para a eficácia operacional da Organização Bradesco. Mediante o uso de bases estatísticas e modelos, a Auditoria Interna prioriza as áreas e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis às operações e à estratégia, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles pertinentes, exercendo papel fundamental para auxiliar a administração na sua responsabilidade de proteger os ativos, a reputação e a sustentabilidade da Organização. De acordo com a regulamentação vigente e com o Regimento Interno, o COAUD e o Conselho de Administração têm a responsabilidade pela aprovação do Regimento Interno, do Plano de Trabalho e do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna Global.

Relevante reiterar que a AIGL manteve, após revisão metodológica, avaliação da governança e dos papéis de trabalho, e da observância aos atributos recomendados internacionalmente, a sua Recertificação perante o IIA Brasil, fato ocorrido pela 2ª vez, dada ter sido Certificada inicialmente no ano de 2014. De se notar que a avaliação pelo IIA teve o escopo ampliado, incluindo a certificação de todo o ambiente de auditoria na rede de agências.

2.5. Gerenciamento de Riscos Financeiros

A dependência de Gerenciamento de Riscos Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, é responsável por fortalecer a visão corporativa dos riscos financeiros, através da identificação, avaliação, monitoramento e gestão de riscos, em articulação com as diversas áreas e empresas da Organização Bradesco.

2.6. Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros – Controles Internos

A dependência de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, apoia o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria e a Diretoria Executiva na coordenação do Programa de Conduta Corporativa (*Compliance*), que consiste na conformidade com leis e regulamentos internos e externos, alinhado com a estratégia da Organização Bradesco e seu entorno social. Adicionalmente, responde pela elaboração de normas internas e pelo subsídio às áreas no cumprimento dos temas relacionados à integridade, conflito de interesses, ética e condutas – corporativa, concorrencial e anticorrupção. Também responde, de modo independente das áreas comerciais, pela Área Corporativa do Sistema de Controles Internos.

2.7. Gestão Corporativa de Riscos

A dependência de Gestão Corporativa de Riscos, vinculada à Diretoria Executiva de Riscos, tem a missão de fortalecer a atuação estratégica e integrada das áreas de controle, com responsabilidade sob o Plano Estratégico das segundas linhas, *Apetite a Riscos (RAS)*, Governança de Riscos, Gestão de Projetos e Risco de Estratégia.

2.8. Ouvidorias - Serviço de Atendimento ao Consumidor

As Ouvidorias do Banco Bradesco e do Grupo Bradesco Seguros têm a competência de acompanhar o desempenho da Organização nos *Rankings* de Reclamações, reportando os principais eventos e contribuindo com recomendações para aprimoramentos e modificações de práticas e rotinas para atendimento das expectativas dos clientes e usuários. Para garantir o resultado e estimular a melhoria contínua dos processos, produtos e serviços, as Ouvidorias interagem com as Dependências e Empresas Ligadas, além de atuarem no relacionamento com órgãos reguladores e de proteção e defesa do consumidor. O COAUD mantém reuniões semestrais com a Ouvidoria (Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros, neste caso através dos comitês de auditoria da Bradseg e do Bradesco Saúde) para conhecimento da natureza dos registros e acompanhamento da implementação de recomendações.

2.9. Avaliação Interna de Modelos

Dependência responsável por avaliar, de modo independente, os modelos adotados nas diversas áreas do Banco Bradesco, como gerenciamento de riscos, cálculo de capital, teste de estresse, precificação, provisões, mediante o uso de ferramentas quantitativas voltadas para a

certificação de tais modelos, de modo aprimorar a eficiência e a precisão, e reduzir custos no processo de tomada de decisões.

3. COMO O COAUD EXERCEU SUAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Preliminarmente, destacamos que o Capítulo 4 – Principais atividades e temas significativos considerados pelo COAUD, deste Relatório, apresenta em maiores detalhes os trabalhos desenvolvidos. Neste capítulo apresentamos um panorama geral com o objetivo de destacar alguns aspectos relevantes.

Considerando o ambiente macroeconômico e as prioridades para o Exercício Social de 2025, destacados na introdução deste Relatório, bem como a estratégia da Organização Bradesco, o COAUD dedicou atenção à informações sobre (i) os efeitos diretos e indiretos nos resultados das operações; (ii) riscos e incertezas e o impacto nos julgamentos, premissas e estimativas atuais e futuras relativas às informações contábeis, em particular provisões cíveis, trabalhistas e fiscais, e mensuração de ativos financeiros; (iii) os efeitos no capital econômico e regulatório e o impacto na liquidez; e (iv) procedimentos de revisão e conclusões da Auditoria Independente e da Auditoria Interna Global, e demais Linhas de Defesa.

Em particular, o COAUD intensificou o acompanhamento das premissas, modelos e julgamentos relativos ao risco de crédito, principalmente quanto à adequação dos parâmetros utilizados para desenvolver e calibrar os modelos de provisionamento, tendo em conta os dados históricos e a experiência recente. Adicionalmente, outras áreas de julgamentos contábeis significativos que demandaram atenção incluíram a mensuração de instrumentos financeiros, a avaliação do valor recuperável de ativos, a análise dos passivos contingentes, os investimentos em empresas ligadas e as provisões constituídas no Grupo Bradesco Seguros.

A Auditoria Independente compartilhou regularmente seus pontos de vista sobre a razoabilidade das premissas utilizadas nos modelos adotados, considerando o ambiente macroeconômico no desenho, implementação e operação dos controles relacionados a esses e a outros temas considerados pertinentes.

Relevante destacar ainda que o COAUD permanece acompanhando a implementação da Estratégia Corporativa no âmbito do Processo de Transformação denominado “*Change*”, divulgado em meados de fevereiro/24 pelo Presidente do Banco Bradesco.

3.1. Reuniões e Capacitação

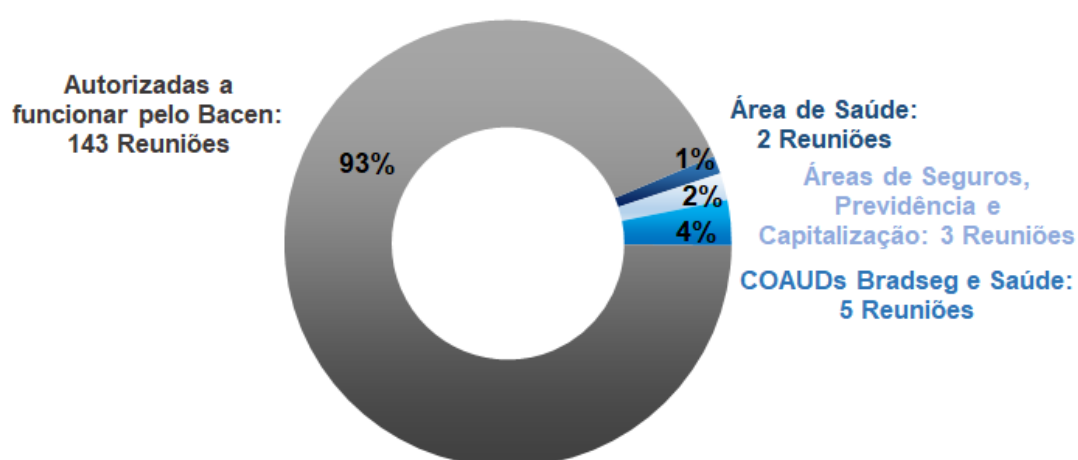
Com observância ao seu planejamento anual, o COAUD realizou reuniões (devidamente formalizadas em Atas, conforme requerido pela regulamentação vigente) com os representantes das áreas responsáveis pelos processos contábeis, financeiros, tributários e trabalhistas, assim como no acompanhamento pelas 2ª, 3ª e 4ª Linhas de Defesa, no âmbito da abordagem dos riscos e controles internos, e recebeu regularmente os Relatórios Gerenciais de “Acompanhamento das Operações de Crédito e Inadimplência”, “Riscos de Mercado e de Liquidez e Limites”, e da Comissão de Avaliação de Pendências Regulatórias e Auditoria Externa (CAPRAE).

No 1º semestre de 2025 o COAUD participou de 153 reuniões, destacando-se aquelas com o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, os Executivos das áreas de Negócios, de Tecnologia da Informação, de Gestão de Riscos, de Controle Interno, e de *Compliance*, bem como com a KPMG Auditores Independentes, a Auditoria Interna Global, e o Banco Central do Brasil (Bacen). Nessas ocasiões, o COAUD recebeu atualizações sobre assuntos relevantes e

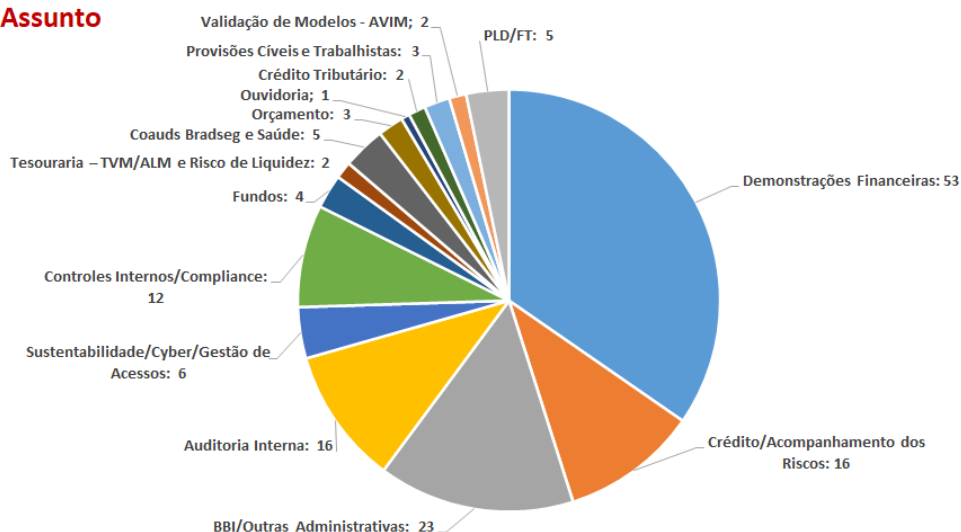
acompanhou, principalmente, as ações compromissadas e prioritárias estabelecidas; o apetite e a abordagem à gestão de riscos, incluindo riscos emergentes; a segurança cibernética; o uso de nuvem (*cloud*); Sustentabilidade e ESG, com foco em impactos das mudanças climáticas e dos requisitos regulatórios do Bacen, CVM, SUSEP, ANS e SEC; implementação da Resolução CMN nº 4966 e seus impactos contábeis; prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa; conduta e tratamento de clientes potencialmente vulneráveis; governança; educação financeira; e o aprimoramento e desenvolvimento de modelos.

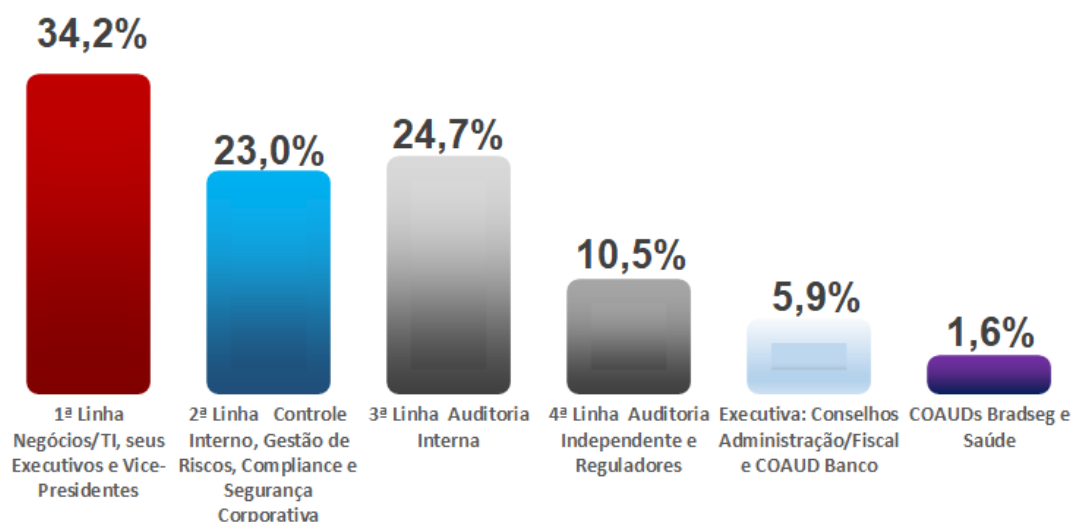
A seguir apresentamos o sumário das reuniões realizadas:

Por Instituições



Por Assunto



Por Linha de Defesa

No âmbito da educação continuada, o Comitê de Auditoria participou no decorrer de 2025 de diversas atividades de capacitação.

3.2. Revisão das Demonstrações Financeiras

A revisão de Demonstrações Financeiras pelo COAUD no 1º semestre de 2025 incluiu o Relatório Trimestral (ITR) para a data-base de 31/03/2025 e o Relatório Semestral para a data-base de 30/06/2025. É de responsabilidade da Administração a elaboração de Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – da Organização Bradesco completas e exatas, apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sejam estabelecidas pelo Bacen e/ou emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e referendadas pela CVM, extensivas à SUSEP e ANS, e com as IFRS, emitidas pelo IASB, que devem ser auditadas por auditores independentes registrados na CVM.

Como parte dessa revisão, o COAUD avaliou a aplicação de políticas contábeis críticas, julgamentos contábeis e premissas significativas, e a conformidade com os requerimentos de divulgação, para garantir que fossem consistentes, apropriados e aceitáveis, de acordo com os requisitos relevantes para a elaboração e divulgação de Demonstrações Financeiras. O Comitê discutiu com as áreas técnicas e considerou as métricas de desempenho relacionadas às prioridades estratégicas, de modo a acompanhar a evolução no período e identificar os principais aspectos a influenciar a consecução das metas orçamentárias, bem como analisar se foram apresentadas de forma equilibrada e refletindo os riscos e incertezas de forma adequada.

Adicionalmente, o COAUD avaliou a eficácia do sistema de controles internos relacionado à elaboração das Demonstrações Financeiras, com atenção e avaliação crítica das alterações, aprimoramentos e quaisquer desenvolvimentos que o afetem. Documentou-se de atualizações e confirmações regulares de que a Administração havia adotado as ações necessárias para remediar eventuais falhas ou fragilidades importantes para os processos e controles operacionais identificadas através da operação da estrutura de controles da Organização Bradesco. Os procedimentos adotados nas três Linhas de Defesa para identificar, monitorar, avaliar e mitigar impactos potencialmente relevantes foram regularmente reportados ao COAUD.

Finalmente, o COAUD dedicou atenção particular aos Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) destacados pela Auditoria Independente por ocasião da emissão do seu Relatório e publicação das Demonstrações Financeiras relativas ao 1º semestre de 2025, acompanhando as discussões mais relevantes com as áreas responsáveis e a equipe de auditores independentes.

3.3. O COAUD e a Auditoria Independente

A KPMG é responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco, exercendo essa função desde 2011, promovendo, a cada 5 (cinco) anos, o rodízio do sócio e principais responsáveis pela realização de auditoria, de acordo com as melhores práticas do mercado. Dada a sua missão e responsabilidade, o COAUD reitera que apresentou ao Conselho de Administração a sua recomendação pela permanência da KPMG para a prestação de serviços de auditoria independente para o exercício social de 2025.

3.3.1. Planejamento da Auditoria Independente e Execução dos Trabalhos

O COAUD revisou a abordagem e estratégia da Auditoria Independente para a auditoria do Exercício Social de 2025, discutindo com a KPMG o escopo geral e o planejamento dos trabalhos, a estratégia para riscos significativos identificados, a natureza e extensão da capacitação da equipe de auditores e o uso de especialistas (tecnologia da informação, atuária, finanças corporativas, tributação) necessários para realizar a auditoria planejada na Organização Bradesco. Ao longo do 1º semestre de 2025 o COAUD recebeu atualizações regulares da KPMG sobre os avanços do processo de auditoria, apresentadas pelo sócio responsável e sua equipe sênior, com o objetivo de acompanhar o tratamento das questões de contabilidade e seus impactos nas Demonstrações Financeiras e demais relatórios relacionados ao sistema de controles internos e Principais Assuntos de Auditoria (PAAs). O COAUD deu ênfase às ações tomadas pela KPMG em relação aos PAAs apontados em seu Relatório relativo à data-base de 31/12/2024, bem como àqueles identificados no planejamento de auditoria para o exercício de 2025, discutindo-os desde o planejamento e ao longo do 1º semestre de 2025.

O COAUD avaliou regularmente a eficácia, o desempenho e a independência da KPMG, focando no processo geral de auditoria e na qualidade dos resultados. A KPMG destacou a continuidade do investimento em recursos adicionais e novas tecnologias para o aprimoramento contínuo da qualidade e consistência na prestação de serviços de auditoria.

O Comitê, ao tomar conhecimento de pontos relevantes envolvendo a avaliação dos sistemas contábil e de controles internos, identificados em conexão com os exames das Demonstrações Financeiras, acompanhou as implementações das respectivas recomendações para o aprimoramento de processos, sistemas e mitigação de riscos.

A KPMG apresentou tempestivamente ao Comitê os resultados e principais conclusões dos trabalhos de auditoria realizados ao longo do 1º semestre de 2025.

Adicionalmente, é oportuno destacar que o COAUD, ao tomar conhecimento de eventos relevantes que envolvam a KPMG, no Brasil e no exterior, interpela imediatamente os auditores independentes, que apresentam tempestivamente explicações e explicações acerca da ocorrência, como foram regularizadas, riscos potencialmente identificados para o exercício independente dos trabalhos da empresa, e eventuais impactos aos trabalhos em andamento.

3.3.2. Realização de “Outros Serviços” pela Auditoria Independente

No âmbito de sua atribuição de monitorar e avaliar a independência do auditor independente, o Comitê de Auditoria toma ciência da extensão e natureza da realização de “Outros Serviços” pela KPMG. A execução de tais serviços, não relacionados com a Auditoria Independente das Demonstrações Financeiras, deve ser objeto de avaliação primordial e preliminar por parte do auditor independente, de acordo com a sua política de independência, e observados os requisitos estabelecidos pela regulamentação promulgada pelo CMN, pela CVM, pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, pela SEC, pela *Public Company Accounting Oversight Board* – PCAOB, pela *International Ethics Standards Board for Accountants* – IESBA e pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* – IAASB, de forma a garantir que não representam conflito de interesses.

A contratação de tais serviços ocorre somente após confirmação pela KPMG de que foram considerados todos os requisitos de independência, bem como o atendimento aos melhores interesses da Organização Bradesco para contratar a KPMG para a realização de tais serviços, incluindo aspectos como trabalho intimamente relacionado àquele realizado para fins de auditoria independente; serviços que demandem a obtenção de evidência de auditoria apropriada para expressar uma conclusão destinada a aumentar o grau de confiança dos auditores; ou para averiguação de controles internos em complemento ao escopo normal dos trabalhos de auditoria independente. Os “Outros Serviços” realizados pela KPMG no 1º semestre de 2025 foram:

- Tivio Capital DTVM S/A – Demonstrações Financeiras de Fundos de Investimento;
- Banco Bradesco e Grupo Bradesco Seguros – Asseguração Limitada de “ESG”;
- Banco Bradesco Argentina – Demonstrações Financeiras do exercício de 2024;
- Bradesco Saúde - Due Diligence;
- Bradesco Saúde – Demonstrações Financeiras do “Grupo Santa”;
- Banco Bradesco e Empresas Ligadas – Demonstrações Financeiras de 2025;
- BradesCard México – Demonstrações Financeiras de 2024;
- Bradesco Investments Inc – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Bradesco Bank e Global Advisors – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Banco Bradesco Europa – Demonstrações Financeiras de 2025;
- Odontoprev S/A – Demonstrações Financeiras e Procedimentos Previamente Aprovados;
- Grupo Odontoprev – Asseguração do Preenchimento das Escriturações Contábeis;
- Odontoprev S/A – Asseguração Limitada / Lei do Bem;
- Odontored – Asseguração Limitada / Documentação do Risco de Solvência Institucional;
- Bradesco Comercializadora de Energia – Demonstrações Financeiras / base 30/06/2025;
- BradesCard México e Fideicomiso - Demonstrações Financeiras 31/12/2025;
- Odontored - Auditoria Atuarial / Reservas Técnicas; e

- Multibrás Fundo de Pensão - Asseguração dos registros contábeis.

O COAUD não identificou razões objetivas para caracterizar conflitos de interesse, risco de perda de independência ou de objetividade na realização dos “Outros Serviços” pela KPMG. A avaliação da independência da KPMG considerou também a situação pessoal e a relação financeira que o auditor (sócio responsável e demais integrantes da equipe de profissionais envolvidos com a realização da auditoria) têm com a Organização Bradesco, analisando as possíveis ameaças e estabelecendo as medidas necessárias para solução.

Com base no planejamento apresentado pela KPMG e nas discussões subsequentes sobre os resultados dos trabalhos, o Comitê considera que os trabalhos desenvolvidos foram adequados aos negócios da Organização Bradesco.

3.4. O COAUD e a Auditoria Interna

Para permitir um efetivo e adequado acompanhamento das atividades realizadas pela Auditoria Interna Global (AIGL), em aderência ao seu Regimento Interno e regulamentação vigentes, o COAUD aprovou o Plano de Auditoria Anual e eventuais atualizações relevantes promovidas ao longo do exercício social. Além do foco contínuo nos requisitos da legislação e regulamentação em vigor, o COAUD atentou para a inclusão no escopo da Auditoria Interna de questões relacionadas à estratégia, governança e cultura, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo, critérios contábeis, fiscais e tributários, conduta no relacionamento com clientes e conformidade, e resiliências - financeira e operacional.

Os resultados do trabalho da Auditoria Interna Global, juntamente com a avaliação da governança geral, gestão de riscos e estrutura de controle e processos, são regularmente relatados ao COAUD, em reuniões e por meio de relatórios e súmulas executivas, destacando os principais temas identificados, cobertura de auditoria e trabalhos desenvolvidos, proporcionando visão independente de riscos emergentes e impactos nos negócios.

Ao tomar conhecimento dos pontos de atenção e das recomendações, o Comitê acompanha o estabelecimento de calendário adequado para remediar as questões indicadas, de responsabilidade da Diretoria Executiva, e monitora a sua execução, acompanhando as providências saneadoras adotadas pela Administração junto as áreas auditadas.

A Auditoria Interna Global mantém estreita relação de trabalho com a Auditoria Independente, que é informada das atividades e resultados dos trabalhos da Auditoria Interna, e tem acesso a todos os relatórios e registros de suporte.

Anualmente, a função da Auditoria Interna Global é submetida a processo de avaliação técnica conduzido pelo COAUD, cujos resultados são discutidos com a sua Diretoria. Também, a citada Diretoria é avaliada formalmente acerca de sua atuação estratégica, comportamental, independência e de resultados. Tais avaliações são itens importantes na manutenção do Programa de Certificação de Qualidade do *The Institute of Internal Auditors* (IIA), que visa a melhoria contínua da gestão dos processos da área e a adoção das melhores práticas (metodologias, ferramentas e gestão). A avaliação da auditoria interna referente ao Exercício Social de 2024 foi conduzida pelo COAUD, em observância à Resolução CMN nº 4.910, de 2021.

Ressaltamos que a Auditoria Interna tem respondido adequadamente às demandas do Comitê de Auditoria e às necessidades e exigências da Organização Bradesco e dos órgãos reguladores.

4. PRINCIPAIS ATIVIDADES E TEMAS SIGNIFICATIVOS CONSIDERADOS PELO COAUD

4.1. Visão geral

O COAUD trabalhou em estreita colaboração com as dependências de Gestão Corporativa de Riscos, Gerenciamento de Riscos Financeiros e de *Compliance* e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, bem como outras áreas da Organização Bradesco, na observância dos procedimentos para gerenciar riscos e a estrutura de controle interno, para garantir que as áreas de responsabilidade comum foram tratadas apropriadamente nas agendas das reuniões com o Comitê ou em discussões com o Coordenador do COAUD, com o objetivo de aprimorar a conectividade, coordenação e fluxo de informações, e dessa forma garantir uma compreensão profunda dos principais temas.

Entre os principais aspectos discutidos destacaram-se a responsabilidade pela identificação, mensuração, monitoramento, mitigação e supervisão dos controles e riscos, e a comunicação aos níveis adequados da administração mediante a elaboração de relatórios regulares, tempestivos e completos. Nessas reuniões, o COAUD objetivou ainda identificar e discutir prioridades mútuas, melhorias e programas de remediação, e questões futuras em relação à gestão de riscos e controles internos, tendo como base a Matriz de Riscos Corporativos (Biblioteca de Riscos).

O COAUD tem acesso às Matrizes de Riscos das dependências da Organização Bradesco, possibilitando acompanhar, em particular, os riscos altos e muito altos tratados em cada Matriz, fortalecendo a visão tempestiva das operações versus controles versus riscos.

4.2. Detalhamento das principais atividades e temas significativos

O Programa de Trabalho do Comitê de Auditoria para o Exercício Social de 2025 teve como foco os principais processos, riscos e produtos inerentes aos negócios da Organização Bradesco. Destacamos a seguir os aspectos mais relevantes:

Atribuição/Área	Principais temas abordados e ações do COAUD
Demonstrações Financeiras da Organização Bradesco (Banco Bradesco e Empresas Ligadas)	
Revisão das Demonstrações Financeiras, inclusive Notas Explicativas, relatórios da administração e do Auditor Independente	Principais políticas contábeis, práticas e critérios gerais adotados: - Discussão com a Contadoria Geral (CG), Controladoria, Gestão Corporativa de Riscos, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Grupo Bradesco Seguros, Auditoria Interna Global (AIGL) e Auditoria Independente (KPMG); - Avaliação criteriosa das políticas contábeis mais significativas, considerando a regulamentação vigente no Brasil, editadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e requeridas pelas autoridades reguladoras – Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (Susep), Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Agência Nacional de Saúde (ANS) – e as IFRS promulgadas pelo IASB; Preparação das Demonstrações Financeiras Consolidadas: Revisão dos procedimentos para a elaboração e divulgação de acordo com as IFRS promulgadas pelo IASB;

	Ambiente macroeconômico no Brasil: especial atenção para avaliar como a Administração abordou e refletiu as questões decorrentes do ambiente macroeconômico e os impactos na Organização Bradesco, nos relatórios financeiros e outras divulgações relevantes, tais como os efeitos presente e futuro e os reflexos potenciais identificados para operações e segmentos de negócio, como operações de crédito, seguros (vida e saúde) e previdência privada; Auditoria Independente: Reunião com a KPMG, antes das divulgações das Informações Trimestrais de 31/03/2025 e das Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 30/06/2025, para avaliar os aspectos de independência dos auditores e do ambiente de controle na geração das informações divulgadas, inclusive quanto à observância da recomendação do COAUD para que as principais empresas do Conglomerado Bradesco de capital fechado e o Grupo Bradesco Seguros, que compõem as Demonstrações Financeiras Consolidadas, publiquem suas Demonstrações Financeiras em conjunto; Revisão das Demonstrações Financeiras – Individual e Consolidada – e Relatórios da Administração (ITR de 31/03/2025) e semestral de 30/06/2025: endossando seu conteúdo, antes da aprovação pelo Conselho de Administração e sua autorização para divulgação, garantindo a conformidade com os requisitos legais e a aplicação adequada dos princípios contábeis pertinentes, e certificando que a Auditoria Independente emitiu o seu Relatório correspondente.
Empresas controladas	Destaque para atividades relacionadas ao Grupo Bradesco Seguros, Aarin, RCB e Banco Digio: Acompanhamento dos principais aspectos associados à elaboração das Demonstrações Financeiras, inclusive mediante discussões regulares com os Comitês de Auditoria do Grupo Segurador (Bradseg e Bradesco Saúde). Em tal processo o COAUD exerce suas atribuições mediante reuniões de monitoramento com os responsáveis pelos registros contábeis e requerimentos legais aplicáveis à essas organizações, bem como os auditores interno e independente. Nessas ocasiões são discutidos temas relevantes diversos de caráter operacional, legal, fiscal, tributário e de tecnologia da informação, com destaque para estrutura administrativa, estratégias, resultados, gerenciamento de riscos, controles internos, apontamentos relevantes pela auditoria interna e pontos dos auditores independentes.
Principais políticas contábeis, estimativas e julgamentos significativos	Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD): o cálculo da provisão para as perdas esperadas associadas ao risco de crédito considerando a probabilidade de o instrumento ser caracterizado como inadimplente e a expectativa de recuperação do instrumento. Tais parâmetros devem ser estimados de forma prospectiva, com base nas condições econômicas correntes e esperadas, considerando os estágios em que os instrumentos estão classificados. Como objetivam refletir a expectativa de perdas em cenários econômicos, envolve julgamentos significativos, especialmente considerando o grau de incerteza sob as condições macroeconômicas atuais e futuras. Entre os principais aspectos analisados pelo COAUD destacaram-se a redução ao valor recuperável; carteira de empréstimos e adiantamentos, incluindo avais, fianças e debêntures, com ênfase às expectativas de perdas futuras nos portfólios Massificados e Dívida Corporativa; Mensuração de instrumentos financeiros: Devido às condições de maior volatilidade no mercado, principalmente em decorrência do comportamento da inflação e da taxa básica de juros estabelecida pelo Bacen, o COAUD discutiu periodicamente os impactos nos modelos para avaliar a carteira de investimentos e derivativos, particularmente considerando as principais premissas, métricas e julgamentos significativos utilizados para a determinação do valor justo; Créditos tributários: Atenção especial dada ao cálculo dos ativos fiscais diferidos e às estimativas de recuperação (realização), principalmente quanto ao ambiente macroeconômico, nos resultados futuros da

	Organização e nos consequentes lucros tributáveis, com base no plano de negócios e orçamentos estabelecidos pela Administração. Em particular, tomar conhecimento das projeções de probabilidade e suficiência de lucros tributáveis futuros, reversões futuras de diferenças temporárias, estratégias de planejamento tributário em curso, e impactos de mudanças na legislação tributária. O COAUD também considerou os julgamentos da Administração relativos a questões fiscais em relação às quais o tratamento tributário apropriado é incerto ou sujeito a interpretação, e que estão em processo de discussão judicial e categorizados como contingentes (classificados como possíveis, e, portanto, objeto somente de Nota Explicativa); Valor Recuperável dos Ativos – Ágio (Goodwill) e outros ativos não financeiros: A Administração testou o valor recuperável (imparidade) do ágio (<i>goodwill</i>) e outros ativos não financeiros, com julgamentos que consideraram o crescimento de longo prazo, taxas de juros, fatores de desconto e fluxos de caixa esperados, em termos de conformidade com as normas contábeis e razoabilidade da previsão; Provisões e Passivos Contingentes: Processos legais e questões regulatórias – Julgamento em relação ao reconhecimento e mensuração de provisões, bem como a existência e a avaliação quanto aos passivos contingentes. As questões que requerem julgamentos significativos foram destacadas e a avaliação do COAUD considerou a integridade da base de dados, os critérios adotados para as provisões contábeis e respectivas suficiências, e acompanha com rigor crítico os modelos e critérios adotados para a constituição de provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; Grupo Bradesco Seguros – Provisões Técnicas de Seguros, Previdência e Capitalização: o COAUD tomou conhecimento das premissas e julgamentos adotados pelo Grupo Bradesco Seguros (GBS) e se certificou da aderência dos processos aos requisitos estabelecidos pela Susep e ANS nas Notas Técnicas Atuariais, incluindo os Ativos Garantidores (títulos e valores mobiliários vinculados). Reunião de alinhamento com os Comitês da Bradseg e Saúde acerca do resultado obtido pela PwC Auditoria Independente, responsável pela Auditoria Atuarial no Grupo Bradesco Seguros. Contabilidade de cobertura (<i>hedge accounting</i>): dentre os vários aspectos relacionados à contabilidade de cobertura abordados pelo COAUD, atenção particular para a governança específica no processo de contratação de operações e sua classificação contábil, tendo em conta os requerimentos estabelecidos pelos órgãos reguladores e os requisitos específicos das IFRS. O COAUD discutiu as principais características das operações de cobertura registradas, a observância da governança e controles internos (incluindo documentação necessária para habilitar o reconhecimento contábil específico), as condições macroeconômicas atuais e seu impacto nas previsões de fluxo de caixa prováveis e custo das operações, e a eficácia das estruturas ao longo do horizonte coberto.
Sustentabilidade, ESG e Risco Climático	
Estratégia da Organização Bradesco e requisitos regulatórios de Sustentabilidade, ESG e Risco climático	Acompanhamento dos esforços da administração para incorporar os requisitos regulatórios e aprimorar os relatórios de Sustentabilidade, incluindo tópicos associados à ESG e, particularmente, questões de riscos climáticos. Ao longo do 1º semestre de 2025 o COAUD tomou conhecimento do alinhamento da estratégia da Organização Bradesco na contratação de operações de crédito e na gestão integrada de riscos, particularmente após a publicação da Resolução CMN nº 4.943, de 2021, que incluiu requisitos aplicáveis ao gerenciamento do risco social, do risco ambiental e do risco climático na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, e da Resolução CMN nº 4.945, de 2021, com aprimoramentos da Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) e inovando no requerimento de divulgação de informações ao público em geral, com vigência a partir de julho de 2022. Adicionalmente, o COAUD tomou conhecimento dos processos em andamento para a observância dos requerimentos estabelecidos pela Resolução CVM nº 59, de 2021, que

	requer informações a serem prestadas a respeito de aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa. Adicionalmente, com a promulgação pelo <i>International Sustainability Standards Board</i> – ISSB, em junho de 2023, de normas internacionais com recomendações para a elaboração do relatório de sustentabilidade (IFRS S1) e para divulgações relacionadas ao clima (IFRS S2), a CVM determinou sua observância no Brasil, nos termos da Resolução CVM nº 193, de 2023, a partir do Exercício Social de 2026. Igual decisão tomou o CMN, por meio da Resolução nº 5.185, de 2024, determinando que as instituições financeiras de maior porte elaborem e divulguem, juntamente com suas demonstrações financeiras, o relatório de sustentabilidade em conformidade com os mencionados IFRS S1 e IFRS S2. O COAUD passou a dedicar mais tempo para compreender aspectos como sistemas de controle interno voltados para identificar, quantificar e divulgar tais riscos, os esforços para desenvolver medidas e métricas para o acompanhamento dos avanços e dos compromissos assumidos pela Organização Bradesco, e a governança adotada para a elaboração do Relatório de Sustentabilidade na forma determinada pelos reguladores. Vale observar que a integração de fatores sociais, ambientais e climáticos no gerenciamento de riscos, que faz parte da estratégia da Organização, já era objeto de acompanhamento pelo COAUD junto às áreas competentes, com foco nos avanços dos processos necessários para o atendimento de tais demandas regulatórias. As discussões ao longo do exercício envolveram a área de crédito, a Bradesco Asset Management (BRAM), a área de Gestão de Riscos Financeiros, os responsáveis pela gestão da estratégia de sustentabilidade, a Controladoria e a área de Sustentabilidade, responsável corporativo pela coordenação dos assuntos ESG – Ambiental, Social e de Governança, inclusive da elaboração do Relatório de Sustentabilidade.
Auditoria Independente	
Planejamento e execução da auditoria	Processo: Análise e discussão detalhadas sobre o planejamento, andamento e execução do plano de auditoria; Execução: Obteve confirmação do auditor de que teve acesso total a todas as informações para realizar a auditoria conforme planejado; Recomendações: Discutiu e exerceu controle rígido sobre recomendações da Auditoria Independente e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, acompanhando a implementação dos planos de ação pertinentes; Relatórios: Discutiu melhorias nos relatórios financeiros com base em novos padrões de contabilidade e melhores práticas; Posicionamentos acerca da Imagem – Reputacional: Na eventual citação da Auditoria Independente na mídia, seja esta qual for, em registros que requeiram explicações formais de seu sócio Líder, as mesmas ocorrem tempestivamente, com fundamentações da causa raiz e efetividade na condução das resolutividades requeridas pelos respectivos Órgãos demandantes dos Ofícios decorrentes. Registros mantidos em Atas de Reuniões; Revisão: Analisou os relatórios do auditor sobre a ITR para a data base de 31/03/2025, bem como das Demonstrações Financeiras de 30/06/2025, antes que o Auditor Independente as apresentasse para o Conselho de Administração.
Relacionamento	O Auditor Independente participou de várias reuniões do COAUD, permitindo que este atue como um canal de comunicação entre o Auditor e o Conselho de Administração, e acompanhe o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	Avaliamos o Auditor Independente e sua contribuição para a integridade das Demonstrações Financeiras em decorrência do seu trabalho.
Auditoria Interna	

Planejamento e execução da Auditoria Interna	Dispositivos legais e normativos: Verificação do cumprimento daqueles aplicáveis à Organização Bradesco, além de regulamentos internos, no âmbito dos esforços contínuos para desenvolver, implementar, aprimorar e manter um ambiente de controle forte e adequado à estrutura, operações e riscos; Plano de trabalho para 2025: Aprovação pelo COAUD previamente à submissão ao Conselho de Administração, com base em avaliação de risco abrangente, alinhamento à estratégia e demandas regulatórias; Execução do plano de auditoria: Recepção de relatórios e reportes regulares sobre as atividades de auditoria interna no 1º semestre de 2025, permitindo ao COAUD o escrutínio adicional, bem como exercer controles rígidos sobre suas recomendações e as ações necessárias para correção junto às unidades corporativas, obrigadas a apresentar planos de ação de resolutividades.
Relacionamento	Reuniões com o COAUD: A Diretora da Auditoria Interna e outros representantes da área participaram regularmente de reuniões do COAUD e o Comitê acompanhou o cumprimento de suas recomendações e/ou esclarecimentos às suas indagações, inclusive no que se refere ao planejamento e execução dos respectivos trabalhos de auditoria.
Efetividade	O COAUD avalia regularmente a execução dos trabalhos da Auditoria Interna e sua contribuição para a integridade, adequação e eficácia dos sistemas de controles internos relacionados à contabilidade, contingências, riscos, financeiros e operacionais, a partir da aplicação de abordagem sistemática e disciplinada à avaliação e aprimoramento contínuo dos processos relacionados.
Estrutura	Recursos: Análise do orçamento da Auditoria Interna para 2025, certificando a disponibilidade de recursos humanos e materiais necessários. De particular interesse para o COAUD foram temas como desenvolvimento, capacitação e treinamento da equipe, atração e manutenção de talentos, e iniciativas digitais necessárias para o aprimoramento dos processos de trabalho.
Controles internos e Ouvidoria	
Sistema de controles internos	Sistema de Controles Internos: o COAUD acompanhou e monitorou, em discussões regulares com as áreas de Segurança Corporativa, Gestão de Riscos Financeiros, Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros, Gestão Corporativa de Riscos, AIGL, Auditoria Independente e demais áreas de negócio, a atuação efetiva das 3 (três) Linhas de Defesa, focando nas atribuições e responsabilidades de cada uma na observância e no aprimoramento dos controles adotados, visando a mitigar os riscos inerentes aos processos de negócios.
Ouvidorias	Bradesco e Grupo Bradesco Seguros: Reuniões periódicas com representantes da Ouvidoria do Bradesco e com os membros dos COAUDs da Bradseg e Bradesco Saúde para discutir situações específicas de reclamações catalogadas pelos diversos Canais de Denúncias, particularmente em relação a práticas negociais, conduta, financeiras, contábeis, relatórios financeiros, auditoria e controles internos. De conhecimento dos detalhes apresentados quanto aos procedimentos vigentes normatizados e os praticados em desacordo a tais orientações, foram averiguados os registros das ações encaminhadas junto aos gestores de Negócio envolvidos com o tema para regularizar anomalias identificadas, de sorte a permitir, corporativamente, a melhoria dos processos e o acultramento das Áreas na comercialização de Produtos e Serviços da Organização Bradesco.
Negócios e concorrência	
Negócios e concorrência	Gerenciamento das Carteiras de Crédito: Acompanhamento da evolução das carteiras de crédito. Atenção especial foi dada ao alinhamento da estratégia relacionada a ESG e à concessão de créditos, aos controles internos e governança, à evolução das contratações conduzidas por meio dos canais

	digitais e às prorrogações, renegociações, renovações, recuperações e baixas; Conduta, suitability e atendimento à pessoas potencialmente vulneráveis: Acompanhamento e monitoramento dos avanços nos processos voltados para observância dos requisitos regulamentares, dado o contingente de clientes caracterizados como “potencialmente vulneráveis” e as demandas de natureza regulatória; Relacionamento com Clientes: Acompanhamento quanto ao cumprimento de normas e atendimento ao consumidor, inclusive tendo em conta os temas identificados pela Organização Bradesco (Serviço de Atendimento ao Cliente - SAC/Ouvidoria); Educação Financeira: Acompanhamento do Projeto voltado para o atendimento dos requisitos estabelecidos pela Resolução Conjunta nº 8, de 21/12/2023, instituindo medidas direcionadas à clientes e usuários pessoas naturais, incluindo empresários individuais; Inovação Tecnológica: atualizado periodicamente sobre os avanços e potenciais impactos do <i>Open Finance</i>, <i>Fintechs</i> e outras <i>startups</i>, uso de nuvem (<i>cloud</i>), inteligência artificial, Big Data, ativos digitais, entre outros.
Gestão de riscos	
Gestão de riscos	Coordenação com outros Comitês: Participação em reuniões conjuntas com o Comitê de Riscos, a área de gestão de riscos, regulamentação e <i>compliance</i>, Auditoria Interna, e outros. Entre os tópicos discutidos destacamos o relatório sobre risco de modelo, gestão de risco do grupo, reclamações enviadas ao Canal Aberto, risco de fornecedor; Estratégia, estrutura e política para gestão de riscos: Acompanhamento dos trabalhos da área de Gerenciamento de Riscos Não Financeiros para avaliação da aderência do sistema de controles internos e na identificação, monitoramento e gestão dos riscos mais relevantes, bem como das atividades e resultados dos trabalhos das dependências de Gerenciamento de Riscos Financeiros e de Compliance e Gerenciamento de Riscos Não Financeiros, gestor corporativo do Sistema de Controles Internos, e da dependência de Gestão Corporativa de Riscos, responsável pelo Plano Estratégico das Segundas Linhas; Áreas de negócio: Reuniões com as diversas áreas de Negócios e de Controle, e com as Auditorias Independente e Interna, para acompanhamento dos principais processos, e certificação quanto ao comprometimento da Administração para a mitigação dos riscos e o aperfeiçoamento contínuo dos controles internos associados; Riscos de Mercado e Liquidez: Acompanhamento semanal, por intermédio de relatórios elaborados pela área de Gestão de Riscos Financeiros, dos resultados da carteira “trading” e os limites estabelecidos pela governança para <i>Value at Risk</i> (VAR), <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR) e Reserva Mínima de Liquidez (RML) – Corretoras de Valores e Grupo Bradesco Seguros, bem como das principais exposições em moedas, índices e ativos, inclusive da Carteira “Banking”, com correspondentes <i>Economic Value of Equity</i> (ΔEVE); Risco de Crédito: Acompanhamento mensal com as áreas de Gestão de Riscos Financeiros, Recuperação de Créditos, e ID – Setor de Garantias, e Concessão de Crédito, para conhecimento da evolução das principais carteiras de crédito e níveis de inadimplência (pessoas físicas, pessoas jurídicas, e seus respectivos segmentos, modalidade e setor da economia). Também foram discutidas as suficiências de provisão (vide tópico específico sobre PDD), níveis de concentração e abordagens para recuperação de crédito, com ênfase nas Expectativas de Perdas Futuras em portfólios massificados (requisito regulatório a partir de 1º de janeiro de 2025) e movimentação dos Ratings da Dívida Corporativa.
Órgãos reguladores (Questões regulatórias e compliance)	

Demandas e expectativas	Questionamentos do Bacen: Conhecimento do conteúdo dos Ofícios, das respostas e acompanhamento do progresso para atendimento às demandas e solução das recomendações e expectativas do Departamento de Supervisão Direta (Desup), do Departamento de Supervisão de Conduta (Decon), do Departamento de Supervisão Indireta (Desig) e do Departamento de Gestão Estratégica e Supervisão Especializada (Degef), relativamente à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta (por exemplo, fraudes e golpes, suitability e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes), e prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo.
Relacionamento com órgãos reguladores	Compliance: Acompanhamento da efetividade da área de Compliance e Gestão de Riscos Não Financeiros e demais estruturas responsáveis por garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos aplicáveis aos negócios; Relatórios submetidos aos órgãos reguladores: O COAUD discutiu os principais elementos dos Relatórios ICAAP e de Efetividade (Circular nº 3.978), encaminhados para o Bacen, e debateu sobre a necessidade de manter foco contínuo na qualidade e confiabilidade dos relatórios regulatórios.
Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo	Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa: Contínuo acompanhamento quanto ao aprimoramento no gerenciamento do processo de PLD, embasado nos resultados das inspeções regulares dos órgãos internos e externos, nas melhores práticas de gestão (metodologias, ferramentas e pessoas), permitindo a atuação da Segurança Corporativa com visão centralizada de análise e despacho frente às movimentações de maior risco ocorridas nas transações de negócios e em contas correntes.
Tecnologia da informação	
Segurança e Controles em processos chave	Implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações: Bradesco e Bradesco Seguros – reuniões com o Conselho de Administração, os Departamentos gestores envolvidos no “Processo de Gestão de Acesso” e com a KPMG para acompanhar a efetividade das implementações dos procedimentos de segurança no acesso às informações (sigilosas ou não), assim como no devido encaminhamento dos sistemas departamentais para o processo de automatização, dentro da premissa custo x benefício e mitigação dos riscos de imagem e operacional; Controles de aplicativos e gerais de tecnologia da informação: Acompanhamento das mudanças em andamento, segurança (lógica e física), operação computacional e registro, migração para CLOUD, análise e resolução de incidentes e problemas; Cybersecurity: Contínuo acompanhamento de medidas de segurança, mitigando os riscos associados.
Resolução CMN nº 4.966, de 2021 – Contabilidade para instrumentos financeiros nos termos do IFRS 9: aspectos operacionais, financeiros e tributários	Implementação dos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN 4.966, de 2021 a partir de 1º/1/2025 – Adoção dos preceitos contidos no IFRS 9 – Contabilização de instrumentos financeiros e tratamento tributário: O COAUD permanece acompanhando, por meio de reuniões regulares com a área de Contadoria Geral, coordenadora corporativa do Projeto para implementação da Resolução 4.966. A Resolução CMN nº 4.966, de 2021, tem como principal impacto o cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e outros instrumentos financeiros com base na perda esperada, escopo mais abrangente do que o estabelecido na Resolução CMN nº 2.682, de 1999, e com abordagem prospectiva mais ampla. Tais critérios estão em conformidade com o IFRS 9 – Instrumentos Financeiros promulgado pelo <i>International Accounting Standards Board</i> – IASB. Apesar de ser o IFRS 9 adotado, desde janeiro de 2018, para a elaboração das Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação da Resolução 4.966 requereu desenvolvimento de sistemas, adaptações, ajustes e adoção de ferramentas e modelos específicos no nível individual (para todas as instituições subordinadas à supervisão do Bacen).

	A propósito do escopo, a provisão nos termos da Resolução nº 2.682, de 1999, somente era aplicada a operações de crédito, instrumentos com características de crédito, arrendamento mercantil e garantias prestadas. Importante destacar que a partir de 1º/1/2025, a Resolução CMN nº 4.966, de 2021, exige que todos os ativos financeiros, inclusive títulos e valores mobiliários, garantias prestadas, compromissos de crédito e exposições não reconhecidas em contas patrimoniais (<i>off-balance sheet</i>) devem compor a base para a constituição da provisão para perdas esperadas. Quanto ao modelo de cálculo, a provisão passa a ser prospectiva, constituída com base no risco de crédito esperado, mensurado de acordo com a probabilidade de inadimplimento e a expectativa de recuperação do instrumento, levando em consideração as condições econômicas presentes e previsões futuras que possam afetar o risco de crédito dos instrumentos, bem como o valor de garantias e colaterais vinculados a operação. No âmbito tributário, a Lei nº 14.467, de 2022, que alterou as regras para as instituições financeiras deduzirem as perdas com operações de crédito, igualmente a partir de 2025, em alinhamento com os requisitos de provisionamento estabelecidos pela referida Resolução CMN nº 4.966, de 2021, viabilizando a manutenção do tratamento tributário (dedutibilidade e eventuais créditos tributários) das despesas decorrentes da aplicação do novo modelo, foi alterada com a edição da Lei nº 15.078, de 27/12/2024, esclarecendo que as mencionadas perdas poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. No entanto, a Lei nº 15.078 permitiu que, até 31 de dezembro de 2025, as instituições poderão optar, de forma irrevogável e irretratável, por efetuar as deduções à razão de 1/120 (um cento e vinte avos). Tal medida foi fundamental para esclarecer a questão e o COAUD acompanhará os impactos pertinentes.
--	--

5. CONCLUSÃO

As atividades exercidas no âmbito de gestão de riscos, *compliance*, e avaliação do sistema de controles internos corporativo estão adequadamente direcionadas, considerando o porte e complexidade da Organização Bradesco. O COAUD registra como positivos os esforços contínuos que vêm sendo desenvolvidos para a garantia da eficiência das operações, das informações que geram os Relatórios Financeiros e Contábeis, bem como a observância às normas internas e externas a que se sujeitam as transações.

Relativamente às demandas do Banco Central do Brasil, o COAUD acompanha e monitora o atendimento àquelas apresentadas pelo Departamento de Supervisão de Conduta - Decon e pelo Departamento de Supervisão Direta - Desup relativas à observância da regulamentação e requisitos específicos relacionados a modelos, conduta, *suitability* e pessoas potencialmente vulneráveis, relacionamento com clientes, prevenção à lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo (PLDFT).

O COAUD destaca os esforços da Diretoria Executiva para atender tempestivamente, com a qualidade requerida, os requerimentos do Bacen, o comprometimento da Alta Administração ao liderar os processos necessários, patrocinando e apoiando as ações voltadas ao pleno cumprimento dos pontos e recomendações, e adoção de procedimentos operacionais e práticas contábeis em linha com a política interna e ética empresarial da Organização Bradesco.

O Comitê de Auditoria revisou com a Diretoria Executiva as Demonstrações Financeiras auditadas da Organização Bradesco, para o 1º semestre de 2025 e discutiu com a KPMG os Principais Assuntos de Auditoria (PAAs) e as recomendações para aprimoramento do sistema de controles internos, incluindo gestão de riscos, governança e tecnologia da informação, bem

como monitorou a execução dos trabalhos de acordo com o planejamento apresentado no início do exercício, avaliando a qualificação e independência dos auditores externos.

Relativamente aos principais itens reportados nas Demonstrações Financeiras, o COAUD, após análise e escrutínio dos relatórios apresentados pela área técnica, concordou com a conclusão da Diretoria Executiva de que:

(i) a provisão para perdas com operações de crédito é adequada, em particular face à conjuntura macroeconômica atual e às incertezas inerentes ao presente ambiente;

(ii) as previsões, estudos e expectativas de realização do ágio e dos créditos tributários, embasadas em premissas e estimativas de rentabilidade futura, suportam a recuperabilidade de tais ativos;

(iii) a avaliação dos instrumentos financeiros aos eventos que pudessem culminar em revisão ou novos julgamentos significativos, considerando o ambiente macroeconômico e a característica de tais ativos, onde o COAUD considerou satisfatório o tratamento contábil em relação às várias questões relacionadas à classificação nas carteiras de *Trading* e *Banking*, ao reconhecimento de receitas ou perdas, e à **sua** apresentação;

(iv) para as provisões e contingências, o COAUD certificou-se quanto à integridade das bases de dados e revisou os critérios e premissas adotados para a constituição das provisões fiscais, cíveis e trabalhistas, bem como quanto às informações disponíveis para a classificação de obrigações como “remoto”, “possível” e “provável”, concordando quanto ao volume de provisão constituído e que o nível das divulgações em Notas Explicativas fornecem informações adequadas aos investidores acerca dos passivos contingentes;

(v) para o Grupo Bradesco Seguros, o COAUD certificou-se que as Provisões Técnicas são aderentes às Notas Técnicas da Susep e ANS; as Provisões Técnicas Complementares relacionadas ao descasamento de ativos e passivos em IGPM, os ativos garantidores vinculados às Reservas Técnicas (TVM e Outros Ativos) foram avaliados corretamente, com base em procedimentos tecnicamente recomendados e requeridos pelos órgãos reguladores.

O COAUD acompanha os estudos contínuos relativos à gestão de passivos atrelados ao IGPM, e monitora os impactos decorrentes da implementação em 1º de janeiro de 2025 da IFRS 9 – Contabilidade para Instrumentos Financeiros, focando na transição e nas implicações estratégicas e financeiras.

Dado o presente ambiente macroeconômico, o COAUD se concentrou na capacidade da Organização em manter fortes controles internos no contexto dos desafios trazidos.

Tendo em conta as tratativas com a Diretoria Executiva e a Auditoria Independente e considerando os processos subjacentes utilizados para preparar os relatórios financeiros, o COAUD entende que as Demonstrações Financeiras do 1º semestre de 2025 estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, de forma compreensível, fornecendo aos acionistas as informações necessárias para a avaliação da posição financeira e do desempenho da Organização Bradesco, bem como dos aspectos relevantes do seu modelo de negócio, estratégia e riscos, e recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das citadas Demonstrações Financeiras.

6. PRIORIDADES DO COAUD PARA O EXERCÍCIO DE 2025

O ambiente macroeconômico no Brasil continua a apresentar desafios importantes, como destacado pelo Bacen e relatado na introdução deste Relatório, o que se reflete na taxa básica de juros mantida elevada no final de 2024, e de sua continuidade no 1º semestre de 2025, refletindo a manutenção de política monetária restritiva, objetivando o atingimento da meta de inflação estabelecida pelo CMN.

Além dos temas relevantes objeto de acompanhamento, o COAUD continuará a monitorar os impactos das mudanças no ambiente macroeconômico, particularmente nos processos necessários para a observância dos requisitos do IFRS 9 para o cálculo da perda esperada para as Demonstrações Financeiras Consolidadas, a implementação de mudanças regulatórias em grande escala, como as relativas a ESG, e em particular as demandas do Bacen quanto ao risco climático, a adoção integral do IFRS 9 para todos os instrumentos financeiros e o tratamento tributário e de capital regulamentar e a evolução das atividades dos controles internos do Grupo Bradesco Seguros (GBS).

Nesse contexto, o foco do COAUD continuará nos impactos no resultado (performance) da Organização Bradesco, no ambiente de riscos e controles internos, e nos modelos utilizados para a análise e cálculo da provisão para perdas com operações de crédito e para a avaliação de ativos e passivos, e discutirá cuidadosamente os principais julgamentos e premissas em relação aos cenários econômicos futuros, a razoabilidade das ponderações e julgamentos, e o impacto nas Demonstrações Financeiras e divulgações pertinentes.

Entre as ações específicas, o COAUD continuará a (i) aprimorar a comunicação com os comitês de auditoria das empresas controladas para garantir que haja um compartilhamento eficaz de conhecimentos, preocupações e respectivas soluções; (ii) monitorar a execução do Plano Anual da Auditoria Interna e do Plano de Trabalho da Auditoria Independente; (iii) buscar coordenação adequada com outros comitês do Conselho de Administração, especialmente o Comitê de Risco, Regulamentação e Conformidade; e (iv) garantir a eficácia do COAUD, levando em consideração quaisquer áreas de melhoria e permitindo tempo suficiente para um debate de qualidade sobre os principais tópicos e questões identificados pelas Auditorias – Independente e Interna.

Adicionalmente, o COAUD concentrará esforços para compreender os impactos dos novos modelos negócios e concorrentes (Fintechs), da transformação digital no sistema bancário brasileiro e da evolução tecnológica digital (uso de Cloud e novos canais), sobretudo nos aspectos de atendimento às demandas do mercado (alinhadas à estratégia de Clientecentrismo) e do Banco Central do Brasil nas questões de conduta (Atendimento a clientes, Clientes potencialmente vulneráveis, e Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo), do Projeto de Educação Financeira e foco na capacitação do quadro de funcionários, em especial aqueles envolvidos com as áreas de controle, riscos e auditoria interna, a fim de resguardar essas atividades e garantir a sua efetividade.

No âmbito da evolução tecnológica, tópico que tem demandado a atenção do Comitê diz respeito aos processos, riscos, controles, governança e oportunidades decorrentes do uso de Inteligência Artificial (AI) e *machine learning* (ML) como fundamentais em várias áreas da Organização, viabilizando o desempenho de atividades com maior precisão, rapidez e eficiência, entre outros atributos. Além da automação de tarefas operacionais, o uso de AI tende a disseminar significativa e rapidamente para ações como detecção de fraudes e

transações suspeitas de lavagem de dinheiro, prevenção de ataques cibernéticos, *compliance*, simulações, suporte à tomada de decisões e gestão de riscos, entre outros.

Finalmente, considerando as crescentes expectativas relacionadas a ESG, com a aceleração no estabelecimento de requerimentos padronizados para divulgação promulgados pelo *International Sustainability Standards Board* - ISSB, impostos pelos reguladores (Resoluções CMN nº 4.943, 4.944, e 4.945, de 2021, que tratam de gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático, Resolução CVM nº 59, e Circular SUSEP nº 666, de 2022), os requisitos relacionados à gestão de riscos e comunicações ao público em geral relativas a ESG evoluirão e aumentarão rapidamente.

Diante das informações atuais, o COAUD mantém-se atento aos eventuais impactos decorrentes dos temas ESG nas Demonstrações Financeiras e ambiente de riscos. No entanto, considerando o interesse particular dos reguladores e investidores, continuará a acompanhar os aprimoramentos na qualidade dos dados, controles internos, processos, governança e divulgação nas Demonstrações Financeiras, bem como o papel das Auditorias – Independente e Interna.

Nesse contexto, manterá o monitoramento do cenário de relatórios de Sustentabilidade e avaliará as implicações para a Organização Bradesco, incluindo a comunicação com as partes interessadas.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2025.

COMITÊ DE AUDITORIA

PAULO RICARDO SATYRO BIANCHINI
(Coordenador)

AMARO LUIZ DE OLIVEIRA GOMES
(Especialista Financeiro)

ANTONIO JOSÉ DA BARBARA
(Membro)

SAMUEL MONTEIRO DOS SANTOS JUNIOR
(Membro)

Os membros do Conselho Fiscal, no exercício das suas atribuições legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Bradesco S.A. (Bradesco), referentes ao primeiro semestre de 2025, e, com base: (i) nas reuniões realizadas com a KPMG Auditores Independentes e nos seus relatórios; (ii) nas reuniões realizadas com o Comitê de Auditoria e nos seus relatórios; e (iii) nas informações recebidas em reuniões com administradores e gestores de áreas do Bradesco, concluíram que os citados documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira do Bradesco e ratificam o julgamento da KPMG Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria de que os controles internos são adequados ao porte e à complexidade de seus negócios.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2025.

José Maria Soares Nunes

Joaquim Caxias Romão

Vicente Carmo Santo

Ludmila de Melo Souza

Ava Cohn

Declaração do Diretor-Presidente

Eu, Marcelo de Araújo Noronha, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2025.

Marcelo de Araújo Noronha
Diretor-Presidente

Declaração do Diretor Vice-Presidente

Eu, Cassiano Ricardo Scarpelli, declaro que:

1. Baseado em meu conhecimento, no planejamento apresentado pelos auditores e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordo com as opiniões expressas no relatório, elaborado pela KPMG Auditores Independentes Ltda., não havendo qualquer discordância.
2. Revisei este relatório das Demonstrações Financeiras relativas ao primeiro semestre de 2025, do Banco Bradesco S.A. e baseado nas discussões subsequentes, concordo que tais Demonstrações, refletem adequadamente todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Cidade de Deus, Osasco, SP, 29 de julho de 2025.

Cassiano Ricardo Scarpelli
Diretor Vice-Presidente